



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**TRAVESTIS: ENTRE A RUA E A PRISÃO**

**IVAN CARLOS SOUZA LEMOS**

CACHOEIRA/BA  
2013

**IVAN CARLOS SOUZA LEMOS**

**TRAVESTIS: ENTRE A RUA E A PRISÃO**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Serviço Social, no Centro de Artes, Humanidades e Letras – CAHL, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Heleni De Ávila

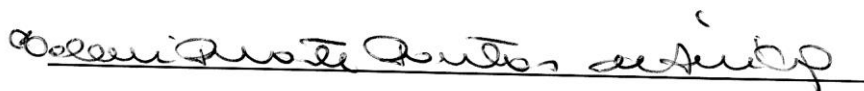
CACHOEIRA/BA  
2013

IVAN CARLOS SOUZA LEMOS

TRAVESTIS:  
entre a rua e a prisão.

Cachoeira – BA, aprovada em 21/10/2013.

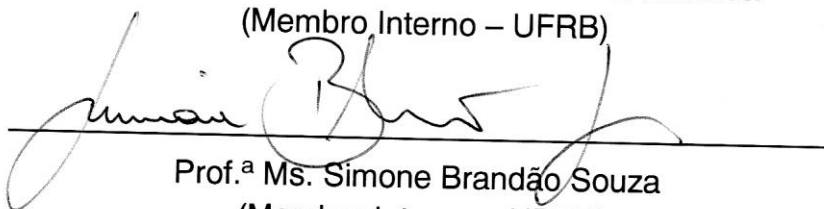
BANCA EXAMINADORA



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Heleni Duarte Dantas de Ávila  
(Orientadora – UFRB)



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Valéria dos Santos Noronha Miranda  
(Membro Interno – UFRB)



Prof.<sup>a</sup> Ms. Simone Brandão Souza  
(Membro Interno – UFRB)

Ao meu Senhor protetor, que me guia todos os dias.  
A minha mãe Iraci, que é inspiração de força e determinação.  
A todos que construíram junto comigo este trabalho.

## AGRADECIMENTOS

A Deus pela força que tem me concedido a cada dia para que eu pudesse permanecer em equilíbrio físico e espiritual durante essa etapa da minha vida.

A minha mãe Iraci (Loura), razão do meu existir. Por tudo que tem feito por mim até hoje e quem me ensinou a ser “gente grande”, pela educação, carinho, amor, confiança, admiração, enfim, por ser minha mãe.

Ao meu pai Antonio Carlos (*In Memoriam*) porque sei que está alegre por mais um passo dado, e pela sua alegria em encarar as coisas. E pelo orgulho de me ter como filho.

As melhores irmãs do universo, Kelly e Iracarla, por estarem sempre comigo, sendo referência de cumplicidade, amizade e união. Peça de mim, composição do meu corpo e alma.

A Júlia por ser a minha sobrinha-filha mais amada do mundo.

A matriarca da família, minha avó Dona Judite, a quem devo sempre associar ao respeito, carinho e amor.

A minha tia Marina por tudo que complementa na minha condição de humano em desenvolvimento.

Aos meus familiares, de uma forma geral, que torceram pelo meu sucesso.

As meus mestres, desde os primeiros anos de colégio até à universidade, agradecendo a contribuição de cada um para a minha formação.

Ao prof. Osmundo Pinho, por ter acreditado e confiado na minha proposta de trabalho monográfico, tendo em vista que foi a peça importante para os primeiros passos do mesmo, e que por conta da sua vida acadêmica não pode me acompanhar até a conclusão do trabalho.

A profª Heleni de Ávila pelo seu amor, carinho, atenção e solidariedade para comigo em diversos momentos, inclusive se tornando a minha nova orientadora. Sobretudo, a quem eu posso afirmar que a nossa relação vai mais além do que ser apenas professor e aluno, somos amigos.

A Simone Brandão por todos os ensinamentos, principalmente acerca da sexualidade humana, inclusive, foi pessoa importante que despertou a sensibilidade para o tema monográfico aqui apresentado. A Valéria Noronha pelos ensinamentos que me fizeram olhar o mundo por outros ângulos, me acompanhando desde o primeiro semestre. A Albany Mendonça pelo amor que desenvolveu por mim, pelos momentos de intensa felicidade e risadas exageradas.

A Júlio Marthan pelo seu carinho para comigo, e também pela preocupação e solidariedade quando precisei da sua ajuda, foi o meu elo para que a pesquisa tivesse continuidade.

A Millena Passos por tudo que representa hoje pra mim, além de ter um coração generoso foi, sem dúvidas, o meu fio condutor durante a pesquisa.

Às travestis que foram colaboradoras essenciais para que o trabalho tivesse vida.

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia pela formação que recebi e pelos bons momentos que vivi durante esse período.

Aos servidores da Universidade.

Aos meus colegas de turma e da Universidade, o quanto aprendi com cada um, meus sinceros agradecimentos.

Aos meus queridos amigos que emanam energias positivas de onde estiverem. Por cada palavra incentivadora, e por serem companheiros. Sandra, Néa, Paty, Vivi, Taty, Kelly Melo, Kally Tazyane, Nara, Karine, Lorena, Ana Cris, Danilo, dentre outros, sintam-se agradecidos.

A Daniela Sales por aguentar as minhas “maluquices”, e por ser uma irmã fiel.

Ao meu amigo Alequissandro Costa (Alex) pelas inúmeras histórias que escrevemos juntos, coisas que só nós sabemos e entendemos, meu carinho a você.

A minha cachoeirana preferida Adjina. Esta que me apresentou lugares e pessoas maravilhosas, fizemos histórias inestimáveis, se tornando uma referência pra mim.

Ao meu amigo Leandro Alex, por seu carinho, companheirismo e, claro, as peripécias.

A cidade da Cachoeira, na qual vivi momentos inesquecíveis. E ao bairro que permaneci durante toda a minha graduação, Curiachito.

A Mariêda que além de ser locatária da casa onde moro, se tornou uma grande amiga.

Aos meus vizinhos e amigos pelos mais diversos momentos de felicidade, de madrugadas estudando e também de farras. Iara, Sabrina, Martinez, Rafael, Samara, Cris, Gaby, Vanessa, Jhon, Catharina, Tina, Nadja, Nalva, Ângelo, Gisele, Kelly, Pâmella, Chirlei, Thais Calixto, Ana Cris dentre outros.

“Travesti tem dupla pele: a de purpurina e a da humilhação.  
Em que ordem não se sabe. Ou talvez numa pele só tecida pelos dois ingredientes”.  
(SILVA, 1993, 41)



## RESUMO

Esta investigação tem como objetivo o conhecimento acerca do mundo das travestis objetivando a materialização da violência entre rua e prisão, estes considerados espaços reprodutores de determinadas ações em decorrência de uma herança, tanto histórica quanto cultural. Porém, não acreditar apenas nesses espaços como meros reprodutores das práticas de transfobia, mas também criadores dela, pelas próprias relações de poder que as envolvem. Contudo, informar a respeito da sexualidade que envolve esses sujeitos desde a antiguidade até à atualidade, assim como discutir a re/formulação quanto às discussões sobre gênero, identidade, papéis sociais, travestis, enfim, categorias e conceitos entendidos conforme as pesquisas de Michel Foucault, Roger Rios, Carlos Figari, Don Kulick, dentre outros. Sendo uma pesquisa qualitativa, através do estudo de caso e adequada metodologia para efetivação da proposta pertinente para a execução do referido trabalho. Todavia, a motivação que estimulou essa pesquisa foi, sem dúvida, dar visibilidade a uma parcela da população que vive estigmatizada, sofrendo duras penas, condenações e repressões por conta da sua sexualidade. Desta forma, conceber ao leitor uma aproximação e entendimento a respeito das travestis e suas relações com o outro, na perspectiva de desconstruir paradigmas embasados na moralidade, que fazem referência à utilização padronizada e normatizada do que venha a ser realizado quanto ao sexo/gênero/desejos/práticas sexuais numa lógica heterossexual. Assim, apontar que os direitos das travestis não se efetivam como deveria ocorrer numa país democrático de direito, como se propõe o Brasil a ser classificado. Finalmente, salientar que o mundo das travestis, precisa estar em harmonia com os outros mundos tidos como “normais”.

**Palavras-chave:** Travestis. Sexualidade. Gênero

## ABSTRACT

This research has as objective knowledge about the world of transvestites Objectifying the materialization of violence between Street and prison, these considered breeding spaces of certain actions as a result of an inheritance, both historical and cultural. However, I don't believe only these spaces as mere reproducers of transphobia practices, but also her creators, by his own power relations that involve. sexuality that surrounds these subjects from antiquity to the present, as well as discuss re/formulation with regard to discussions about gender, identity, social roles, transvestites, anyway, categories and concepts that are understood as searches of Michel Foucault, Roger Rios, Carlos Figari, Don Kulick, among others. Being a qualitative research, through the case study and appropriate methodology for completion of the relevant proposal for the implementation of the said work. However, the motivation that stimulated this research was, no doubt, give visibility to a portion of the population who live stigmatized, suffering harsh penalties, convictions and repressions on account of their sexuality. In this way, conceiving the reader a rapprochement and understanding regarding the transvestites and their relationships with each other, with a view to desconstruir paradigms based on morality, that reference to use standardized and normalized than will be carried out as for the sex/gender/desire/sexual practices in a heterosexual logic. So, pointing out that the rights of transvestites do not effect resource as it should occur in a democratic country governed by the rule of law, as if Brazil proposes to be sorted. Finally, point out that the world of transvestites, needs to be in harmony with the other worlds taken as "normal".

**Keywords:** Transvestites. Sexuality. Genus

## **LISTA DE SIGLAS**

AIDS – do inglês Acquired Immunodeficiency Syndrome para o português Síndrome da Inimodeficiência Adquirida.

CNPCP - Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária

GGB – Grupo Gay da Bahia

LGBTT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

ONG – Organização Não-governamental

SAP - Superintendência de Assuntos Penais

SEAP - Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização

SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública

SJCDH - Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 TRAVESTIS, SEXUALIDADE E GÊNERO.....	16
1.1 Um breve discurso sobre sexualidade .....	16
1.2 As questões de gênero e suas implicações.....	27
1.3 O conceito travesti e a luta pela visibilidade positiva .....	37
2. A METODOLOGIA E O CAMPO DA PESQUISA .....	49
2. 1 O caminho metodológico.....	49
2.2 Situando o campo da pesquisa: entre a rua e a prisão .....	54
3. EXPERIÊNCIAS TRAVESTIS PARA ANÁLISES DOS DADOS .....	74
3.1 Reconhecendo-se como travesti e a sua relação com o diferente.....	75
3.2 Da casa pra rua: a travesti e a relação com a família.....	83
3.3 Prostituição e drogas no mundo das travestis .....	87
3.3 Da rua pra prisão: a materialização dos estigmas nas travestis .....	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	106
REFERÊNCIAS .....	110
APÊNDICE	

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe uma discussão e entendimento acerca do mundo das travestis, entre os doces e amargos momentos que compõem às suas histórias de vida. Levando em consideração a materialização da violência nas esferas entre a rua e a prisão, como espaços da reprodução das ideias construídas histórica e culturalmente a respeito dos sujeitos subversivos quanto a sua sexualidade, neste caso, as travestis. Assim como trazer elementos que despertem a noção das atrocidades cometidas contra esses sujeitos.

Desta forma, as travestis são sujeitos que já possuem um estigma social, e que ganham intensidade a partir do momento em que são acumulados estes estigmas, ou seja, além de travestis também são criminosas. Portanto, invisibilizar os fenômenos que causam esses estigmas seria permitir que eles continuassem acontecendo sem serem notados. Utilizando Figari (2007), “toda inclinação ou comportamento que de algum jeito perturbe a relação conjugal será estigmatizado, seja sob forma de patologia ou de crime”.

Tendo em vista que passar por situação de cárcere é extremamente complicado para os sujeitos tidos como “normais” pior será então para os “anormais”, neste caso, as travestis. Afinal, a restrição da liberdade é acompanhada de tantas outras restrições quando presas, que as condenam a viverem sobre condições desumanas.

Deste modo, as ações repressivas e condenáveis ao “diferente” ganham força e efetiva-se no plano real. Em contrapartida, faz-se necessário trazer à luz os problemas de uma sociedade ainda excludente e preconceituosa para obter mudanças. Visto que, os indivíduos são obrigados a seguirem aos padrões de comportamento sexual heteronormativo, este embasado na perspectiva de uma ordem lógica: em que sexo/gênero/desejos sexuais/ práticas sexuais correspondem diretamente ao sexo de nascimento, ou seja, “os papéis sexuais já estavam presumidos e predeterminados” (KULICK, 2008).

Os relatos das travestis diante das suas experiências, sejam elas em casa, nas ruas ou presas, podem revelar um mosaico de situações inusitadas e desafiadoras acerca da sua própria existência, quer dizer - persistência.

No entanto, percebê-las em diferentes ambientes será um grande desafio se levarmos em consideração que as ruas e a prisão reproduzem sentimentos e sentidos diferenciados diante da sua exposição, ou seja, dentro de cada um desses ambientes também vivem e reproduzem os mais diversos atos e acontecimentos que compõem as suas histórias. Lugares

de agressões, dores, humilhações, sofrimentos, traumas, homicídios, mas também de vida, alegrias, desejos, prazeres e gozos.

Assim, a violência que as travestis passam desde a saída de casa até o ato da prisão envolvem cultural e historicamente representações criadas socialmente que as classificam como seres abjetos, tendo vista, que reafirma as possibilidades de extermínio e desvalorização do outro a partir da sua identidade de gênero. Embora, seja importante sinalizar quais ações são feitas como resposta à identidade assumida, isso quer dizer que, as travestis ao assumirem-se fora dos padrões minimamente aceitáveis como “normais” estão vulneráveis a sofrerem práticas preconceituosas.

Desta forma, a prisão também serve como reproduzidor do que a sociedade considera aceitável/inaceitável, justo/injusto. Assim, o referente trabalho tenta revelar como as travestis vivem desde as ruas e durante o processo de aprisionamento, na perspectiva de dar visibilidade ao problema e também identificar os problemas que os cercam. Segundo Louro (2008), “desprezar o sujeito homossexual era (e ainda é), em nossa sociedade, algo comum, compreensível, corriqueiro”.

No país não é proibido nem as práticas homossexuais nem a prostituição, porém, a representação dos castigos para as travestis passou por uma formulação na execução nos seus padrões de repressão, ou seja, ao invés de fogueiras e prisões perpétuas como formas condenáveis, as formas escondidas de violência continuam acontecendo cotidianamente de modos diversos.

O interesse pela pesquisa surgiu durante o processo de estágio supervisionado do curso de Serviço Social, que foi realizado no Conjunto Penal de Feira de Santana, no qual às aproximações com a realidade prisional trouxe vários questionamentos sobre a convivência de um ser como a travesti naquele espaço. Tendo em vista, que por ser homossexual, talvez tenha facilitado a sensibilidade para esta pesquisa.

É pertinente ressaltar as buscas feitas em sites da internet que revelavam as violações que aconteciam com as travestis, desde a descaracterização simbólica (usando uniformes masculinos, cabelos raspados, adereços femininos retirados) até abusos sexuais, estupros, enfim, a descoberta de um novo submundo, dentro de um mundo completamente vigiado e cheio de duras regras.

Talvez fosse a ideia de estar numa prisão em duplo sentido, presa pelo Estado por conta do seu delito, e presa pelos outros detentos pelo seu delito do “contra a natureza”, ou seja, as travestis tanto na rua quanto na prisão representam um alto grau de vulnerabilidade, portanto, mais propícias a serem violentadas.

A pesquisa busca revelar como se dá essas relações na Bahia, como campo de coleta de dados na cidade do Salvador, principalmente por conta da dimensão territorial da cidade, assim como pela quantidade de travestis que vivem nela, o que facilitaria bastante às aproximações, além de ser sede de grupos e associações que discutem e defendem a causa homossexual, como o Grupo Gay da Bahia (GGB), inclusive.

A pesquisa tem como objetivo geral:

Compreender dentro do universo travesti a relação no limiar entre rua e prisão, tendo em vista os estigmas que lhes causam violências na cidade do Salvador.

Enquanto os objetivos específicos são:

- Contextualizar como as travestis se percebem naqueles espaços: rua e prisão
- Identificar o tratamento recebido pelas travestis nas ruas e na prisão
- Investigar como as travestis vivenciam suas práticas sexuais na prisão

Neste trabalho as travestis serão tratadas pelo artigo feminino, em decorrência da sua autoafirmação com nomes femininos, assim como se referem umas às outras sempre por nome social feminino, ou “monas”, “bicha”, enfim, todos voltados a uma referência feminina. Assim como, serão utilizados nomes fictícios por questões éticas, assegurando a privacidade das participantes.

O trabalho traz uma abordagem teórica acerca da sexualidade, identidade de gênero, direito, travestis, prisão, cidade, enfim, categorias abordadas que compõem a temática, sob as influências de Michel Foucault, Don Kulick, Carlos Figari, Hélio Silva, Roger Rios, Joan Scott, dentre outros.

Desta forma, no primeiro capítulo será discutida uma revisão bibliográfica sobre sexualidade, identidade de gênero e sobre as travestis, inclusive fazendo uma diferenciação entre as categorias que comumente causam dúvidas a respeito das suas definições, como travestis, transexual, transformista e gay. No segundo capítulo, será analisada a metodologia utilizada na pesquisa, e a explanação acerca do campo da pesquisa, ou seja, da rua e da prisão, também das violências sofrida pelas travestis. E, no último capítulo, serão explanadas as análises coletadas com as entrevistas e observações dialogadas com a teoria correspondente.

## 1 TRAVESTIS, SEXUALIDADE E GÊNERO

Neste capítulo faremos uma discussão teórica acerca dos aspectos que envolvem a sexualidade humana, tendo em vista que os mais diversos campos das relações interpessoais envolvem categorias como identidades, papéis sociais, gênero e sexualidade, observados não apenas como uma classificação definida unicamente a partir do órgão sexual anatômico, mas com todas as outras conexões que fazem ligação ao sexo e as formas de poder que normatizam os comportamentos e práticas, na tentativa de desconstruir preconceitos pela via do conhecimento e da reflexão.

Desta forma, faremos a diferenciação entre os grupos que se interseccionam a ponto de serem confundidos por serem tão parecidos à primeira vista, ou pelo senso comum, tais como: as travestis, transformistas, transexuais e gays, demonstrando, sucintamente, as diferenças entre estas pessoas, e dando ênfase ao objeto de estudo proposto pelo presente trabalho, no caso, as travestis.

### 1.1 Um breve discurso sobre sexualidade

No fundo, a sexualidade é aparentemente a coisa mais proibida que se pode imaginar; passamos o tempo proibindo as crianças de se masturbarem, os adolescentes de fazer amor antes do casamento, os adultos de fazer amor desta ou daquela maneira, com tal ou tal pessoa. O mundo da sexualidade é um mundo altamente sobrecarregado de interdições (FOUCAULT, 1978, p.75).

Segundo Foucault (1988), até o século XVII as conversas, experiências e os discursos sobre temas ligados à sexualidade eram tratados de forma “naturalizada”, ou seja, não havia uma proibição estabelecida como norma social no que dizia respeito às relações sexuais. As mais diversas práticas eram toleradas, não eram submetidas a rigorosos padrões a serem seguidos. A sexualidade está associada a uma transformação por um processo histórico e cultural<sup>1</sup>, levando em consideração o local geograficamente em que se encontra o sujeito.

---

<sup>1</sup> A cultura entendida segundo Laraia (2003) “os termos foram sintetizados por Edward Tylor (1832-1917) no vocabulário inglês *culture*, que ‘tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”.



Contudo, neste mesmo século, com o crescimento do capitalismo e os pensamentos burgueses, associados à moral cristã, e ao apoio das ciências biológicas criou-se uma época de repressão às práticas e aos discursos, até então livres, sobre a sexualidade. Passou-se estrategicamente pela linguagem discursiva do controle da sexualidade em detrimento a determinadas ações, como Foucault (1988) chama de “dispositivos discursivos” e, que Figari (2007) nos afirma que “no caso do discurso sexual, foram privilegiadas as denúncias, as confissões, os autos de fé e os castigos públicos e exemplares”.

Foucault (1988) ressalta que esses “dispositivos discursivos” ainda que, com as interdições e punições, os objetivos das formas de poder era permitir, obrigar os indivíduos a aumentar sua eficácia, suas forças, suas aptidões, em suma, tudo aquilo que possibilitasse utilizá-los no aparelho de produção e reprodução da sociedade. Segundo Figari (2007) “o sujeito é interpelado então como um indivíduo sadio e trabalhador. Toda desordem e excesso, especialmente no campo da moral sexual, é parte da doença”.

As práticas não procuravam o segredo; as palavras eram ditas sem reticência excessiva e, as coisas, sem demasiado disfarce; tinha-se com o ilícito uma tolerante familiaridade. Eram frouxos os códigos da grosseria, da obscenidade, da decência, se comparados com os do século XIX [...] A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei (FOUCAULT, 1988, p.09).

De acordo com Figari (2007) “o fato de não poder falar sobre tal assunto, nem sequer mencioná-lo, somente reforça a sua presença no cotidiano”. Nesta perspectiva, os desejos e práticas sexuais foram incentivados pela igreja a serem revelados, principalmente, pela confissão, para depois serem transformados em discursos que viabilizaram a força da repressão pelas ações a partir do saber e, pelo poder controlador.

O autor ainda reforça que “na Idade Média, é a Igreja quem não só disputa o controle das consciências (e leva à fogueira seus dissidentes), mas quem também assume o controle da sexualidade (e também leva à fogueira seus dissidentes)”.

O cristianismo trouxe para essa história da moral sexual foram novas técnicas. Novas técnicas para impor essa moral ou, na verdade, um novo ou um conjunto de novos mecanismos de poder [...] É mais o lado dos

mecanismos de poder do que do lado das ideias morais e das proibições éticas que é preciso fazer da história da sexualidade no mundo ocidental desde o cristianismo (FOUCAULT,1978, p.65).

Desta forma, faz-se necessário sinalizar as diferenças a respeito da sexualidade entre o Oriente e o Ocidente, tendo em vista que seguem uma linha distinta. De acordo com Foucault (1988) o Oriente caracterizava-se por um ensinamento chamado de “arte erótica” – que visava ao ato sexual uma prática cada vez mais prazerosa, um aperfeiçoamento e intensidade das ações ligadas ao sexo e aos órgãos sexuais; enquanto que no Ocidente fora desenvolvido uma “ciência sexual”, em que se desenvolveu uma verdade sobre o sexo, sob uma vertente diferente da arte erótica, não valorativa do prazer, mais controladora das ações dos sujeitos em torno das suas práticas sexuais. Foram essas diferenças que influenciaram, principalmente, uma reflexão acerca dos fundamentos sobre a sexualidade humana e suas formas de poder.

No Ocidente, não temos a arte erótica. Em outras palavras, não se ensina a fazer amor, a obter prazer, dar prazer ao outro, a maximizar, a intensificar seu próprio prazer pelo prazer dos outros. Nada disso é ensinado no Ocidente, e não há discurso ou iniciação outra a essa arte erótica senão a clandestina e puramente interindividual. Em compensação, temos ou tentamos ter uma ciência sexual – *scientia sexualis* – sobre a sexualidade das pessoas, e não sobre o prazer delas [...] verdade do sexo, e não intensidade do prazer (FOUCAULT, 1978, p.61).

De acordo com Romero (2008), fora fortalecida a noção de sexo associado ao pecado, construído por uma lógica moral em que o sexo tinha outras finalidades, como a reprodução, por exemplo, mas não aceito como uma utilidade prazerosa. Figari (2007) afirma que “dogmaticamente, a atividade sexual é permitida somente dentro do matrimônio conformado por homem e mulher e, em princípio, só para fins reprodutivos”.

Um dos precursores dessa influência foi Santo Agostinho que considerava que a sexualidade “simbolizava um único e decisivo acontecimento dentro da alma” (ROMERO, 2008 apud BROWN, 1990, p. 347), na qual era preciso vencer os desejos e tentações para permanecer com a alma pura.

A influência agostiniana na renúncia dos clérigos aos prazeres carnavais para a purificação do corpo como forma de aproximar a alma ao mundo de Deus pode ser notada no IV Concílio de Toledo, cânone XXI, que explica a importância da castidade dos bispos, pois estes deveriam ser o exemplo para a sociedade medieval de um comportamento “correto” aos olhos de Deus (IV Concílio de Toledo, cânone XXI, p. 200-201 apud ROMERO, 2008).

Com o passar do tempo, foram construídas novas roupagens para o uso dessa sexualidade, ao invés de referência apenas ao mal, a manipulação continua numa recomendação em prol da saúde. Minimiza os danos à alma e transfere para o corpo, tendo em vista que determinados atos e práticas sexuais trariam problemas sérios à saúde. Nesse contexto, São Tomás de Aquino traz a noção de que “a alma não estava dissociada do corpo, ao contrário, a alma era a forma do corpo organizado [...] a alma e o corpo estavam intrinsecamente ligados” (ROMERO, 2008).

Condenados(as) ao silêncio histórico, os(as) sodomitas executados(as) eram não só eliminados (as) fisicamente, mas também da memória coletiva, não recebendo sequer um túmulo. Na França e em outros países europeus, os autos do processo eram queimados juntos com ele(as), perdendo-lhe inclusive o registro de sua execução (FIGARI, 2007, p. 61).

Com a proibição das práticas de sodomia, que faz alusão à cidade de Sodoma, esta considerada maldita por conta da sua grande quantidade de pecadores e altamente profana, juntamente com Gomorra, que de acordo com Figari (2007) “o discurso eclesiástico era o extermínio dos (das) sodomitas através do fogo purificador da ira divina”.

Em seus 450 anos de história, São Salvador da Bahia foi não apenas a cidade de todos os santos, mas também de todos os sodomitas – aqui vivendo numerosos gays, lésbicas e travestis, que a desvio de suas vidas clandestinas terem sido preconceituosamente escondidas ou esquecidas pelos historiadores oficiais [...] A vivência e repressão aos gays, lésbicas e travestis estão fartamente registradas em nossos acervos documentais (MOTT, 1999, p.15).

Contudo, havia a designação da sodomia em grau mais elevado, a qual levaria o sujeito à fogueira, considerada de acordo com Figari (2007) de “sodomia perfeita”, em que nos termos do Santo Ofício se definia pela penetração e derramamento de sêmen dentro do

ânus (*Sêmen intra vas*). Esta exigia que o sodomita fosse queimado pelo “fogo purificador” até se tornar pó, como o autor classifica “o extermínio do pecado através do fogo como expressão da ira divina”.

O estilo dos rabugentos inquisidores é conciso e formal, descrevendo friamente a morfologia dos atos homoeróticos entre “agentes” e “pacientes”. A preocupação destes padres-juízes era desvendar se houve a consumação da “sodomia perfeita”, isto é, “penetração do membro viril desonesto no vaso traseiro com derramamento de semente”, a única performance homoerótica considerada crime capaz de levar o réu à fogueira (MOTT, 1999, p.18).

Mesmo diante de tantas proibições e castigos, Figari (2007) ressalta que “em território brasileiro, a perseguição não alcançou a gravidade daquele continente europeu. Nunca ninguém foi queimado por sodomia”. Na Europa a morte de fogueira acontecia severamente, o que no caso brasileiro eram substituídas por outros castigos, como jejuns, orações, multas, trabalhos forçados.

São essas marcas que dão norte ao que podemos chamar de uma herança histórica do desrespeito e desclassificação dos sujeitos considerados “desviantes”, ou seja, ou desviavam-se das normas. A fogueira em que muitos foram jogados pelas condenações por atos sexuais criminosos no passado, hoje se manifesta e é representada de outras maneiras. Socos, empurrões, estupros, humilhações, mortes assustadoras, etc., são indícios de um passado terrível e que ainda vigora na história da população LGBTT<sup>2</sup>, que paga com seu próprio corpo o preço por fugir às regras, por ser “desviante”.

Foucault (1984) traz a ideia de que “o Eros pode unir seres humanos qualquer que seja o seu sexo”, e nessa perspectiva, podendo ter amor ou apenas atração sexual. Contudo, Figari (2007), reafirma que as relações entre pessoas do mesmo sexo nos “mostra a possibilidade de construir relações afetivas e amorosas muito além do mero e circunstancial encontro sexual”.

Assim, o ocidente passa por um processo de ressignificação da sexualidade, embasado nos ideários morais das instituições, no que se refere ao sexo, ao matrimônio, a reprodução, enfim, a uma vida social e sexualmente heterossexual. Como Figari (2007) afirma que “toda

---

<sup>2</sup> A 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, realizada em Brasília – DF (2008), decidiu padronizar a nomenclatura usada pelos movimentos sociais e pelo governo, junto com o padrão usado em outros países do mundo. Assim, em lugar do tradicional GLBT, a sigla passou a ser LGBT: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

inclinação ou comportamento que de algum jeito perturbe a relação conjugal será estigmatizado, seja sob a forma de patologia ou de crime”.

Na ordem civil como na ordem religiosa o que se levava em conta era um ilegalismo global. Sem dúvida, o “contra-a-natureza” era marcado por uma abominação particular. Mas era percebido apenas como uma forma extrema do “contra-a-lei”; também infringia decretos tão sagrados como os do casamento e estabelecidos para reger a ordem das coisas e dos seres. As proibições relativas ao sexo eram, fundamentalmente, de natureza jurídica (FOUCAULT, 1988, p. 45).

As questões referentes ao gênero são consideradas uma anormalidade quando se desvia dos padrões heterossexuais, atribuindo juízo de valor, inclusive jurídicos, ou seja, é definida a classificação do gênero em detrimento do sujeito enquanto masculino ou feminino, o desvio desse padrão pode ser considerado subversivo.

Para fazer referência à visibilidade travesti, Silva (2008) nos diz que: o mais impactante hoje não é a operação transexual, mas as corriqueiras fotos de travestis em revistas de nus, a posar languidamente corpos feminino/masculino, falo e seios em corpos arredondados e depilados.

Como afirma Figari (2007) “A categoria de referência é sempre a heterossexualidade compulsória, no sentido que adquire na cultura ocidental”. E por conta desse domínio ideológico as próprias travestis chegam a acreditar que há um conflito na sua sexualidade como reafirma Kulick (2008), quando diz que “há um consenso entre elas: qualquer indivíduo biologicamente masculino que pretenda ser uma mulher sofre de um desequilíbrio psicológico e, portanto, precisa de ajuda profissional”.

Anexou-se a irregularidade sexual à doença mental; da infância à velhice foi definida uma norma de desenvolvimento sexual e cuidadosamente caracterizados todos os desvios possíveis; organizaram-se controles pedagógicos e tratamentos médicos; em torno das mínimas fantasias, os moralistas e, também e sobretudo, os médicos, trouxeram à baila todo o vocabulário enfático de abominação (FOUCAULT, 1988, p.43).

Teixeira (1999) em seu artigo – Histórias que não têm era uma vez; As (in)certezas da transexualidade, relata que na sua pesquisa dois sujeitos por ela entrevistados, foram submetidos, na adolescência, a tratamentos endocrinológicos por seus corpos (e performances) por não corresponderem às expectativas criadas à partir da genitália existente.

Denunciando os impactos das teorias que buscava na origem biológica dos órgãos genitais o trato da homossexualidade como homossexualismo, mais precisamente, a teoria da influência dos hormônios na orientação sexual adulta, cuja base explicativa estaria ancorada na insuficiência hormonal (testosterona).

As ideias que pairavam sobre os órgãos genitais possuíam (possuem) representações da hierarquia dos sexos para submissão dos sujeitos, isto é, a reafirmação de que as relações a respeito do sexo e da sexualidade são construções históricas e culturais, levadas em consideração o potencial da masculinidade. “Entendia-se que os corpos de mulheres e de homens diferem em graus de perfeição. As explicações de vida sexual apoiavam-se na ideia de que as mulheres tinham, dentro do seu corpo, os mesmos órgãos genitais que os homens tinham externamente” (LAQUEUR, 1990, P. 4 apud LOURO, 2008).

Percebemos que o sexo era considerado “igual”, porém, anatomicamente diferente, o do homem seria colocado à mostra, externo, demonstrando a partir da visibilidade externa o seu poder – o pênis como superioridade do sujeito, enquanto que o das mulheres seria o mesmo órgão, porém internalizado, demonstrando a sua inferioridade e submissão. A autora ainda traz que a substituição desse modelo (de um único sexo) pelo modelo de dois sexos opostos, que é o modelo que até hoje prevalece, tem de ser entendida como articulada a mudanças epistemológicas e políticas.

O corpo está condicionado a seguir os padrões estabelecidos pelas normas heterossexuais, portanto, pré-definido e predeterminado numa lógica que visa à padronização de uma sequência consagrada em que o sexo/gênero/desejo/práticas sexuais<sup>3</sup> formam as etapas do desenvolvimento sadio e aceitáveis no mundo da sexualidade humana ocidental. Os corpos e a sexualidade passam a ser elementos importantíssimos na centralidade da ordem e na organização social, assim como peças fundamentais para a quebra de paradigmas, como causa pelas lutas por direitos iguais.

Percebemos que desde o momento da descoberta da gravidez, por saber que existirá uma nova vida, este futuro sujeito estará, mesmo que indiretamente, influenciado pelas ideologias que dominam o campo delicado da sexualidade. Parafraseando Louro (2008) “a declaração “é uma menina” ou “é um menino”, instala um processo que, supostamente, deve seguir um determinado rumo ou direção”, assim, é criada toda uma perspectiva hierárquica na manutenção dos ensinamentos do que venham a ser aceitável para a formação desse novo indivíduo.

---

<sup>3</sup> Peres, 2012 apud Judith BUTLER, 2003.

Há toda uma programação do que esta criança vestirá, as cores que definirão o seu sexo, o nome como referência à sua definição de sujeito masculino ou feminino, os tipos de brinquedo, com quem deve brincar, enfim, uma série de ações que detalhadamente circunscrevem a formação de indivíduos heterossexuais a partir de classificação a-histórica e binária<sup>4</sup>.

Tendo em vista que a definição do sujeito sexuado aconteça antes mesmo do seu nascimento, e existindo a constatação do seu sexo biológico pelo nascimento, lhe resta seguir o que está estabelecido para esse sexo, ou seja, identificar-se com o gênero que lhe representa como masculino ou como feminino, encaminhando para uma sexualidade engessada nos padrões heterossexuais. Tal lógica implica que esse “dado” sexo vai determinar o gênero e induzir a uma única forma de desejo. Supostamente, não há outra possibilidade senão seguir a ordem prevista (LOURO, 2008).

Isto que passará por modificações e críticas a partir do surgimento de novas teorias acerca da sexualidade e do gênero, tratando essas dimensões histórica e culturalmente, e não como uma predestinação a-histórica e livre das influências culturais, como eram concebidas.

No decorrer do século XX, estudos introduziram a problematização da questão de gênero, contestando a tendência que se tem em considerar como natural apenas o que é masculino e o que é feminino. Observou-se que a relação “homem/mulher” e “macho/fêmea” excedem os limites dessa relação binária. Por isso, escolheu-se criticar a definição de gênero pela categoria do sexo (ROMERO 2008 apud BUTLER, 2003, p. 26).

Desta maneira, surge uma confusão a respeito dos corpos que não correspondem sexualmente (nas suas práticas) como homem ou como mulher a partir do órgão sexual biológico dentro dos padrões heterossexuais. Entende-se que “os valores culturais ostentados pelo corpo sexuado, não podendo dizer que ela suceda de um sexo, desta ou daquela maneira” (ROMERO, 2008 apud BUTLER, 2003, p. 24), assim as questões de gênero ganham um diferencial no conceito sobre o próprio termo, abarcando uma ampliação nos estudos sobre a sexualidade humana.

---

<sup>4</sup> Atribuído a dois elementos, neste caso ao masculino ou ao feminino.

Utilizando Romero (2008), “entende-se que a formulação do termo “homens” não seja relativo necessariamente a corpos masculinos, assim como a expressão “mulheres” não sirva apenas para designar corpos femininos”. Essas considerações se fortalecem na medida em que são desenvolvidos os entendimentos acerca dos papéis sociais e da questão da identidade de gênero.

De acordo com Grossi<sup>5</sup>[s.d.] “tudo aquilo que é associado ao sexo biológico fêmea ou macho em determinada cultura é considerado papel de gênero”, enfatizando que determinadas considerações a respeito dos papéis sociais fazem parte de uma reflexão cultural e histórica. É justamente na perspectiva dos papéis sociais que entendemos as questões de identidade de gênero. Afinal, o identificar-se, ou não, com os papéis pré-estabelecidos socialmente fazem ligação com as identidades.

Todo indivíduo tem um núcleo de identidade de gênero, que é um conjunto de convicções pela quais se considera socialmente o que é masculino ou feminino. Este núcleo não se modifica ao longo da vida psíquica de cada sujeito, mas podemos associar novos papéis a esta nova convicção [...] Remete à constituição do sentimento individual de identidade (Grossi apud Stoller, 1978). (Disponível em: <<[http://bibliobase.sermais.pt:8008/BiblioNET/upload/PDF3/01935\\_identidade\\_genero\\_revisado.pdf](http://bibliobase.sermais.pt:8008/BiblioNET/upload/PDF3/01935_identidade_genero_revisado.pdf) >>) acessado em 13/06/2013

Segundo Salih (2012), Butler utiliza as influências de Freud para formular a sua construção teórica sobre as identidades sexuais e de gênero. Desta forma, no trabalho de Freud intitulado como “luto e melancolia” a autora esmiúça o pensamento de Freud e a partir das suas análises cria a sua tese sobre as identidades.

Neste caso, o luto sendo (reação a uma perda real) e a melancolia como (reação a uma perda imaginária) atribuem sentidos voltados à criação do sujeito, uma vez que o mesmo internaliza o seu fracasso, pelo processo de identificação, este que lhe submete à condição patológica. A melancolia comporá a formação do ego do sujeito, como afirma Freud (1996, p. 41) que: “o ego é, então, um depósito de todos os desejos que ele teve que abandonar”, levando em consideração a negação ao “desejo” primitivo, ainda quando bebê, visto que surge o desejo pelos seus progenitores - Pai ou mãe -, e tendo a partir do tabu a proibição do incesto,

---

<sup>5</sup> (Disponível em: <<[http://bibliobase.sermais.pt:8008/BiblioNET/upload/PDF3/01935\\_identidade\\_genero\\_revisado.pdf](http://bibliobase.sermais.pt:8008/BiblioNET/upload/PDF3/01935_identidade_genero_revisado.pdf) >>) acessado em 13/06/2013.



ou seja, o sujeito é induzido a abandonar tais desejos, podendo fortalecer o ódio, aversão, raiva, hostilidade para com as pessoas que tendem a “desviar” dos padrões ditos “normais”.

Salih (2012) utiliza a análise de Butler para compreender acerca da influência da melancolia e do luto na formação da identidade, tendo em vista que o ser melancólico, de certa forma, internaliza o seu desejo proibido, tornando-o falsamente “adormecido”, e passa a identificar-se com o desejo considerado na cultura heterossexual como “normal”, “aceitável”, “correto”.

Nesta etapa, aflora-se no sujeito a disposição do desejo ao sexo oposto, assim como favorece a proeminência da sua identidade heterossexual, tendo uma compatibilidade de desejo referente ao do seu progenitor em destaque, dito de outra maneira se for menina aflora-se a feminilidade, e em consequência disso os desejos ao objeto masculino, e ser for menino o contrário. Assim, a “identidade supõe que o sujeito escolha uma identificação e renuncie a outras, que aceite a separação, o corte” (KRISTEVA, 1994, p. 50 apud FIGARI, 2007).

São essas ideias que pouco a pouco são desconstruídas e/ou apaziguadas quando se entende que “o corpo não pode ser trabalhado pelo historiador apenas como biológico, ao contrário, deve ser percebido como árbitro de sinais culturais. Cada representação do corpo informa sua história e reúne um sistema de valores” (ROMERO, 2008). Desta forma, o corpo possui expressões visivelmente percebidas, mesmo que não deseje mostrar o que realmente é, passa por um processo aparentemente denunciador de classificações, afinal, são “os hábitos, os modos, as formas de tocar, de abraçar, do contato sexual estabelecem mapas não autorizados do corpo”. (FIGARI, 2007, p. 515)

Kulick (2008) afirma que será preciso uma nova concepção, um novo olhar nas questões de gênero e de identidade de gênero referentes às travestis, a começar pelas bases teóricas e estudiosas da questão, desconstruindo a forma engessada de perceber o outro como desajustado e patológico quando este não corresponde aos padrões heteronormativos, assim o autor traz que será preciso.

Um estudo que tome o gênero como um conjunto de ideias, processos, subjetividades e práticas não necessariamente gerados pelos órgãos reprodutivos, ou a eles relacionados, distancia-se da abordagem que vê as travestis simplesmente com inversão, desvio ou tentativa vã (e trágica, errática, agressiva etc.) de homens querendo ser mulher (KULICK, 2008, p.28).

No que tange a desconstrução das teorias como fixas e verdades absolutas, parafraseando Salih (2012) diz que: “O conhecimento avança através da oposição e da

negação, nunca alcançando uma certeza “absoluta” ou final, mas simplesmente propondo ideias que não podem ser fixadas como “verdades”. Isto porque essas verdades produzem efeitos diversos no convívio social, ou seja, as teorias tidas como verdades absolutas e indestrutíveis legitimam as ideias de subversão aos sujeitos contrários às normas, favorecendo as normalizações do que venha a venha a ser aceito ou não em determinada sociedade.

As próprias teorias passam por um processo de reformulação, demonstrando que as “verdades” sobre determinadas coisas estão aparentemente correndo o risco de serem desconstruídas. Assim, as teorias não podem ser consideradas como verdades dentro de uma definição como um processo acabado, mas sempre em evolução/transformação.

Seguindo os pensamentos de Butler, Salih (2012) nos diz que a autora:

Vê a resolução como perigosamente antidemocrática, pois ideias e teorias que se apresentam como ‘verdades’ autoevidentes são, com frequência, veículos para pressupostos ideológicos que oprimem certos grupos sociais, particularmente as minorias ou os grupos marginalizados [...] As noções conservadoras que consideram a homossexualidade como impróprias, contra a natureza”, “anormal” e como algo a ser proibido e punição (SALIH, 2012, p. 13).

Nesta perspectiva, abordar a vida das travestis envolve uma análise que estruturam e monitoram às suas experiências de vida e representações sociais que lhes referenciam desde o glamour até a demonização da sua existência, construídas histórica e culturalmente. Principalmente por comporem o grupo dos sujeitos considerados “desviantes” dos padrões tidos como “normais”. De um modo ou de outro, esses sujeitos escapam da via planejada. Extraviam-se. Põe à deriva. Podem encontrar nova posição, outro lugar para se alojar ou se mover ainda outra vez (LOURO, 2008).

O travesti é assim. Desviante de um ramo de alta visibilidade, ele atrai para si todas as atenções. Nesse sentido é um paradoxal, porque a própria ideia de proibido quase se confunde com a ideia de escondido, secreto. Sempre se imagina que o desvio deve ser cometido em vielas escuras, em sótãos sombrios, enfim, nas áreas sociais e espaços arquitetônicos periféricos, menos visíveis, pouco frequentados (SILVA, 1993, p. 38).

Pensarmos nas travestis para além do binarismo de gênero, e por conseguinte, sujeito de uma sexualidade desprendida e inteiramente liberta aguçando a busca por um conhecimento sobre os seus desejos, as suas práticas sexuais, as formas de desconstrução

daquele modelo padronizado (sexo/gênero/desejo/práticas sexuais) numa lógica heterossexual, assim como descobrir pelas próprias experiências o preço pago por “desviar-se”. Como uma personagem estranha e desordeira, uma personagem fora da ordem e da norma, ela provoca desconforto, curiosidade e fascínio (LOURO, 2008).

É instigante compreender a complexidade de um sujeito perante as identidades e gêneros que se interseccionam, tendo a ambiguidade como forte característica da sua sexualidade, ou seja, o masculino e o feminino entrelaçados pela androginia que sustenta preconceitos e estranhamentos. Sujeitos que passeiam entre o gênero feminino e o masculino, ou seja, as ideias das práticas sexuais ativas e passivas, os comportamentos, identidades, papéis sociais, enfim, a inovação do sujeito dentro do contexto da diversidade humana. Por tudo isso, fica evidente o quanto a sexualidade está intrinsicamente envolvida nas mais peculiares relações dos sujeitos em sociedade.

## **1.2 As questões de gênero e suas implicações**

O sujeito sexuado se constitui ao nascer através dos espelhos no qual se vê refletido como o Outro e através das vozes e práticas de interpelação em uma alienação fundante, as funções materna e paterna, por exemplo, as vozes que atribuem papéis e imagens sexuadas: ‘os homens não choram’, ‘as mulheres são mais delicadas’, ‘este jogo é para meninas’, ‘esse/a menino/a não é como deveria ser’, etc. (FIGARI, 2007, p.506).

Primeiramente, faz-se necessário que entendamos o conceito gênero para que alguns preceitos do senso comum sejam desconstruídos, levando em consideração que a lógica heterossexual não represente significativamente uma identidade de gênero heterossexual tida como “normal” e única, ou seja, há indivíduos com um determinado órgão sexual que não necessariamente se encaixem nos padrões desses papéis sociais estabelecidos, e que, portanto, possuem uma identidade de gênero “fora” dos padrões aceitáveis como normal.

Gênero é a organização social da diferença sexual. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres, mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as

diferenças corporais. Esses significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e no tempo, já que nada no corpo [...] determina univocamente como a divisão social será estabelecida (SCOTT, 1994, p.13).

Quando Bento (2006) afirma que “os corpos que embaralham as fronteiras entre o natural e o artificial, entre o real e o fictício, e que denunciam, implícita ou explicitamente, que as normas de gênero não conseguem um consenso absoluto na vida social”, demonstra que viver em sociedade acarreta uma série de significados correlacionados numa perspectiva de entendimento das pluralidades sobre a diversidade sexual e suas formas de vivenciar o prazer perpassam por uma zona de conflitos entre o normal/anormal, tolerável/condenável, certo/errado.

As travestis no seu cotidiano descontrolam e desafiam as questões de gênero indo de encontro às definições do que realmente representam, nem homem e nem mulher heterossexuais, mas a androginia, uma nova representação peculiar da forma de convívio com a sua sexualidade, sendo um homossexual travestido, ou a concepção de ser uma travesti sem muitas explicações. Quando expõe, teatralmente, seu intuito de reunir em um mesmo corpo elementos de sexos opostos, ou seja, quando combina de maneira esdrúxula traças antagônicas de um sistema classificatório, deixa à mostra um fato desconcertante, que causa desconforto (SILVA, 1993) por serem consideradas “estranhas”.

Desejos e práticas sem que necessariamente precisem de rótulos que a coloquem num padrão comportamental de representação de gênero considerado apenas pelo órgão sexual de nascimento, e nem na perspectiva de um terceiro gênero.

Não creio que exista um terceiro gênero, porque existem apenas dois grandes modelos de identidade de gênero: masculino e feminino. A estes dois modelos são associados atributos e expectativas diferentes em cada cultura; e a sexualidade é apenas um dos elementos que constituem esse modelo. (Disponível em: <<  
[http://bibliobase.sermais.pt:8008/BiblioNET/upload/PDF3/01935\\_identidade\\_genero\\_revisado.pdf](http://bibliobase.sermais.pt:8008/BiblioNET/upload/PDF3/01935_identidade_genero_revisado.pdf) >>) acessado em 13/06/2013.

Concordando com Kulick (2008), que traz a ideia que não aceitar um terceiro gênero é, de certa forma, afirmar o consentimento da lógica binária de gênero, heterossexual, ou seja, para o autor há três tipos de gênero: homens, mulheres e “viados”. Principalmente, porque a

subjetividade travesti não se encaixa na concepção do gênero masculino e nem do feminino. Tendo em vista que as travestis “referem-se usualmente a si mesmas como bichas ou viados”.

No meio travesti há um consenso em torno da percepção afirmativa de um terceiro gênero, mesmo que involuntariamente, porque elas entendem e se consideram compondo esse terceiro grupo de gênero. Até mesmo porque nunca foi indicada a outra opção de gênero exceto as pré-existentes.

Desta forma, as afirmações do seu reconhecimento pelas definições de gênero vagam involuntariamente procurando localizar-se entre o masculino e o feminino, num intenso processo de reconhecer-se numa definição de identidade de gênero binário, mas que impulsionam uma nova reformulação desses padrões de gênero com a criação do ser homossexual enquanto terceiro gênero, ou seja, ao se classificarem como homossexuais, diretamente abrem a discussão do terceiro gênero desconstruindo o binarismo.

Esse binarismo, porém, é ‘diferencial’; ele está enraizado e floresce com base em princípios ‘diferentes’ daqueles que normalmente estruturam e dão significado ao gênero em lugares como a Europa e Estados Unidos [...] A diferença fundamental é que nesses países o sistema de gênero está fundado sobre as diferenças anatômicas dos sexos, ao passo que entre as travestis o sistema está fundado na sexualidade (KULICK, 2008, p. 236).

Há um intenso movimento de inquietação em torno dos pesquisadores, cientistas e teóricos em definir um padrão de gênero que corresponda ao que esses seres (masculino e feminino) representam conforme o seu órgão sexual. Scott (1995), afirma “com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, ‘gênero’ tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens”.

No Brasil as definições não se embasam apenas pelas diferenças anatômicas da genitália, mas como elas são utilizadas, o papel que desempenham nas relações sexuais. Segundo Kulick (2008) “aqui, o lócus da diferença de gênero é o ato da penetração. Se a pessoa só penetra, é homem. Se a pessoa é penetrada, é diferente de homem – e aí ser um “viado” ou uma mulher”.

Mesmo que nos pareçam surpreendentes, os atos sexuais ativos/passivos ainda fazem parte de um rótulo usado entre as próprias travestis como sinais fortes de poder da heteronormatividade. Kulick (2008) diz que “as travestis consideram que os machos são

machos e as fêmeas são fêmeas em função dos órgãos genitais”. Uma vez que a condição passiva representa um papel de submissão como estabelecido para as mulheres, enquanto ao ativo fica a parte de mandar com referência ao masculino, é uma relação entre governo e governado, “como diz Aristóteles, “a fêmea enquanto fêmea é de fato um elemento passivo, e o macho, enquanto macho, um elemento ativo” (ARISTÓTELES apud FOUCAULT, 1984, p. 45).

A presunção de que o sujeito ativo é o mandante, o governo, o forte, enquanto que ao passivo liga-se a ideia de submissão, de governado, enfim, fortalecendo construções machistas e preconceituosas a respeito das práticas sexuais. Assim como as relações de poder que se manifestam a partir das práticas sexuais.

Segundo Kulick (2008) com as travestis essas representações possuem grande potencial referente ao tipo de relação que se deseja ter. Elas se entendem como homossexuais, que tem por desejo os homens (ativos), e que por conta dessa situação fazem o possível para que as suas características femininas ganhem intensidade na libido masculina.

O autor traz ainda que, para as travestis quando um homem (passivo) lhe aborda fica restrito a trabalhos ligados à prostituição, como clientes, mas nunca como namorados ou maridos. Afinal de contas, elas gostam de serem passivas, e no sua dia-a-dia uma das suas principais conversas são assuntos ligados ao pênis (o tamanho, o formato, a grossura). Assim, para os seus desejos e realizações sexuais o homem precisa ser ativo e ter um pênis enorme.

Essa passagem foi importante para percebermos o quanto às diferenças de gênero, papéis sociais e suas identidades influenciam no dia-a-dia de uma travesti, nas suas próprias concepções a respeito de si e dos outros, na dificuldade/facilidade em entender o porquê que elas gostam do seu pênis, assim como pelo fato de gostarem de serem passivas com homens ativos. Esses comportamentos lhes transferem automaticamente para uma representação feminina associada aos adereços e uma imagem de mulher, e quase nunca são percebidas como homossexuais.

Não necessariamente precisaremos de uma definição ativo ou passivo, ou ainda que seja versátil nas relações sexuais para definirmos que o passivo sempre corresponderá a ideias de inferioridades na cama e, por conseguinte, na vida social como um todo, e que o ativo tenha uma colocação privilegiada na escala social pelo simples fato de serem ativos. Contudo, no mundo das travestis “a fronteira entre ‘dar’ e ‘comer’ é fortemente vigiada e defendida pelas travestis” (KULICK, 2008, p. 144).

Não será a condição de buscar prazer (ativo ou passivo) que significará uma transformação social com relação aos papéis sociais, das identidades de gênero, da sexualidade, mas a desconstrução desses preconceitos a respeito das práticas e formas de se fazer sexo, numa percepção muito mais ampla do que o simples fato de serem ativos ou passivos na cama. É preciso internalizar para externalizar o que Foucault (1978) nos traz, “Pensar, ao mesmo tempo, o sexo sem a lei e o poder sem o rei”.

O gênero passa por uma ressignificação a partir de uma anulação propriamente dita e derivada de um segmento obrigatório entre as identidades masculina e feminina, ou seja, o gênero não necessariamente precisa estar definido como masculino ou feminino ou derivado deles, mas ser analisado perante uma representatividade peculiar. Concordando com Figari (2007) quando diz que: “isso não implica um algo não original ou só uma “má cópia” dos modelos de gênero binários, pois, na verdade, não existe um gênero original e outro derivado. Todo gênero é uma tentativa de “representação” e não uma essencialidade”.

Na nossa sociedade a ideia de que nos tornamos homens ou mulheres quase que somente a partir da vivência sexual é ainda muito presente [...] Contudo, o marco ainda é a genitália e a penetração, o lugar demarcador e limitador de quem é homem ou mulher, papéis e posições (ÁVILA e GOUVEIA, 1996: 167 apud KULICK, 2008).

As travestis não estão obrigatoriamente nem como homem e nem como mulher e, também não desejam “trocar” seu órgão sexual, mas passeiam entre essa junção de gêneros, numa intensa liberdade de domínio do seu corpo e da sua representação enquanto sujeitos desprendidos dos padrões e das normas, criando a sua própria concepção de gênero descrita por outros. Assim, Figari (2007) afirma que “as interpelações dos aparelhos de repressão operam em e a partir dos corpos. O corpo é assim visto como texto material no qual se inscrevem as diferenças, a exclusão, enfim, o peso na construção da subjetividade”.

Há uma facilidade em rotular pessoas a determinadas classificações, como pressupostos básicos de uma identidade deteriorada a partir dos seus comportamentos e práticas sexuais. Kulick (2008) afirma que recusar-se a reconhecer o gênero das travestis é um meio prontamente disponível de rejeitar seu próprio direito de existir. No entanto, Silva (1993) ressalta que a travesti só se torna objeto pensável se tratando como cidadão, ou como candidato à cidadania a partir do momento em que essas barreiras de identidades de gênero e dos papéis sociais são desconstruídas socialmente fora dos padrões ditos “normais”.

A travesti passa por um processo de redefinição, aparentemente estigmatizada, afinal, o ser travesti carrega durante toda a sua vida um rótulo negativo, ou seja, uma marca que o define anormal pelas suas diferenças físicas e comportamentais. É por conta desse estigma em que várias situações desagradáveis acontecem no percorrer da sua existência.

Segundo, Goffman (2008) foram os gregos que criaram este termo “*estigma*”, na perspectiva de marcar com um sinal no corpo o sujeito que fugia às regras, para que fosse reconhecido a primeira vista como um ser repulsivo, portanto, desprezível e sujeito à condenação. Assim, fica evidenciada que a “diferença” faz menção a anormalidade, por ser um “estranho” naquele grupo.

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas (GOFFMAN, 2008, p. 11-12).

A travesti não é reconhecida dentro da categorização de diversos grupos de uma sociedade fragmentada e preconceituosa, lhe restando os “sinais” dos estigmas atribuídos a elas. É como se fossem incompatíveis à normalidade.

As travestis geralmente são percebidas como desajustadas sexualmente, e perdem a sua identidade enquanto indivíduo humano para serem condenadas a uma identidade social com base nos rótulos negativos, até mesmo por conta de um processo histórico de repressão, como já vimos.

[...] ‘*invertidos*’ e ‘*invertidas*’, ‘*mulheres vestidas de homem*’ e ‘*afeminados*’ que ousaram trajar-se com roupas e adereços do sexo oposto – *travestis* e *transformistas* de ambos os sexos – rotulados pela moderna Sexologia de ‘*transgêneros*’ ou ‘*cross-dressing*’, muito embora para alguns poucos o travestismo não implique obrigatoriamente em assumir práticas homoeróticas (MOTT, 1999, p.19).

A não aceitação e o descumprimento dos padrões heterossexuais classificam os sujeitos como desviantes e, portanto condenáveis ao convívio social. De acordo com Simpson<sup>6</sup> (2011) “das populações excluídas, a que causa mais estranheza é, sem dúvida, a das

---

<sup>6</sup> Ver artigo de Keila Simpsom, 2011 – travestis: entre a atração e a aversão.



travestis, pois como a identidade é visível, fica difícil ocultar-se ou misturar-se na multidão, passar despercebidas”.

Desta forma, surge uma teoria que está associada aos sujeitos subversivos, neste caso a Teoria Queer que de acordo com Louro (2008) a teoria queer pode ser vinculada às vertentes do pensamento ocidental contemporâneo que, ao longo do século XX, problematizaram noções clássicas de sujeito, de identidade, de agência, de identificação.

Esta indica como um sujeito “queer” pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário, (LOURO, 2008). Dito de outra maneira, os sujeitos considerados pela teoria queer, nada mais são do que seres humanos que decidiram viver a sua sexualidade fora dos padrões, isto é, fora das imposições que limitam os seus desejos, comportamentos e práticas sexuais à normas estabelecidas como “normais”, mesmo que tenham que ser estigmatizadas por isso, somados a viverem segundo Louro (2008), “mais de uma identidade, mais de gênero, propositalmente ambígua em sua sexualidade e em seus afetos”. Nesta perspectiva as travestis compõem o grupo dos sujeitos tidos como “queer”, como a própria autora ainda enfatiza como queer significa colocar-se contra a normalização-venha ela de onde vier.

No entanto, percebemos como tais efeitos colaterais são necessários para sinalizar de que forma a sexualidade passou a ser um meio de repressão, de silêncio, de uma ciência sobre o sexo, como incita o próprio Foucault (1988). Associado às relações de poder que cercam os sujeitos nas suas mais íntimas relações e consigo mesmo, tendo em vista as diversas influências do poder, este advindo das múltiplas instituições modeladoras do sujeito sexuado, ditando o limite entre o normal/anormal, aceitável/condenável, ou seja, como os sujeitos que vivenciam a sexualidade fora desses padrões são direcionados a uma concepção de seres abjetos, facilmente classificados como patológicos, assim, “Descrivendo os processos pelos quais nos tornamos sujeitos ao assumir as identidades sexuais/”generificadas”/racializadas que são construídas para nós (e, em certa medida, por nós) no interior das estruturas de poder existentes” (SALIH, 2012, p. 10).

A oposição binária heterossexualidade/homossexualidade ganha centralidade nas análises de quase todos, uma vez que entendem ser essa uma oposição que articula as práticas sociais e culturais, que articula o conhecimento e o poder e que contribui para produzir os sujeitos. A homossexualidade é analisada como parte de um regime de poder/saber (LOURO, 2008, p. 59).

Nesta perspectiva, faz-se necessário perceber o quanto a questão do poder, este vindo das várias direções que cercam o indivíduo e, que promovem o que Foucault (1984) chama de “modo de sujeição”. Esta sendo “à maneira pela qual o indivíduo estabelece sua relação com essa regra e se reconhece como ligado à obrigação de pô-la em prática” encontra força nas relações interpessoais. Figari (2007) reafirma essas ideias quando diz que “não basta gerar um indivíduo “já sujeito”, deve-se “assujeitá-lo” por toda a sua vida”.

Partindo desse pressuposto, as ações e práticas tanto das travestis, quanto de quem não as toleram, circulam nessa zona entre o lícito/ilícito, entre o certo/errado, aceito/condenado. Figari (2007) cita que, no que tange à prisão por libidinagem, “esse tipo de repressão estava mais direcionado ao controle das denominadas “classes perigosas”, às formas de sujeição da subalternidade, do que aos comportamentos homoeróticos”. Enfim, são as influências dessas ideias que representam e diferem o modo de viver de cada sujeito, enquanto “obediente” ou não a essas ideias. Foucault (1988) afirma que “o poder legislador, de um lado, e sujeito obediente do outro”.

Todavia, são as travestis que não toleram serem obrigadas a comungar de ideias que não fazem parte do seu modo de viver a sua liberdade sexual. Sendo importante ressaltar que isso não signifique necessariamente um desrespeito à moral, mas apenas uma forma peculiar de manter-se no mundo e de relacionar-se, utilizando o seu desejo pelo prazer ao ato sexual considerado subversivo.

Entretanto, a travesti representa um desvio à “moral e aos bons costumes”, em prol de uma submissão ao poder controlador das ações humanas, principalmente quando à discussão é a sexualidade. Elas são demonizadas. Assim, a moral para Foucault (1984) “entende-se um conjunto de valores e regras de ação propostas a indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como podem ser a família, as instituições educativas, as Igrejas, etc.”.

O poder para Foucault (1988), não significa necessariamente de onde ele vem ou pra onde ele vai, mas por onde ele passa como isso acontece e quais as relações de poder que envolvem determinadas ações. Portanto, o poder não como sentido de Estado, mas entre diferentes pessoas, família, universidade, quartel, hospital, Igreja, enfim, em todas as instituições possuem relações de poder.

É necessário também perceber que o poder não parte apenas de uma instituição, a exemplo da prisão, que existe uma hierarquia do poder e formas diferenciadas de ser percebido esse poder, desde a direção até às selas. As relações de poder se manifestam, de acordo com o espaço em que o sujeito se encontra e, nas mais diversas formas. As mais

variadas instituições trazem na sua base a hierarquia do poder, e conseqüentemente a lógica dos dominadores e dominados, presente em qualquer relação social. Foucault (1988) reafirma que “o poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares”.

Pensar na questão gênero é também analisar toda uma conjuntura que envolve as relações de poder, afinal, são por conta desses domínios que se ditam o que está correto ou não perante o sujeito e suas práticas e comportamentos. Entretanto, o gênero está associado com a identidade e papéis sociais, desta forma a representação do sujeito perante os outros no processo de socialização demonstram a articulação e domínio desses poderes sobre o sujeito em classifica-lo a determinado gênero. Utilizando Arilha (2010) o gênero é um assunto de poder. Portanto, discutir gênero é se situar em um espaço de lutas marcado por interesses múltiplos.

A definição de gênero também acaba sendo um dispositivo de diferenciação de poder entre os sujeitos nas suas relações interpessoais. Afinal, homens e mulheres possuem historicamente poderes e papéis sociais diferentes, e essas ideias são reforçadas histórica e culturalmente.

Na questão travesti é importante perceber o quanto assumir-se ou denunciar pelos comportamentos e atos, trazem uma série de violências pela sua condição de vida. A partir de então os indivíduos são manipulados a manterem práticas e comportamentos que o identifiquem como aceitáveis, ou pagarão um alto preço por “fugirem” dos padrões.

É justamente esse alto preço que as travestis estão dispostas a pagarem todos os dias quando levantam e quando vão dormir, por desafiarem às normas. Para elas o assumir-se como travesti possui uma luta política e uma visibilidade aparentemente escondida, como se tivessem uma obrigação de serem percebidas como travestis, porque essa atitude faz parte de uma reafirmação da sua identidade que precisa ser reconhecida e respeitada diante da diversidade sexual, e não apenas como sujeitos que “vagam” entre os gêneros ou estão fora da classificação.

Em contra partida assumir-se e resistir a essas pressões não lhes garantem aceitação social e uma cobertura de direitos como são assegurados para os indivíduos ditos “normais”, muito pelo contrário, pode ocasionar maiores agressões. Os atos violentos contra as travestis continuam a fortalecer e evidenciar a transfobia<sup>7</sup> “escondida” no país.

---

<sup>7</sup> Vista como aversão ou discriminação aos travestis, transexuais e transgêneros.

Portanto, as travestis convivem com as referências a elas condenáveis que utilizando Leite Júnior<sup>8</sup> (2012) afirmam ser uma “abjeção<sup>9</sup>”, conduzindo-nos ao “monstro<sup>10</sup>”, sendo esse o ‘monstro’, por excelência a marca hiperbólica de algo fora da ordem, seja ela ‘natural’, ‘sobrenatural’ ou, no mínimo, fora dos ordenamentos conhecidos.

Partindo desse pressuposto, as travestis são classificadas como “monstros” que precisam de forma inteligível dar visibilidade à sua existência, para desconstruir uma imagem negativa que fora criada historicamente e que na atualidade perpassa por embates, que como Kulick (2008) afirma que “as travestis sabem muito bem que todos os brasileiros são habituados desde cedo com os estereótipos depreciativos a seu respeito, e sabem que, país afora, até os próprios gays tendem a desprezá-las e condená-las”.

[...] um esforço para ajustar os mecanismos de poder que enquadram a existência dos indivíduos: significa uma adaptação e harmonia dos instrumentos que se encarregam de vigiar o comportamento cotidiano das pessoas, sua identidade, atividade, gestos aparentemente sem importância; significa uma outra política a respeito dessa multiplicidade de corpos e forças que uma população representa (FOUCAULT, 1987,p. 72).

Assim, discutir gênero dentro dos padrões binários existentes pode nos levar a reforçar os estigmas que geram violências, desconsiderando todo histórico de vida do sujeito, seus anseios, desejos, prazeres, enfim, todas as sensações que lhes causam realizações sexuais e sociais. Desta forma, as travestis precisam ser olhadas por ângulos livres de rótulos e classificações preconceituosas, tendo a liberdade de ir e vir na forma que lhe for conveniente e desejável, passeando ou não entre os gêneros ou ainda sendo considerada componente de um terceiro gênero. As forçadas definições lhes direcionam ao ser abjeto numa sociedade que se alimenta das ideias heterossexuais.

### **1.3 O conceito travesti e a luta pela visibilidade positiva**

“O Ponto crucial de sua autopercepção como travesti foi descobrir que sentia atração por homens” (KULICK, 2008, p.78).

<sup>8</sup> Ver artigo – Transitar para onde? Monstruosidade, (des)patologização, (in)segurança social e identidades transgêneras. Jorge Leite Junior, 2012.

<sup>9</sup> Palavra empregada como um adjetivo, sinônimo de algo repulsivo, repugnante, desprezível, vil, que inspira horror. Por Jorge Leite Júnior, em artigo: Transitar para onde? Monstruosidade, (des)patologização, (in)segurança social e identidades transgêneras, 2011. Butler – cuerpos que importan

<sup>10</sup> Jorge Leite Júnior, 2011.

Diante da diversidade sexual que dificulta, de certa forma, o entendimento e exatidão dos seres que estão “fora” dos padrões sexuais tidos como “normais”, principalmente por desviarem o entendimento visível e estereotipado do que venha a ser homem ou mulher na sua definição pré-estabelecida a partir do órgão sexual biológico é que as travestis podem ser classificadas, nas concepções do senso comum, como seres anormais.

Tendo seu órgão sexual masculino, mas com uma representação feminina, que desta forma vivem nas duas esferas – entre o masculino e o feminino – num intenso processo de resignificação do seu ‘eu’ aparentemente visível, causando considerações deturpadas sobre a sua definição. Figari (2007) traz a noção que “as imagens que fazemos das coisas, de nós mesmo, e as imagens que os outros fazem de nós constituem os discursos e suas formações”.

As noções sobre o entendimento do que venha a ser uma travesti envolvem um mosaico de características peculiares que as definem enquanto tal, como Kulick cita.

O termo ‘travesti’ deriva do verbo ‘transvestir’, que pode ser o sentido de vestir roupas do sexo oposto (ou Cross-dress, em inglês). Porém, as travestis não se caracterizam apenas por usar roupas de mulher. A principal característica das travestis de Salvador, e de todo o Brasil, é que elas dotam nomes femininos, roupas femininas, penteados e maquiagem femininos, pronomes de tratamento femininos, além de assumirem grande quantidade de hormônios femininos e pagarem para que as outras travestis injetem até vinte litros de silicone industrial em seus corpos, com o objetivo de adquirir aparência física feminina, com seios, quadris largos, coxas grossas e, o mais importante, bundas grandes (KULICK, 2008, p. 21).

O entendimento do que venha a ser travesti necessita de uma compreensão muito mais abrangente do que simplesmente as perceberem como “homens tentando ser mulher”, mas analisar o lado masculino e feminino tido como complementares e indissociáveis, e não apenas se resume numa tentativa infeliz de ser mulher.

Nesta perspectiva, as travestis acabam construindo a sua própria identidade sem negar os dois lados que compõem a sua concepção de gênero, afinal, são geneticamente homens que utilizam características e adereços femininos na tentativa de sustentar os desejos correspondentes a uma vida homossexual.

É justamente pelo desejo e as práticas sexuais por outros homens que as travestis não desconsideram o seu lado homossexual. Contudo, a formação de uma travesti perpassa por um

processo desde a infância, quando o despertar para a sexualidade está sempre associada a relações sexuais com homens, e primordialmente sendo passivas.

As experiências e concepções que levam uma travesti a tomar tal decisão ocorrem e são formadas ainda na infância. As travestis recordam-se da infância como um período marcado por jogos eróticos com outros meninos e atração sexual pelo sexo masculino, culminando sempre em uma série de experiências sexuais nas quais a futura travesti é penetrada por um menino mais velho ou por um homem adulto. Depois da primeira relação anal, os meninos que se transformarão em travesti começam a se vestir de mulher, cada vez mais explicitamente, e dão início a diferentes modificações corporais no sentido de se tornarem mais femininos (KULICK, 2008, p.65).

Todas essas experiências acabam culminando na formação de uma travesti, nos moldes que elas mesmas consideram legais. Desde as primeiras modificações – roupas, acessórios etc.- até a aplicação de hormônios e silicone que são considerados o mais alto grau de definição travesti, tendo em vista que uma vez feito às aplicações não podem mais voltar atrás, essa seria como a verdadeira certeza do que se deseja ser, irreversivelmente. De acordo com Silva (1993) “Travesti tem que ter silicone, hormônio. Não tem travesti sem hormônio”.

Portanto, faz-se necessário conhecer diante da complexidade do mundo LGBTTT a diferenciação entre travestis, transexuais, transformistas e até mesmo os gays, para situar em que momento há o que podemos chamar de divisor de águas entre as significações peculiares de cada identidade de gênero. E, não apenas toma-las como formadoras de um grupo de minoria LGBTTT que as classificam como iguais, levando em consideração suas diferenças essenciais e concepções de vida social. “No afã de desdiferenciação ou de “normalização”, o gay não deveria ser confundido com a travesti, já que, segundo palavras de Mascarenhas, “o homossexual está para a travesti como a feminista para a prostituta”, vinculando-as diretamente com a droga, a prostituição e o roubo” (FIGARI, 2007, p. 446).

As travestis não se definem como mulheres, isto é, apesar de viverem o tempo todo vestidas como mulheres, referindo-se umas às outras por nomes femininos, e sofrendo dores atrozes para adquirir formas femininas, as travestis não desejam extrair o pênis e não pensam em ser mulher (KULICK, 2008, p.21-22).

Até mesmo porque se levarmos em consideração, que apenas o estereótipo assegura uma classificação como definitiva poderemos cometer erros graves a respeito da identidade de gênero dos outros sujeitos. E essa passagem evidencia o descuido de generalizarmos determinadas classificações apenas pelo estereótipo, unicamente pelo visível, sem maiores aproximações.

O que está escondido nas questões de gênero não se encontra apenas no que é visível, montado, modificado no sujeito como uma definição padronizada de gênero, mas que histórica e culturalmente crescemos reproduzindo os papéis sociais que a nós foram herdados. Portanto, as modificações corporais feitas pelas travestis podem ser levadas, pelo senso comum, a uma referência de que toda transformação cometida por elas as referenciem a uma identidade de gênero ou órgão sexual que as classifiquem como transexuais, e não é bem assim que funciona.

Enquanto que com os transexuais há uma aversão por parte das travestis quando dizem que “os transexuais são chamados de bichas operadas ou bichas castradas. Algumas travestis dizem ainda bichas mutiladas [...] Amputar o pênis, por sua vez, só pode resultar na perda definitiva da experiência do prazer sexual” (KULICK,2008, p.101). Essas concepções garantem a diferença do que venha a ser travesti e transexual, tendo em vista principalmente, a importância que as travestis dão ao seu órgão sexual – o pênis- como essenciais na sua sexualidade e, portanto não renegam que as práticas sexuais mais excitantes e que causem realizações com o seu desejo chegando ao gozo só podem ser concluídas por conta do seu pênis.

Neste ponto que as definições precisam estar em consonância com os seres pesquisados na sua realidade mais sólida para que sejam desconstruídas as falsas ideias de que se conhecem bastante o mundo das travestis e seus modos de convívio social por definições rasos e superficiais da sua existência, confundindo-as com transexuais, por exemplo, que se entendem como mulheres, ou seja, têm um órgão anatomicamente masculino que não corresponde aos seus outros atributos e concepções.

Assim, separando o senso comum e as visões pejorativamente deturpadas pela própria falta de aproximação com as travestis foi o que resultou numa legitimidade e respeito pelo trabalho desenvolvido por Kulick (2008) *Travesti – prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*, o qual teve de fato uma aproximação real e íntima com o mundo das travestis e o que as cercam com todas as estratégias de sobrevivência e percepções que estão escondidas à primeira vista.

No que se referem às transformistas KULICK nos diz que:

Transformistas são homossexuais do sexo masculino que durante o dia se comportam como homens no trajar, nas ações, no uso de nomes masculinos. Mas à noite vestem-se como mulher, usam perucas e maquiagem, seja para frequentar boates gay, seja para se prostituir [...] Definindo as diferenças, as travestis sublinham que, ao contrário dos transformistas, elas vivem como mulher 24 horas por dia. Além disso, alteram seus corpos ingerindo hormônios, o que resulta no aparecimento de seios (difíceis de esconder no caso de desejarem retornar a uma aparência masculina) (KULICK, 2008, p. 83).

O que define uma divisão estereotipada entre uma travesti e uma transformista está representado na injeção de hormônios, tendo em vista que por mais que se tente ludicamente encantar ou seduzir os homens, em qualquer momento as transformistas utilizam o mundo feminino enquanto estão “montadas” enquanto que as travestis têm os hormônios no seu corpo como uma verdadeira aparência feminina que não pode ser escondida, uma vez aplicado silicone o retrocesso jamais será feito, assim esta injeção de hormônio assegura a sua etapa final no processo de transformação travesti e a permanência nele. Silva (1993) traz a ideia de que “o travesti tem uma natureza diferente produzida pelo silicone”.

A natureza feminina do travesti ganha corpo, se consolida, se arredonda no cotidiano, minuta a minuto, no milímetro (pêlo a pêlo) combate a tudo que tenta brotar do homem subjacente. Esse combate, se iniciando na adolescência, confunde-se quase com os ciclos naturais, criando uma natureza feminina (SILVA, 1993, p. 134).

Mesmo quando são consideradas como homossexuais, por terem órgão sexual masculino, com desejos e práticas sexuais com pessoas do mesmo sexo, que as classificam como homossexuais, as travestis ainda reforçam o diferencial entre a sua condição com o conceito homossexual, assim,

A subjetividade travesti não é subjetividade de mulher nem subjetividade de homem, é a subjetividade de um afeminado de sexo masculino - um homossexual” [...] Mas as travestis não são apenas homossexuais. Elas são, em sua própria opinião, os únicos homossexuais realmente ‘assumidos’ no Brasil (KULICK, 2008, p. 231).



Olhando por esse ângulo, é como se as travestis se considerassem homossexuais legítimos por estar representando o seu lado afeminado na forma mais cativante e lúdica do desejo de atrair outros homens se travestindo de mulher, sem querer sê-la, como também sem ter medo de passar por represálias e desaprovações como acontece normalmente com os gays quando são percebidos como afeminados, e que, portanto, não desejam serem comparados com uma travesti, porque de fato, não os são.

Ao passo que outros indivíduos do mesmo sexo masculino denegam e disfarçam o desejo pelo mesmo sexo, as travestis abraçam esse desejo e se deliciam com ele. A vida delas é ancorada nesse desejo. O corpo delas é fabricado em função desse desejo. Assim, o corpo das travestis – com suas bundas exuberantes, seus peitos de silicone e seus pênis prontamente funcionais – pode dar aos comentadores a impressão de ambiguidade ou androginia, mas, do ponto de vista das travestis e das pessoas que interagem com elas em seu meio, o corpo é uma declaração de completa não-ambiguidade. Muito ao contrário de transmitir ambiguidade, seu corpo transmite a certeza: eis ali um ‘viado’ (KULICK, 2008, p. 233-234).

É a partir deste entendimento que a concepção travesti é considerada nesse trabalho, levando em consideração a importância de diferenciarmos as categorias que se cruzam e, em certos momentos até se confundem por serem tão parecidos, em certos momentos, homens – transexuais – homossexuais – e travestis por fim. Contudo, é preciso analisar a importância da discussão de gênero nessas abordagens, levando em consideração a condição travesti como um importante segmento homossexual que precisa ser estudado e entendido nas suas peculiaridades e representações.

Segundo Figari (2007) as travestis não eram aceitas nos grupos que defendiam a causa homossexual por conta de um estigma que as mesmas passavam por serem consideradas inferiores por conta dos seus comportamentos, considerados exagerados e “fechativos”, totalmente inaceitáveis entre os gays, traçando uma distinção entre os homossexuais. O autor ainda nos diz que:

A travesti era uma categoria confusa e contraditória para o modelo do “gay comportado”, que a considerava uma ofensa à sociedade e a uma visão “correta” dos gays”. E por conta dessa forma de viver elas eram de certa forma, excluídas no universo gay e das propostas de compor o grupo de militância por defesa dos direitos desse segmento, “não incorporavam, em princípio, aos nascentes grupos homossexuais (FIGARI, 2007, p. 441).

As travestis estrategicamente aproveitavam os bailes de carnaval para saírem travestidas sem medo de serem presas, inclusive, Figari (2007) traz que, “A estrela de revista Dercy Gonçalves organizou um concurso de fantasias para homens fantasiados de mulher, que, diante de seu sucesso e aceitação, se tornaria um evento anual entre as demais festividades do carnaval carioca”. Foram festas como estas, que possibilitaram as travestis “saírem” às ruas sem a preocupação de serem presas. Portanto, para entendermos como era tratada as travestis, faremos um apanhado histórico na tentativa de compreendermos como as ideias contra os subversivos avançaram séculos.

Acreditar que as experiências e o amor entre pessoas do mesmo sexo já faziam parte da realidade brasileira desde a época da colonização. Afirma Figari (2007) “quando o menino branco deixava seu berço, davam-lhe como presente um escravo de mais ou menos a sua idade”. Estes cresceriam juntos sob uma condição desigual de poder entre eles, tal como um que manda e outro que obedece. Contudo, “era este moleque o primeiro objeto das suas práticas sexuais”.

Na Era Republicana, segundo Figari (2007) “O Código de Processo Criminal de 1832 derogou as antigas leis do reino e apenas penalizava os comportamentos públicos que ofendessem a moral e os bons costumes”. Tendo em vista que as práticas sodomitas e as travestis, conseqüentemente eram condenadas por reproduzirem tais práticas e comportamentos.

O Código Republicano de 1890 só aumentou a penalidade, dispondo no Art. 282, ‘ultraje público ao pudor’: castigar com pena de 1 a 6 meses de prisão a quem: ‘Ofender os bons costumes com exhibições impudicas, atos ou gestos obscenos, atentatórios do pudor, praticados em lugar público e que sem ofensa a honestidade individual de pessoa ultrajam e escandalizam a sociedade’ (FIGARI, 2007, p.261).

Tendo em vista que as travestis, apenas por estarem em vias públicas já eram consideradas por grande parte da população como uma ofensa, somados ao agravante de para além de travestis, prostitutas. E que por conta dessas representações, utilizando Figari (2007) o travestismo também é motivo agora de repressão penal: O Código de 1890 castiga com 15 a 60 dias de prisão a quem ‘disfarçar o sexo, tomando trajos impróprios seus e trazê-los

publicamente para enganar'. De acordo com Silva (1993) um homem vestido de mulher, fora do carnaval, seria inimaginável ainda na década de 50 ou 60. Sua própria circulação na rua seria extremamente problemática.

No Código Penal de 1940, a homossexualidade não era formalmente considerada crime, enquanto não manifestasse atos em espaços públicos, ofendendo a moral e os bons costumes. Principalmente porque outros temas tomaram destaque e preocupação no cenário social da época, tais como os jogos, a prostituição e o tráfico de drogas. Mas é preciso fortalecer que a proibição à homossexualidade fora apenas retirada do foco principal.

As travestis com a sua visibilidade traz consequências negativas e estigmatizadas sobre a sua existência, assim como atos violentos contra sua vida cotidianamente. Desta forma, lhes restaria lutar por um respeito igual, numa sociedade diversa e confusa nas questões de sexualidade e gênero fortalecendo a sua cidadania<sup>11</sup>. Utilizando Figari (2007) “A procura de reconhecimento e a cidadania travesti estariam na base de todo o grupo – cidadania que passa inclusive pelo direito à própria vida”.

De acordo com Figari (2007) as travestis na luta por uma visibilidade positiva e igualitária promoveram uma manifestação com a seguinte reivindicação: “as travestis, em uma postura radical de defesa ante a violação sistemática de todos os seus direitos, proclamaram um novo direito: o “não-direito” através da “não-cidadania”.

Vamos para o Paraná, em outubro, entrar com uma liminar no Supremo Tribunal de Justiça (STJ), pedindo isenção de impostos para as travestis, porque não temos direito à saúde, educação e segurança. Aonde vai o dinheiro da nossa contribuição? E o projeto de direito à isenção do exercício da cidadania é inédito no mundo (FIGARI, 2007 apud Jovana Baby, entrevista à Barbi, *Sui Generis* 49, 1999:51).

Foram quando as mudanças começaram a ganhar destaque no mundo das travestis, sendo que isso não necessariamente significa ampliação do respeito para com as travestis, mas houve um “recrutamento” para uma nova guerra, reconhecer-se travesti e lutar por seu espaço tanto no público quanto no privado a partir da sua visualização nos diversos espaços, mostrar a existência desses sujeitos.

---

<sup>11</sup> Cidadania entendida segundo COUTINHO (1994), como sendo “a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado”.

É na década de 1970 que as travestis, não sem muita coragem e perseguição feroz, começam a sair à rua e disputar espaço com as prostitutas [...] A polícia reprimia com violência extrema as travestis, quando não eram literalmente exterminadas (FIGARI, 2007, p. 433).

De acordo com Kulick (2008) as travestis “Começaram a surgir em maior número no Brasil apenas nos anos 1970, com o aparecimento dos hormônios e a posterior descoberta do silicone”. Quando cada vez mais se conseguia visualizar as travestis nas vias públicas, sempre mantidas numa visão marginalizada e criminalizada. FIGARI (2007) cita que “A visibilidade travesti, na realidade, deu-se por duas vias: o espetáculo e a prostituição”. Foi esse mosaico de representações lhes causaram, historicamente, toda uma série de atentados contra a sua vida.

A partir da 1975, emerge o Movimento de Libertação Homossexual no Brasil, do qual participam, entre outros, intelectuais exilados/as durante a ditadura militar e que traziam, de sua experiência no exterior, inquietações políticas feministas, sexuais, ecológicas e raciais que então circulavam internacionalmente (LOURO, 2008, p. 31).

Em se tratando de América Latina foram criados ordenamentos repressivos e protetivos na perspectiva de melhor desenvolver ações em prol de um melhor convívio social, e ampliação dos direitos do cidadão voltados à sua sexualidade.

*Ordenamentos jurídicos com grau mínimo de proteção:* são aqueles onde foram revogadas as proibições tradicionais de práticas sexuais divorciadas dos padrões hegemônicos, especialmente vinculadas pelo direito penal.

*Ordenamentos jurídicos com grau intermediário de proteção:* são aqueles em que, além de não criminalizarem tais práticas sexuais, instituem medidas sancionadoras de atos discriminatórios, como, principalmente, a proibição de discriminação por orientação sexual.

*Ordenamentos jurídicos com grau máximo de proteção:* são aqueles onde, além da descriminalização das práticas referidas e do sancionamento de atos discriminatórios, são instituídas medidas positivas de proteção e de reconhecimento de práticas e identidades sexuais de gays, lésbicas e transgêneros.

Disponível em: RIOS, Roger Raupp. Para um direito democrático da sexualidade. <[http://www.clam.org.br/pdf/roger\\_dirdemsex\\_port.pdf](http://www.clam.org.br/pdf/roger_dirdemsex_port.pdf)>.

Acesso em: 10 de Julho 2013.

Neste último ordenamento, o Brasil é bem pouco adepto, contudo há uma nova reformulação das medidas protetivas para os sujeitos do grupo LGBTT, que mesmo com tantas desaprovações o país está avançando a passos lentos na proposta de uma ampliação da democracia dos direitos LGBTT. Comparada a países como Cuba, por exemplo, que pune as manifestações homossexuais.

A ausência de uma regulamentação fundada na perspectiva dos direitos humanos quando se cuida da situação específica da transexualidade ou de travestis. Nestas frentes, aliás, costumam prevalecer as abordagens biomédicas, especialmente no que diz respeito à transexualidade. Quanto ao tratamento dirigido a travestis, mesmo nos países onde tal condição não é considerada ilícita, predomina uma abordagem repressiva, a partir da criminalização de atos considerados obscenos em via pública e da repressão à prostituição. (Disponível em: << <http://www.clam.org.br/pdf/rogerport.pdf> >>) acessado em 12/07/2013.

As repressões passam a ter diferenças no tratamento com esses sujeitos, mesmo pertencentes a um mesmo grupo, como o LGBTT. Afinal, as especificidades e peculiaridades de cada segmento pertencentes a esse grupo tomam proporções diferenciadas, reafirmando a sua forma heterogênea e diversificada, ou seja, a defesa dos ideários travesti não são necessariamente as mesmas dos gays.

No caso brasileiro, surge uma nova luta pela visibilidade homossexual embasado a princípio de que “assumir-se”, revelar a identidade homossexual seria uma peça importante para a militância por uma visibilidade aparentemente ignorada, assim como mecanismo para ampliação dos direitos. Parafraseando Louro (2008), para fazer parte da comunidade homossexual, seria indispensável, antes de tudo, que o indivíduo se assumisse, isto é, revelasse seu segredo, tornando pública sua condição.

Rios (2006) expõe a respeito dos ordenamentos jurídicos, em que aos transexuais e as travestis voltam-se a repressão da sua forma condenável, e que, portanto, podendo passar por uma invisibilidade aparentemente disfarçada, ou numa visibilidade percebida e tratada pejorativamente.

Desempenhando um papel de destaque na denúncia dos crimes contra a população LGBTT, Figari (2007) afirma que “os crimes homofóbicos passaram a ser conhecidos, por

serem contabilizados e registrados (especialmente pelo Grupo Gay da Bahia, pioneiro nessa atividade desde a década de 1980)”.

Passamos na história por um período de intensas transformações, final da ditadura militar e fortalecimento dos movimentos sociais por uma redemocratização. Como o crescimento do movimento LGBTTT a partir da década de 80.

De acordo com Figari (2007) gerou-se nessa década o que o autor chama de “gay cidadão”. “cidadão, moderado e fortemente diferenciado, encaixado nos moldes da heterossexualidade”. Havia uma nova concepção em torno dos comportamentos gays, os considerados “comportados” teriam conseqüentemente maior valorização e direitos como os heterossexuais, enquanto que os outros que não eram considerados tão comportados assim, dentre eles as travestis, estariam fora dessa cobertura, e, portanto, consideradas não cidadãs.

Portanto, há uma falta de consenso nas ideias e lutas dentro dos grupos de minoria, isto é, nem todos os sujeitos que compõem determinado grupo são respeitados nas suas peculiaridades, ou digamos, seus interesses formam lutas antagônicas, de interesses diversos e não comuns para um grupo, causando transtornos que impedem, de certa forma, a ampliação das conquistas como um todo. Assim, demonstrando a fissura dos grupos de minoria.

Contudo, além dos problemas internos dos grupos surge também outro elemento que dificultará a positividade do movimento homossexual no país, a Aids. Esta, aumentando e intensificando o desprezo e a exclusão contra os homossexuais.

No início dos anos 1980, o surgimento da Aids agregaria novos elementos a esse quadro. Apresentada, inicialmente, como o “câncer gay”, a doença teve o efeito imediato de renovar a homofobia latente da sociedade, intensificando a discriminação já demonstrada por certos seres sociais (LOURO, 2008, p. 35).

Todavia, Louro (2008) cita que nesta fase há um desenvolvimento da militância homossexual em prol da reivindicação por direitos iguais. Agora os discursos se dirigem menos às identidades e se concentram mais nas práticas sexuais – ao enfatizar, por exemplo, a prática do sexo seguro.

Intensificou-se a luta por uma visibilidade positiva dos sujeitos homossexuais, desassociando o surgimento e a disseminação da doença pelos homossexuais. Diante da expansão da doença e de sua associação a esse grupo considerado de risco, à metáfora – tantas

vezes empregada nas entrelinhas – de que a ‘homossexualidade pega’ quase deixou de ser metáfora (TREVISAN, 2000, p. 42 apud LOURO, 2008).

Isto significa que o país passou por avanços por conta dessas pressões populares, o que resultou mais tarde na Constituição Federal de 1988, considerada como a mais democrática que já tivemos, até então, na perspectiva de que todos os sujeitos tenham direitos e deveres iguais. Mas, adiantando que essa lógica não funciona como deveria, afinal, os avanços conquistados pelo grupo LGBT ganhou certa visibilidade, o que ocasionou algumas poucas conquistas, diferentemente dos heterossexuais ou de outros grupos de minoria, demonstrando como a sexualidade tem forte influência nas relações humanas no trato com os direitos.

Citando dos avanços conquistados pelo grupo LGBTT, o Brasil possui um alto grau de proteção institucional, principalmente após o II Plano Nacional de Direitos Humanos e do Programa –“Brasil sem homofobia”.

Em Outubro de 2007, a Conferência atribui o tema “Direitos Humanos e políticas Públicas”: o caminho para garantir a cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, visto que o encontro promovido na perspectiva de definir ações para a população GLBT promoverá a criação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e transexuais com a finalidade de indicar as diretrizes para a elaboração das políticas para o segmento GLBT, assim como fortalecer o programa “Brasil sem homofobia” criando em 2004, através da articulação entre a gestão federal no Governo Lula e o Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCND).  
(Disponível em: <<<http://portal.mj.gov.br/sedh/co/glb/texbaglbt.pdf> >>) acessado em 18/08/2013.

Para que os problemas sejam amenizados, “apesar dos avanços obtidos, razão de ordem teórica e de ordem prática recomendam avançar mais. Para tanto, é preciso desenvolver um “direito democrático da sexualidade” (RIOS, 2006, p. 74). Afinal, ao Estado não é permissível adentrar na privacidade, nas escolhas e práticas individuais, mas regular a partir de medidas democráticas e políticas públicas um ordenamento que vise à igualdade e a dignidade nas relações dos direitos individuais e coletivos.

Portanto, depois de sinalizar as travestis nesse emaranhado de questões acerca da sua vivência em sociedade, precisamos levar em consideração todas as violações que ainda ocorrem em prol da lógica da “moral e dos bons costumes”, tendo em vista que atrocidades e descasos perpassam no cotidiano das mesmas. Ressaltando, a importância da visibilidade

travesti pensada positivamente para que sejam repercutidas nas políticas protetivas contra as várias formas de violência, ou seja, perceber a travesti como um sujeito político e cidadã.



## **2. A METODOLOGIA E O CAMPO DA PESQUISA**

Neste capítulo será explanado o caminho metodológico para efetivação da pesquisa, desde os contatos com a teoria indicada para ampliação dos conhecimentos acerca da discussão até as aproximações com os sujeitos colaboradores da pesquisa, assim como a utilização dos instrumentos técnicos apropriados.

Contudo, faremos dentro da metodologia uma apresentação dos campos envolvidos na pesquisa, no caso a rua e a prisão, como lugares importantes de reafirmação e representação das travestis e a sua relação com o outro, levando em consideração as várias formas de convívio social que se firmam a partir disso, tendo em vista que os sujeitos “desviantes” podem passar por situações diferenciadas quando adentram esses ambientes em decorrência da sua identidade de gênero. Portanto, a rua e a prisão podem ser espaços também de socialização, de bom convívio, assim como espaços corretivos e punidores, ou ainda de extermínio.

O mundo das travestis é, sem dúvida, muito mais complexo e delicado pelos estigmas que lhe são impostos, que intensificam ações preconceituosas, principalmente quando as mesmas passam por experiência prisional. Além de ser um mundo sensualizado, no qual as travestis estão sempre analisadas e percebidas, pelo senso comum, a partir das imagens ligadas ao sexo ou a prostituição.

São os acúmulos desses estigmas que exigem uma análise minuciosa das suas relações interpessoais, ou seja, percebê-las nesses espaços, como espaços de luta cotidiana contra toda uma lógica heterossexual que ainda “dita às regras”, e que por contra desses enfrentamentos, as travestis pagam altos preços por serem consideradas subversivas.

### **2. 1 O caminho metodológico**

Compreender o movimento que gira em torno das percepções entre o mundo das travestis, nas ruas e como usuárias do sistema prisional, nos coloca diante de uma pesquisa altamente desafiadora, que visa perceber a representatividade positiva ou negativa que é atribuída às mesmas ao se subverterm, ao desvincular-se dos padrões rígidos da boa convivência nos moldes heterossexuais. Afinal, tanto na rua quanto em instituições como a

prisão materializam-se os estigmas, e isto exige do pesquisador uma metodologia que garanta apreender as nuances que envolvem tais relações, assim como dar visibilidade aos problemas enfrentados pelas travestis diariamente, estes como intensificadores desses estigmas.

Para dar continuidade ao projeto foi preciso traçar o caminho a ser percorrido nas etapas do mesmo, por assim dizer, a metodologia, buscando respostas às questões levantadas na pesquisa de cunho qualitativo. Sendo um estudo exploratório, tendo em vista que, “pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (Gil, 2012).

A pesquisa é de cunho qualitativo, do tipo estudo de caso por se enquadrar melhor nas propostas do projeto, tendo em vista que, “O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado” (Gil, 2012).

Perceber como se dá a relação das travestis entre a rua e a prisão exige do pesquisador os entendimentos sobre o universo das travestis, assim como, dos ambientes em que visamos analisar neste trabalho, ou seja, como as travestis são percebidas nesses espaços, e como se materializam as violências acerca desses sujeitos.

Trata-se de um estudo em profundidade, exaustivo, radical de uns poucos objetos, visando obter o máximo de informações que permitam o amplo conhecimento, o que seria impossível em outras pesquisas. [...] Seu planejamento é flexível, o que permite ao pesquisador obter novas descobertas (ALVES, 2007, p. 56-57).

Porém, faz-se necessário um entendimento do sistema prisional e como se dá a relação nesse tipo de instituição durante o processo de aprisionamento, levando em consideração que na prisão há uma representatividade do que as outras instituições, de certa forma, também idealizam e normatizam. Porém, analisar como se dá as relações de poder entre as esferas da rua e da prisão, tendo em vista que são ambientes altamente cheios de preconceitos.

Como Foucault (1988), expõe que “Em face de um poder, que é lei, o sujeito que é constituído como sujeito – que é “sujeitado” – e aquele que obedece. À homogeneidade formal do poder, ao longo de todas essas instâncias, corresponderia, naquele que o poder coage – quer se trate do súdito ante o monarca, do cidadão ante o Estado, da criança ante os pais, do discípulo ante o mestre – a forma geral de submissão. Poder legislador, de um lado, e sujeito obediente do outro”.

Foi preciso um método que levasse em consideração uma forma de executar a pesquisa da maneira mais dinâmica possível, tendo em vista o teor denunciador que envolve as questões, assim como a intimidade peculiar de um determinado sujeito, numa situação que envolve tantas outras nuances entre essas duas esferas – rua e prisão. Portanto, Indagar como as travestis buscam estratégias para enfrentar as situações de perigo e violência nesses espaços, e averiguar se há um diferencial no tratamento recebido, principalmente na prisão, por conta da sua identidade travesti, classificam essas abordagens como complexas.

As técnicas utilizadas na coleta dos dados nessa pesquisa perpassam desde a documentação indireta, que são as pesquisas em livros, artigos e escritos sobre a temática, para que houvesse uma compreensão do universo travesti associado aos estigmas que lhes são direcionados, e para a documentação direta, foram feitas as observações e entrevistas, esta última, sendo semi-estruturada na perspectiva de desenvolver e aprofundar o estudo a partir das falas das entrevistadas.

A utilização das técnicas com esse ordenamento proporcionará a compreensão dos dois polos da temática a ser estudada. A importância de estar munidos teoricamente que garantirá ao pesquisador compreender melhor a realidade quando estabelecer um contato direto com os sujeitos da pesquisa. Entretanto, o mergulho nas obras sobre as discussões de gênero, sexualidade, travestis e sistema prisional proporcionará apreender melhor o que está para além do visível, mas nas entre linhas entre o pesquisador e os sujeitos a serem estudados.

Contudo, as observações e as entrevistas são instrumentos da coleta de dados que precisam estar em consenso com os objetivos que se deseja desvendar com a pesquisa. Dessa forma, fazer uma leitura da realidade exige todos os cuidados para que não sejam feitas generalizações e nem juízo de valor perante os sujeitos pesquisados.

Nas observações, “o treinamento do observador é fundamental e deve levar em consideração o “preparo material, físico, intelectual e psicológico” (LUDKE, 1986, p.26 apud ALVES, 2007, p. 64), ou seja, estar munido de saberes que favorecem o entendimento da realidade nas suas diversas formas. E, nas entrevistas há o complemento da observação por outros sentidos, como a oralidade e a linguagem, na busca pelo conhecimento elas se complementam na perspectiva de entender as relações que provocaram as inquietações e possíveis descobertas da pesquisa.

A proposta inicial do projeto seria fazer a pesquisa dentro da instituição prisional, que infelizmente não pode ser realizada pela dificuldade em penetrar naquele espaço por conta das burocracias, válidas, que norteiam as normas e regras legalmente burocráticas ali impostas, além do prazo estabelecido para entrega do trabalho monográfico.

Tendo em vista que fazer um trabalho no presídio exige uma aproximação mais sólida com os sujeitos da pesquisa, até mesmo por conta da sua exposição, vergonha ou talvez, medo de relatar sobre a sua intimidade para um “estranho pesquisador”, principalmente por encontrarem-se naquela situação. Esta exigia, de certa forma, uma necessária aproximação anterior às entrevistas para assim efetivar uma construção de confiança e respeito entre o pesquisador e o pesquisado no que propunha o referente trabalho.

Ressaltando que o prazo para entrega da monografia estava curto porque o orientador iria se ausentar por conta de questões acadêmicas, restando apenas dois meses e meio para a conclusão do trabalho. Outra dificuldade foi a reposta do contato para o acesso ao presídio, que por sinal até o presente momento não aconteceu.

Todavia, como faz parte de uma abordagem polêmica e um tanto invisibilizada, estudar a questão das travestis se tornou um desafio instigante e prazeroso. Porém o projeto por causa dessas dificuldades teve que passar por modificações, ou seja, ser reformulado para que houvesse a possibilidade da sua execução.

Pensando nisso, a busca por uma reformulação, que não tirasse do foco a relação das travestis em situação de prisão, fora pensado sob um ângulo diferente, ao invés de estar fisicamente dentro do presídio fazendo a pesquisa, agora seria como solução imediata realizar um estudo com travestis que já passaram por experiências de prisão. Desta forma, a pesquisa continuava dentro do universo travesti em paralelo com o universo prisional e a rua, isto é, dentro e fora da prisão.

Todavia, surgiram outras dificuldades, tais como: como encontrar travestis que já foram presas? Como aproximar-se delas ao ponto de confiarem a abrir sua vida para um “estranho” pesquisador? E ainda como falar de um tema denunciador e polêmico como esse? Inclusive, são questionamentos recorrentes de pessoas que sabem da proposta deste trabalho, isto é, a curiosidade em saber como houve esse contato, as aproximações, como se deu a realização da pesquisa.

Ressaltando que uma das grandes dificuldades foi realizar as entrevistas com as travestis, por conta das suas ocupações. Inclusive, neste trabalho foi feito as análises de duas entrevistas e as percepções observadas em outros ambientes com outras travestis, na rua, em casa e numa festa, consideradas suficientes, tendo em vista que corresponderam as expectativas e proporcionou abarcar os elementos propostos pelo trabalho.

Assim, o importante, nesse momento da pesquisa, seria buscar contatos que viabilizassem aproximações com as travestis, no caso, pessoas que fazem parte de grupos

militantes da causa LGBTT, pessoas que de certa forma as conhecem, ou com as próprias travestis.

A solução veio num último suspiro, quando conversando com um amigo da universidade que sabia da proposta da pesquisa, e felizmente, por sua militância da causa LGBTT, conseqüentemente com vários contatos desse universo gay, se propôs a ser colaborador da pesquisa arrumando um contato importantíssimo com uma travesti, sua amiga, que indicou uma apresentação informal do meu projeto para esta amiga travesti que estaria presente na “Parada do Orgulho Gay” que iria acontecer em breve, numa cidade próxima.

No dia do evento, logo após seu término, a cidade estava completamente no escuro, por conta de uma queda de energia, este amigo nos apresentou a pessoas que seriam o fio condutor da pesquisa: no caso, Millena Passos<sup>12</sup>. O próximo passo a ser dado foi encontrar com travestis que se dispuseram a participar da pesquisa. Assim foi feito, e marcamos um novo encontro para as entrevistas fossem realizadas.

Desta forma, foi estruturada a percepção acerca do fenômeno a ser pesquisado, levando em consideração as nuances que iriam se colocar diante da relação entre o pesquisador e o pesquisado na perspectiva de compreender melhor esta manifestação. Porém, o principal instrumento nesse ponto da pesquisa foi à entrevista, porque “a interação que se estabelece entre o entrevistado e o entrevistador permite colher uma gama de informações, aprofundar os dados fornecidos, e realizar correções sobre dados levantados, ouvindo direta e imediatamente da fonte informante” (Alves, 2007).

---

12

Vice presidente da Articulação Nacional de Travestis e Transexuais; Coordenadora do Grupo Gay da Bahia (GGB); Presidente da Articulação Baiana de Travestis e Transexuais; Presidente da Associação de Travestis de Salvador (ATRAS); Membro da Executiva do Fórum Baiano LGBTT; Membro do Comitê de Tráfico de Pessoas da Secretaria de Justiça e Cidadania dos Direitos Humanos da Bahia e, Membro do Comitê da Humanização do SUS.

A próxima etapa seria desenvolver a análise dos dados coletados para que a pesquisa tivesse uma construção de um conhecimento acerca desse tema. Segundo Alves (2007) analisar os dados “compreende o trabalho que o pesquisador irá realizar com os dados colhidos durante a pesquisa – o relato das observações, as transcrições das entrevistas e todas as informações disponíveis”.

A montagem das informações acerca do universo travesti entre a rua e a prisão necessita estar interligados com a base teórica e com as concepções evidenciadas durante a pesquisa, para que os resultados obtidos pelo trabalho sejam de cunho informativo, sério e comprometido com o avanço nos conhecimentos acerca do tema proposto.

## **2.2 Situando o campo da pesquisa: entre a rua e a prisão**

“Mantenha Salvador limpa, mate uma bicha todo dia” e “Matar veado não é crime, é caçada” (MOTT, 1996: 1apud KULICK, 2008).

Essa frase foi retirada do jornal A Tarde em 1996, que numa reportagem incitava a violência contra os homossexuais, deixando explícito a existência de uma política do extermínio desse grupo. Contudo, as travestis são as que mais sofrem no segmento LGBTT, como afirma Kulick (2008), “em nenhum outro lugar a violência é tão ubíqua quanto no cotidiano das travestis. A violência é o eterno pano de fundo de suas vidas”.

Para que a pesquisa fosse realizada conforme o planejado, fez-se necessário também de um estudo acerca da instituição prisional, na perspectiva de compreender o fenômeno e suas especificidades naquela instituição, assim como as experiências travesti nas ruas, o que acontece quando essa identidade é assumida, revelada no espaço coletivo, assim como abordaremos, de forma sucinta a questão dos direitos e das violações dos mesmos nesses espaços.

Abordaremos como se dá essas relações nesses dois ambientes. Primeiramente trabalharemos a questão da rua, e depois da prisão. Demonstrando como as travestis circulam nesses espaços, como funcionam as regras e normas, e as estratégias criadas para amenizar tais conflitos, levando em consideração as especificidades de cada ambiente proposto no estudo.

A rua e a prisão se complementam na perspectiva de que são ambientes paralelamente vigiados e, cheio de representações, normas, prejulgamentos, condenações, violações, um com mais intensidade do que o outro, mas todos em algum momento sobrecarregam o sujeito a moldar-se diante das fortes influências embasadas na moral e nos bons costumes.

Neste trabalho a rua e a prisão fazem referência às representações de um fenômeno violento que limitam a liberdade de expressar a sexualidade por conta das contradições ideológicas, ou seja, os sujeitos passam a serem classificadas a partir da sua identidade de gênero, e em decorrência dessa identidade algumas situações são vivenciadas e experimentadas com o doce ou o amargo por se mostrar dentro ou fora dos padrões aceitáveis. Desta forma consideramos que “travesti tem dupla pele: a de purpurina e a da humilhação. Em que ordem não se sabe. Ou talvez numa pele só tecida pelos dois ingredientes” (Silva, 1993).

Nessa perspectiva, as travestis majoritariamente saboreiam o amargo, por desviar-se dessa lógica, isto é, a materialização desse amargo se dá nas relações interpessoais dentro desses espaços aqui discutidos, rua e prisão. Embora, o doce também exista, mas em proporções diminutas, geralmente em situações que lhes remetem à desvinculação da sua existência associada à sua identidade de gênero, ou sua afirmação nos lugares do mundo LGBTT.

Isto porque vigorou na esfera social uma vigilância minuciosa das características pessoais para classificar os sujeitos de acordo com o seu grau de desvio, assim, os sujeitos passaram a ser reconhecidos como pertencentes a um determinado grupo. Implicando, de certa forma, nas ideias de superioridade e inferioridade que também se materializam nas ações de um grupo contra o outro, a ponto de negar os direitos em decorrência dessas diferenças. Segundo Park (1967) “a cidade mostra em excesso o bem e o mal da natureza humana”.

Para situar a questão “rua” necessariamente precisou abarcar um elemento macroestrutural, neste caso, a cidade. Tendo em vista que as ruas são composições necessárias e importantes para a formação das cidades. Ressaltando ainda a dificuldade em unir a área urbana com a rural como composição diversa em características e outros fatores, mas fazem parte de uma mesma área geográfica limitada e demarcada.

Contudo, diante da temática proposta pelo trabalho seria didaticamente complicado analisar travestis na zona rural e que passaram por processo de aprisionamento, até mesmo pela dificuldade de encontra-las e quiçá percebê-las tão “expostas” como nos centros urbanos. Tendo em vista que quanto menor as cidades, menos travestis são vistas, comprovando a influência da repressão nas pequenas e médias cidades. Por isso, foram observadas travestis na capital da Bahia. Fortalecendo o que Park (1967) diz: “nem o criminoso, nem o defeituoso,

nem o gênio, tem na cidade pequena a mesma oportunidade de desenvolver sua disposição inata que invariavelmente encontra na cidade grande”.

Nas cidades são construídas as relações que normatizam os sujeitos a determinadas ações e sujeições. A percepção sobre a cidade segundo Park (1967),

A cidade é algo mais do que um amontoado de homens individuais e conveniências sociais, ruas, edifícios, luz elétrica, linhas de bonde, telefones etc.; algo mais também do que mera constelação de instituições e dispositivos administrativos – tribunais, hospitais, escolas, polícia e funcionários civis de vários tipos. Antes, a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição (PARK, 1967, p. 29).

Portanto, é nas cidades que se formam o mosaico de relações interpessoais embasadas num tempo histórico e culturalmente influentes, ou seja, é a construção dos processos da natureza humana em vários sentidos e significados num intenso jogo de poder que norteiam as relações sociais. Estes poderes são responsáveis pela caracterização e práticas dos sujeitos diante dessas influências que comporão a formação de uma determinada comunidade urbana, como Park (1967) chama de “ecologia humana<sup>13</sup>”.

A noção de cidade ultrapassa questão simplificada acerca da organização física observada à primeira vista, com base na economia e na divisão do trabalho, ou seja, está para além do visível, ela inclui a organização moral como geradores da ecologia humana. Porque essas conexões favorecem tanto a construção material e estrutural das cidades quanto às relações abstratas e subjetivas dos sujeitos que a compõe. Desta forma, é pertinente afirmar que os sujeitos sobre influência dos poderes formam a estrutura social, “a cidade está enraizada nos hábitos e costumes das pessoas que a habitam” (Park, 1967).

Até mesmo porque esses costumes comporão tanto a forma de seguir uma economia e um determinado modo de trabalho, quanto à estrutura física organizacional da cidade como um todo, na lógica entre o certo e o errado, até como relacionar-se social e sexualmente. Portanto, “a perspectiva que faz da cidade um laboratório ou clínica onde a natureza humana e os processos sociais podem ser estudados conveniente e proveitosamente (Park, 1967)”.

---

<sup>13</sup> Ecologia humana entendida como ciência que procura isolar estes fatores e descrever as constelações típicas de pessoas e instituições produzidas pela operação conjunta de tais forças chamou ecologia humana, que se distingue da ecologia dos animais e plantas. (PARK, 1967, p. 30)



A cidade é assim encarada como uma potência social capaz de gerar com sua influência os mais variados efeitos na vida social [...] A cidade passa a ser o contexto no qual se desenvolvem vários processos e fenômenos sociais. Ela certamente não é a principal causa destes fenômenos, embora possa intervir no seu desenvolvimento (VELHO, 1980, p.29).

As travestis fazem parte da paisagem urbana, mesmo não sendo aceitas como algo “normal” ou sendo invisibilizadas, elas reafirmam e manifestam que a diversidade é essencial para a composição dos centros urbanos. E que, portanto, a rua lhes apresenta um espaço de violência, humilhações, indiferenças, injustiças, assim como de realizações, trabalho, alegrias, desejos, prazeres e gozos.

A orientação sexual pode variar da invisibilidade à visibilidade, dependendo das circunstâncias e das relações sociais envolvidas. A discriminação e o preconceito, segundo Maria Mercedes Gomez, são sempre atitudes negativas e contextualizadas, locais e situadas, porém gozam de certa cumplicidade social e de certo eco em determinados grupos sociais (GOMEZ, 2008, p.91 apud FERNANDEZ, 2010).

Assim como as práticas violentas contra travestis podem passar despercebidas por conta de uma aceitação de maioria, como um corretivo ao seu “defeito”. Nas ruas as travestis, mesmo sofrendo repressões também se deliciam nas suas peripécias mais excitantes, isso não está associado a uma vida sexual desenfreada, como é comum associá-las, mas a todas as formas que lhes causam manifestar a sua existência enquanto sujeito de direito e liberdade como qualquer outro, para além da sua incômoda presença.

Nas décadas de 50 e 60, o travesti estava absolutamente no gueto. Certas casas na zona, certos lugares muito precisos, shows em que pontificavam mais como enigmas do que como as banalidades de hoje. Sobre eles instaurava-se plenamente a intolerância. Apanhavam se ousassem sair às ruas. Eram presos por atentado ao pudor. Viviam espantados e medrosos. Historicamente, o travesti se impôs pela violência (SILVA, 1993, p. 41).

Afinal, as identidades que fogem às regras acabam sendo muito mais do que a própria identidade, ou seja, acabam sendo o sujeito em sua essência. Dito de outra maneira, a travesti deixa de ser um sujeito comum para ser direcionado primeiramente à sua condição sexual,

neste caso “a” travesti tal, assim, o seu nome social ou não estará sempre associado à sua identidade sexual. Ressalta Odálio (2004), que “o viver em sociedade foi sempre um viver violento. Por mais que recuemos no tempo, a violência está sempre presente, ela sempre aparece em suas várias faces”.

Contudo, precisamos entender o conceito de violência para compreendermos como esta se materializa no cotidiano das travestis. De acordo com Charlot:

[...] ‘violência’ é o nome que se dá a um ato, uma palavra, uma situação, etc., em que um ser humano é tratado como um objeto, sendo negados seus direitos e sua dignidade de ser humano, de membro de uma sociedade, de sujeito insubstituível (CHARLOT, 2006 apud BATISTA, 2010, p.18).

Desta forma, as cidades igualmente reproduzem ações contra os sujeitos que são e estão “desarmonizados” com a ordem moralmente impregnada, sofrendo historicamente violências absurdas como cita Kulick:

Os indivíduos do sexo masculino que se arriscavam eram presos e muitas vezes submetidos a longas sessões de humilhação e tortura, como por exemplo serem obrigados a sentar sobre um cassetete dentro de um camburão da polícia enquanto o veículo rodava em alta velocidade por ruas totalmente esburacadas (KULICK, 2008, p.158).

Nas cidades, o ser com características dúbias, classificado como – andrógino<sup>14</sup> – está diariamente sofrendo violências por conta da sua aparência mista de características entre o masculino e feminino. Nesta perspectiva, as travestis estão em primeira classificação, por serem visivelmente consideradas andróginas. Assim, “terá como tema a própria transitividade e como palco, o espaço (significativo) das ruas” (Silva, 1993).

Portanto, nas ruas materializam-se as ideias herdadas em atos punitivos contra as travestis, das piadinhas chegando até os homicídios. Contudo, as próprias experiências fizeram com que elas buscassem estratégias para amenizar tais conflitos contra essa repressão. Desta forma a cidadania estaria em descompasso com o que as leis garantem e defende como diz Manzini Covre (2002) “a cidadania é o próprio direito à vida no sentido pleno”.

---

<sup>14</sup> O grande denominador comum é que a pessoa tem de acumular uma proporção parecida de características femininas e masculinas. Mesmo não sendo possível quantificar qual é essa proporção. Disponível em <http://androginia.com/> acesso em 07/10/2013

As estratégias para um bom convívio das travesti nas zonas urbanas perpassam desde “esconder” a sua androginia, principalmente durante o dia, em que evitam sair, até coisas mais sérias, tais como cortar-se com lâmina (gillete) para espirrar seu sangue contra a polícia, como autodefesa, durante as saídas noturnas a trabalho.

Há alguns anos atrás para fugir dos atos violentos e das prisões sem justa causa as travestis criaram uma estratégia de automutilação, ou seja, elas se cortavam com gilete ou outros objetos cortantes quando os policiais se aproximavam, na perspectiva de afastá-los quando o sangue espirrava. “Quando a polícia ataca sem direito algum, a única defesa é a ‘automutilação’ a partir das navalhas ou ‘giletes na carne’, que garantem o temor da autoridade policial, possivelmente uma dor menor perante a possibilidade de perder a própria vida” (FIGARI, 2007, p. 469).

Outro elemento que intensificou o preconceito contra as travestis foi o epidemia do vírus HIV/Aids, por estar associado à população LGBTTT como principal grupo de risco. Isto também favoreceu de certa forma, a eficácia das ações de proteção contra os policiais quando elas se automutilavam para defender-se, mesmo que essas práticas tenham surgido antes da epidemia da Aids, ganhou mais ênfase nesse período. Como relata Kulick (2008),

A reação mais eficaz consistia em abrir um corte na veia do antebraço e borrifar o próprio sangue no policial [...] Entretanto, desde que ficou claro que o vírus HIV é transmitido pelo sangue, “se cortar” passou a ser um meio ainda mais eficiente de se livrar da polícia e da cadeia (KULICK, 2008, p. 50).

Os atos violentos fazem parte dos números que o Grupo Gay da Bahia (GGB) computa anualmente, revelando que o Brasil é o país que mais mata gays no mundo, superando contraditoriamente os países que condenam a homossexualidade, portanto faz-se necessário analisar a gravidade do problema e pensar em soluções. Enquanto isso, as leis ficam no plano ideal ou em propostas, indicativos, e a comunidade LGBTTT paga o preço dessas lacunas com os seus próprios corpos e vidas violentados.

De acordo com o GGB<sup>15</sup>, em 2010 Foram documentados 260 assassinatos de gays, travestis e lésbicas no Brasil, 62 a mais que em 2009 (198 mortes), um aumento de 113% nos

---

<sup>15</sup>Disponível em:

últimos cinco anos (122 em 2007). Dentre os mortos, 140 gays (54%), 110 travestis (42%) e 10 lésbicas (4%) [...] nos Estados Unidos, com 100 milhões a mais de habitantes que nosso país, foi registrado 14 assassinatos de travestis em 2010, enquanto no Brasil, foram 110 homicídios. O risco de um homossexual ser assassinado no Brasil é 785% maior que nos Estados Unidos.

Na tabela de assassinatos do GGB percebemos que o Nordeste é a região de maior incidência, a Bahia está em primeiro lugar dos Estados do país, a faixa de idade com maior índice de travesti assassinadas estão entre 21-39 anos de idade.

A guerra é um ato violento, o mais violento de todos; talvez, contudo, esse caráter essencial parece passar a ser secundário se o submergimos sob razões que vão desde a defesa da pátria às incompatibilidades ideológicas. Matar em defesa da honra, qualquer que seja essa honra, em muitas sociedades e grupos sociais, deixa de ser um ato de violência para se converter em ato normal – quando não moral – de preservação de valores que são julgados acima do respeito à vida humana” (ODÁLIO, 2004, P. 23).

A Secretaria de Direitos Humanos publicou em 2012, o 2º Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: denunciando o aumento das violações contra a comunidade LGBT, assim como afirma que entre essa população quem mais sofre violências são as travestis, assim “as travestis foram as mais vitimizadas de violência homofóbica, sendo 51,68% do total”.

Portanto, conviver com as diferenças na rua é um problema por parte das travestis, tendo em vista o desrespeito à sua existência, corresponde a uma séria de atentados cotidianos contra a sua pessoa. Afinal, esse desrespeito se sustenta nas ideias de superioridade em que classificam os sujeitos enquanto “abjetos”, e, por conseguinte, passíveis de agressões e extermínio<sup>16</sup>. “Em pleno século XXI, no Brasil, a maioria desses direitos não passa de meras

---

<<<http://www.ggb.org.br/Assassinatos%20de%20homossexuais%20no%20Brasil%20relatorio%20geral%20completo.html> acesso em 20/07/2013 às 11:43>>.

<sup>16</sup> Ver Violação dos Direitos Humanos dos Gays, Lésbicas, Travesti e Transexuais no Brasil: 2004. Disponível em:

<<<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CC0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.ggb.org.br%2Fdownloads%2Fword001.doc&ei=ABtUUqyKCIrq8wS97IDADQ&usg=AFQjCNFlp3ZALXBcfTglt0bY4cl1miVCjA> - acesso em 08/09/2013 às 11:48>>.

aspirações para o grupo LGBT, que tem no exercício da sexualidade não heterossexual seu principal atributo identitário, sem ter suas alianças reconhecidas pelo Estado” (FERNANDEZ, 2010).

O clima de convivência com o travesti configura um processo de interação que o dotará de existência social. Não significa aceitação, significa processo social tenso, contraditório e ambíguo, que fatalmente, pelas relações estabelecidas e pelas redes criadas, tornará o travesti aceito por certas áreas, camadas, grupos sociais (SILVA, 1993, p.121).

As travestis se fortalecem e conseguem ficar mais à vontade quando estão nas suas áreas de convívio social em comum, ou seja, com outras travestis ou pessoas do mundo homossexual, em que comungam de ideias parecidas, e talvez sofram de violências por conta da sua sexualidade, mas é claro que a cada segmento uma visão diferenciada, assim como as formas de violência também são diferenciadas.

Portanto, se voltarmos um pouco na história, observaremos que as concepções acerca dos direitos humanos não estavam enquadradas como nas concepções atuais, não existia essa compreensão. De fato houve avanços, até mesmo para outros grupos ditos de “minorias”, enquanto ao grupo LGBTTT busca-se uma referência universal dos Direitos Humanos, mas não com uma política ou lei específica.

Diante da lei, todos os homens passaram a ser considerados iguais, pela primeira vez na história da humanidade. Esse fato foi proclamado principalmente pelas constituições francesa e norte-americana, e reorganizado e ratificado, após a II Guerra Mundial, pela Organização das Nações Unidas (ONU), com a Declaração Universal dos Direitos do Homem (MANZINI COVRE, 2002, p. 17).

Mesmo com todo esse arsenal em lei, alguns segmentos, ainda assim, não conseguiram ser vistos como cidadãos, entre eles os homossexuais, contraditoriamente, ou seja, mesmo compondo o coletivo, os homossexuais não gozam plenamente das leis como os heterossexuais. No caso brasileiro, Fernandez (2010) explica que:

---

Por ser um país profundamente desigual e com uma cultura altamente hierárquica, a ausência explícita do homossexual como um sujeito de direito somados às discriminações e violências sofridas sugerem um quadro de desigualdade estrutural. Não é por outra razão que os homossexuais necessitam, com urgência, da proteção de seus direitos, a fim de assegurar e promover a igualdade social entre sujeitos socialmente desiguais, e com posições sociais desfavoráveis na estrutura social (FERNANDEZ, 2010, p. 117).

No caso brasileiro, as travestis, de certa forma, ainda não possuem uma lei específica que as protejam enquanto “grupo de minoria”, como existe, por exemplo, com as mulheres, idosos, crianças e adolescentes, e por raça, enfim, não se estabeleceu uma lei de proteção aos homossexuais. Segundo Odálio (2004),

Viver em sociedade significa criar normas de comportamento, que não só determinam esferas específicas de ação para os homens, mas também criam discriminações. Elas estabelecem o que é permitido e o que é proibido. Se tomo o conjunto de leis de um país, em seu desenvolvimento histórico, percebo que, a cada um dos momentos históricos, esse conjunto de leis é a forma explícita da institucionalização da violência – não fora assim, não haveria evolução das normas jurídicas de um país. As leis consagram os limites de violência permitidos a cada sociedade” (ODÁLIO, 2004, p. 37).

Ressaltando que por mais que essas leis existam nem sempre asseguram o término das violências e violações desses direitos, contudo existe a importância de poder exigir determinados direitos quando estes estão inscritos em lei. Conforme Manzini-Covre (2002) “uma vez legislados os direitos (civis, políticos e sociais), eles tornam-se reivindicáveis pelos cidadãos, que podem lutar para realiza-los efetivamente”. Assim, também aconteceria com os direitos do grupo LGBTT, porque além de passarem pela norma legal da Constituição, os crimes contra os homossexuais teriam o agravante de pena.

A rua passa a ser então o palco das violências contra os homossexuais, na verdade, mais um local entre tantos outros, ou seja, a materialização das práticas aversivas contra os sujeitos do grupo LGBTT.

Situações comuns entre as travestis são vivenciadas cotidianamente, tais como: serem humilhadas, lançarem objetos contra elas, apanharem, serem vistas como ladras, usuárias de drogas e traficantes, enfim, uma lista enorme de violências contra a sua integridade física e

psicológica por conta dessa herança ideológica<sup>17</sup> da heteronormatividade . “Há distintas formas e tipos de violências dirigidas contra os segmentos LGBT, podendo ser verbal, psicológica, física, assédio moral, sexual, por ação ou por omissão, entre outras experimentadas pela grande maioria dos homossexuais” (FERNANDEZ, 2010).

Segundo Fernandez (2010), a homofobia<sup>18</sup> enraizada na sociedade apresenta-se em atos violentos contra os homossexuais. Contudo, o autor adverte a importância de configurar os tipos de crimes tendo em vista a aversão a determinado grupo. Assim, a homofobia estaria classificada como uma “fobia psicológica individual”, e o preconceito sexual abarca o coletivo, toma grandes proporções de violência.

Alguns problemas facilitam para o não agravamento das penas dos crimes contra a população LGBTTT, tais como: a falta de uma lei específica dessa “minoría” que não caracteriza determinados crimes os homossexuais, e uma armadilha poderosa também seriam de acordo com Fernandez (2010) “a explicação psicológica de fobia contra homossexuais como justificativa para o homicídio”, tendo a “desculpa” por conta desse transtorno psicológico.

Violências que se exercem sobre os corpos individuais pelo que são, neste caso, corpos exibidos ou percebidos como não normativos; no caso, como não heterossexuais. As violências exercidas sobre certos corpos pelo que são têm a particularidade de transbordarem o aspecto individual do gesto e tornarem-se expressivas, no sentido de adquirirem um caráter de mensagem, uma mensagem que aterroriza todos os que sentem ou que podem ser percebidos como participantes das identidades do corpo individual ferido ou aniquilado. Em algumas sociedades contemporâneas essas violências são conhecidas, na terminologia popular e algumas leis, como crime de ódio (GOMEZ, 2008, p. 89 apud FERNANDEZ, 2010).

Na pesquisa, a instância mais temida, porque era a que mais violentava contra as travestis era a polícia, principalmente a polícia militar<sup>19</sup>. Desde a abordagem, até os atos mais atrozes que se possa imaginar.

<sup>17</sup> Ideologia entendida segundo Manzini-Covre – como composta de ideias, que, por sua vez, expressam valores capazes de serem incorporados pelos indivíduos ou pelos grupos de indivíduos no decorrer de sua vida. (Manzini-Covre, 2002, p. 24).

<sup>18</sup> Segundo a cartilha: **Atuação Policial na Proteção dos Direitos Humanos de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Pública**, homofobia é repudiar, odiar, discriminar, temer, ter aversão a lésbica, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Existem também os termos LGBT fobia, lesbofobia, gayfobia, bifobia e transfobia para designar a fobia a cada segmento especificamente.

<sup>19</sup> Segundo o Centro de Estudo de Segurança e Cidadania (2000), “As polícias militares realizam o trabalho de polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, exercendo, em sua plenitude o desenvolvimento das fases do

A estrutura que cuida da segurança pública está legalizada no capítulo III da Constituição Federal Brasileira, e especificamente do Art. 144 diz que: “a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”, isso funciona através Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Polícia Ferroviária Federal, Polícias Civis; Polícias militares e Corpo de Bombeiros Militares, cada órgão com a sua competência definida.

Neste contexto, ficava por conta dos policiares impor à ordem pública. Ressaltando que não são levadas em consideração a condição de cidadania e ser político dos homossexuais, principalmente das travestis, no tratamento durante as ações policiares. Podendo haver, de fato, as mais diversas formas de violência. Envolvendo as relações de poder na vida dos sujeitos, até mesmo pelo sua sexualidade como relata Foucault (1988).

A Psiquiatrização do prazer perverso: o instinto sexual foi isolado como instinto biológico e psíquico autônomo; fez-se a análise clínica de todas as formas de anomalia que podem afetá-lo; atribuiu-se-lhe um papel de normalização e patologização de toda a conduta; enfim, procurou-se uma tecnologia corretiva para tais anomalias (FOUCAULT, 1988, p. 116).

As formas de repressão passaram a seguir uma ordem comandada pela conduta em que seguia os sujeitos, e quem desviar-se assumiria a responsabilidade sofrendo as violências em decorrência dessa subversão. Portanto, às travestis fica a intencionalidade de assumir-se ou negar a sua identidade, ou seja, “em face de um poder, que é lei, o sujeito que é constituído como sujeito – que é “sujeitado” – e aquele que obedece”. Como cita Foucault (1988).

Prazer em exercer um poder que questiona, fiscaliza, espreita, espia, investiga, apalpa, revela; e, por outro lado, o prazer que se abrasa por ter que escapar a esse poder, fugir-lhe, enganá-lo ou travestí-lo. Poder que se deixa invadir pelo prazer que persegue e, diante dele, poder que se afirma no prazer de mostrar-se, de escandalizar ou de resistir (FOUCAULT, 1988, p.52-53).

Contudo, o combate à homofobia continua sendo uma luta diária, diante das evidentes violências no país. Por tudo isso o Governo Federal lançou uma medida protetiva para os

---

poder de polícia do Estado. As polícias militares atuam, preventivamente, promovendo, na eventual ruptura da ordem pública, a sua imediata restauração, inclusive, se for o caso, atuando repressivamente”.



grupos em situação de vulnerabilidade, pelo menos nas abordagens policiais, assim como no respeito aos encaminhamentos. Pensando também que “os homossexuais podem estar participando como vítimas de uma série de modalidade e tipos de violências mencionadas, mas sua situação continua oculta, invisibilizada” (FERNANDEZ, 2010).

A Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) lançou em 2010 a cartilha: *Atuação Policial na Proteção dos Direitos Humanos de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade*, na perspectiva de que o trato e a abordagem fossem totalmente impessoais, e que levasse em consideração a não violação dos direitos humanos.

No capítulo VI da cartilha trata a questão das lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, em que expõe noções básicas acerca de entendimentos sobre o mundo homossexual, como identidade de gênero, orientação sexual, diversidade sexual e homofobia.

De acordo com a cartilha os policiais devem seguir os procedimentos na abordagem com as travestis que funcionam da seguinte forma:

- o policial deve respeitar a identificação social feminina caracterizada pela vestimenta e acessórios femininos de uso da pessoa abordada.
  - deve utilizar termos femininos ao se referir à travesti, tais como: senhora, ela, dela.
  - estabilizada a situação, o policial deve perguntar a forma como a pessoa abordada gostaria de ser chamada: nome social.
  - a pessoa pode escolher um nome feminino, masculino ou neutro. O policial tem o dever de respeitar a escolha, não sendo permitido fazer comentários ofensivos sobre o nome informado.
  - prioritariamente, o efetivo feminino deve realizar a busca pessoal na travesti. Tal orientação objetiva respeitar sua dignidade, reconhecendo seu direito de identificar-se como do gênero feminino.
  - na identificação documental, deve-se evitar repetir em voz alta o nome de registro da pessoa abordada (da cédula de identidade), caso seja diferente do nome social informado.
  - os documentos oficiais, como registro de ocorrência, documentação administrativa policial, dentre outros, deverão conter o nome social informado, devendo ser registrado também o nome de registro (cédula de identidade).
  - a travesti capturada ou detida deve ser mantida em separado dos homens, visando protegê-la de constrangimentos e/ou violência homofóbica.
- (Brasil, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, cartilha: *Atuação Policial na Proteção dos Direitos Humanos de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade*. Brasília, 2010).

É de suma importância a criação dessa cartilha no cuidado ao respeito dos sujeitos em situação de vulnerabilidade, contudo é com grande pesar que constatamos que nem toda a

corporação policial e nem os pertencentes aos grupos vulneráveis tenham conhecimento acerca da existência dessa cartilha para assim poder cobrar como um direito, facilitando as constantes violações por conta de um desconhecimento a respeito da própria existência desse avanço.

Desta forma, podemos evidenciar que alguns passos, curtos inclusive, já foram dados com referência ao trato com segmento LGBTT, mas já sinalizam avanços. Mas isso não inibe que violências aconteçam diariamente. “a violência contra os direitos humanos dos LGBT no país é simbólica, verbal, física, psicológica, letal e institucional – como no caso das Forças Armadas, escolas e delegacias” (FERNANDEZ, 2010).

É importante sinalizar que a ampliação da visibilidade do movimento LGBTT em prol de uma vida digna e liberta dos padrões heteronormativos pôde “amenizar” determinadas ações. Afinal, se encaixa perfeitamente nessa discussão o que Foucault, (1988) considera acerca dos poderes sobre os sujeitos, quando diz:

Estamos na sociedade do professor-juiz, do médico-juiz, do educador-juiz, do <assistente- social>-juiz; todos fazem reinar a universalidade do normativo; e cada um no ponto em que se encontra, aí submete o corpo, os gestos, os comportamentos, as condutas, as aptidões, os desempenhos (FOUCAULT, 1987, p. 266).

Portanto faremos uma abordagem da instituição prisional, tendo em vista que os homossexuais tem os seus direitos<sup>20</sup> negados desde o seu convívio em liberdade, quanto mais em restrição dela, podendo elevar a intensidade das práticas homofóbicas.

Estar liberta para o desenvolvimento da criação da sua personalidade, de poder ir e vir, da liberdade de expressão, da dignidade, das nuances que a lei assegura como essenciais a qualquer indivíduo não se encaixa na realidade das travestis que por conta da presente falta de tolerância e desrespeitos às diferenças vivem num intenso processo de aprisionamento de uma anomalia social tendo os seus direitos comprometidos. Talvez, agravados quando estão em situação de prisão, na qual a realidade das prisões brasileiras é comuns notícias de atrocidades quase cotidianamente.

Contudo, no ambiente prisional podem acontecer coisas diversas referentes à sexualidade humana, desde estupro até relações afetivas, ou homoafetivas, “os presídios do

---

<sup>20</sup> Ver os direitos dos presos no Estatuto Penitenciário do Estado da Bahia, no capítulo III, Seção I – dos Direitos

império, os cárceres, quartéis, escolas militares de aprendizes e os navios, especialmente de guerra, eram locais propícios para a difusão das práticas homossexuais” (ALMEIDA, 1906 apud FIGARI, 2007, p. 277).

Na antiguidade, as formas de pagar por um crime cometido variavam conforme o delito, embora os castigos e condenações fossem muito mais rígidos inclusive feitos em praça pública para servir de exemplo para os outros, ou seja, para cada tipo de crime uma punição específica. Segundo Foucault (1987), “o corpo supliciado, esquartejado, amputado, marcado simbolicamente no rosto ou no ombro, exposto vivo ou morto, dado como espetáculo. Desapareceu o corpo como alvo principal da repressão penal”.

Reformularam-se as formas de punir, isto significa, ao invés dos espetáculos nas ruas, os sujeitos passaram a pagar pelos seus crimes num ambiente estruturalmente criado e vigiado chamado de prisão. As formas de punir passaram a ser dentro de uma estrutura física, em que se podem observar os sujeitos sobre diferentes ângulos e perspectivas, até patologizá-lo, e que tem como prerrogativa, segundo o próprio autor, “o essencial é procurar corrigir, reeducar, curar”.

A prisão, local de execução da pena, é ao mesmo tempo local de observação dos indivíduos punidos. Em dois sentidos. Vigilância é claro. Mas também conhecimento de cada detento, de seu comportamento, de suas disposições profundas, de sua progressiva melhora; as prisões devem ser concebidas como um local de formação para um saber clínico sobre os condenados (FOUCAULT, 1987, p. 221).

A constante vulnerabilidade que estamos tratando aqui é comumente vivenciada nos presídios, que infelizmente, ainda comungam das ideias em associar a restrição de liberdade com a restrição/negação de tantos outros direitos, tidos como regalias e por assim, violados, até mesmo porque estar restrita a liberdade não significa permitir a negação dos outros direitos. Contudo, essa tendência se agrava quando esses presos são sujeitos que carregam outros estigmas, por exemplo, além de criminosas, travestis.

A forma-prisão preexistente à sua utilização sistemática nas leis penais. Ela se constituiu fora do aparelho judiciário, quando se elaboraram, por todo o corpo social, os processos para repartir os indivíduos, fixá-los e distribuí-los especialmente, classifica-los, tirar deles o máximo de tempo, e o máximo de forças, treinar seus corpos, codificar seu comportamento contínuo, mantê-los

numa visibilidade sem lacuna, formar em torno deles um aparelho completo de observação, registro e notações, constituir sobre eles um saber que se acumula e se centraliza (FOUCAULT, 1987, p.207).

O descaso com os detentos perpassa por uma cultura que vigora desde o surgimento das prisões até a atualidade, afetando a dignidade humana num intenso processo de culpabilização do indivíduo pelo crime cometido, sem levar em consideração às suas particularidades que são fatores pertinentes ao seu ingresso na unidade. Afinal, será mesmo que a ociosidade nas prisões e o convívio em ambientes insalubres podem ocasionar uma reinserção social?

Tendo em vista que o sistema penitenciário brasileiro possui na atualidade uma superpopulação de internos, e com um projeto ressocializador que não funciona como deveriam, essas normas penitenciárias reafirmam a negação dos direitos pelos processos de exclusão e opressão dos detentos em cumprimento de penas.

Na Bahia, houve uma mudança na estrutura organizacional da administração pública do Poder Executivo Estadual, uma vez que a desvinculação da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH), que antigamente era gerida pela Superintendência de Assuntos Penais (SAP), que no governo de Jaques Wagner sancionou a Lei nº 12.212 de 04 de maio de 2011, que criou a Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (SEAP), esta com a finalidade de formular políticas de ações penais e de ressocialização de sentenciados, bem como de planejar, coordenar e executar, em harmonia com o Poder Judiciário, os serviços penais do Estado.

Portanto, para cada tipo de crime cometido existe no Código Penal Brasileiro uma punição específica, assim como um local para cumprimento dessa pena, na Bahia está estruturada às unidades da seguinte maneira, segundo o Estatuto Penitenciário do Estado da Bahia, no capítulo IV, Art. 13:

- 1- Cadeias Públicas ou Presídios – destinadas exclusivamente à custódia provisória, com internos à espera de decisão judicial;
- 2 - Penitenciárias – destinadas exclusivamente à custódia de sentenciados ao cumprimento de penas privativas de liberdade em regime fechado;
- 3 - Casa de Albergado- destinadas exclusivamente à custódia de sentenciados cumprimento de penas privativas de liberdade em regime semi-aberto;
- 4 - Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico – destinados exclusivamente à custódia, sob regime de internação e por determinação

judicial, para perícia e tratamento, de indiciados, processados e sentenciados, suspeitos ou comprovadamente portadores de distúrbios mentais ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado;

5 - Conjuntos Penais - destinados exclusivamente à custódia provisória de internos à espera de decisão judicial, e de sentenciados ao cumprimento de penas privativas de liberdade em regimes fechado, semi-aberto, aberto e de limitação de fim de semana, inclusive com espaço para recolhimento de internos incluídos no regime disciplinar diferenciado;

6 - Centros de Observação – destinados exclusivamente à realização de exames criminológicos, bem como à execução de estudos e pesquisas sobre a incidência criminológica e suas origens;

7 - Central Médica Penitenciária – destinada exclusivamente à promoção e execução, de forma integral, da assistência à saúde da população carcerária. (Estatuto Penitenciário do Estado da Bahia, 2010).

Desta forma, os sujeitos que cometerem algum tipo de crime serão encaminhados para alguma dessas unidades referenciadas neste decreto. Contudo, podemos perceber a partir dessa pesquisa, como se dá as relações de poder nessa instituição, assim como, as travestis são tratadas durante o seu processo de aprisionamento.

De acordo com o presidente da Organização Não governamental Livre Mente<sup>21</sup>, Clóvis Arantes relatou violências sofridas pelas travestis na Penitenciária Central do Estado, no Mato grosso e no Centro de Ressocialização do Cuiabá, em que estavam fazendo leilões com travestis em troca de cigarro, drogas e alimentação. Segundo ele, “Há casos de travestis estuprados por diversos presos durante rebelião, outros que são "comprados" e passam a ser escravos sexuais de um detento e de outros a quem ele oferecer e aqueles que, além do sexo, passam a realizar a limpeza das celas e dos banheiros. "É a lei do mais forte”.

Nos relatos de uma travesti deixa evidente o quanto o medo virou rotina pelo sofrimento acarretado a elas, quando diz "Eles falam que a gente só serve para isso mesmo. Lavar, passar e satisfazer quem gosta". Facilitando problemas psicológicos e físicos entre as travestis podem desenvolver por conta dessas ações. Desconstruindo o que diz no Art. 3º do Estatuto Penitenciário do Estado da Bahia que afirma que as Unidades do Sistema Penitenciário Estadual têm como finalidade promover a execução das medidas restritivas de liberdade dos presos, provisórios ou condenados, resguardando a integridade física e moral dos internos.

---

<sup>21</sup> Disponível em: << <http://www.sonoticias.com.br/noticias/7/146594/ong-denuncia-leilao-de-travestis-em-penitenciaria-de-mt> acesso em 04/09/12 às 21:07 hs >>.

Em algumas unidades prisionais já estão sendo separados<sup>22</sup> os homossexuais, principalmente as travestis e transexuais, das celas com outros presos heterossexuais, na tentativa de evitar que outras violências aconteçam por conta da identidade sexual das mesmas. Assim, como Os detentos homossexuais passaram a ter direito à visita íntima<sup>23</sup> nos presídios de todo o país, de acordo com o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), do Ministério da Justiça publicou no Diário Oficial da União esta medida, desconsiderando a anterior. Ressaltando que diante da conjuntura atual do país, esses direitos, algumas vezes, não se efetivam.

O Brasil tem a quarta maior população carcerária do mundo. De acordo com o Ministério da Justiça, mais de 540 mil pessoas estavam presas no País. Só em São Paulo há 74 mil presos a mais do que a capacidade dos presídios. Para desafogar esse sistema, seriam necessárias 93 novas penitenciárias (Disponível em: << <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/pela-humanizacao-do-sistema-carcerario/> acesso em 16/03/2013 às 15:17 hs >>).

Diante das atrocidades e injustiças em que vivem a população prisional brasileira o Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito da USP criou no primeiro semestre de 2013 uma campanha em prol de melhorias no trato com os detentos, intitulado como: campanha *Cárcere Cidadão*.

Tendo em vista a importância desse manifesto, elencaremos os termos propostos pelo mesmo, principalmente pela viabilidade em que podem ser ajustadas e concebidas as indicações contidas como soluções, ou amenizados os problemas dos presídios no Brasil. Assim, a campanha Cárcere Cidadão traz:

1. A Política Criminal deverá ser articulada entre os três poderes da república e a sociedade civil, de modo a atingir a finalidade ressocializadora da pena;
2. A política criminal não deve buscar a solução para problemas sociais na criação de novos crimes, mas sim na articulação de medidas que promovam a inclusão social;

---

<sup>22</sup> Disponível em: << <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/02/196-presos-homossexuais-tem-visita-intima-no-brasil-aponta-levantamento.html> acesso em 04/09/12 as 21:18>>.

<sup>23</sup> Disponível em: <<<http://www.ouvidoriageral.ba.gov.br/2011/07/04/detentos-homossexuais-terao-direito-a-visita-intima-em-presidios/> acesso em 04/09/2012 às 21:18 hs >>.

3. As soluções de Política Penitenciária devem se basear em medidas alternativas ao cárcere, mais do que na simples construção de novas vagas;
  4. A Lei de Execução Penal e as resoluções do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária devem ser rigorosamente observadas, sob pena de o Estado igualar-se ao detento na violação de direitos;
  5. O Estado deverá fornecer meios para formação profissional e educacional no cárcere, além de medidas de individualização da pena;
  6. Os três Poderes devem fixar parâmetros mais estáveis para as prisões processuais e cautelares, de modo a solucionar o problema da alta percentagem de presos provisórios por tão longo tempo;
  7. A execução penal deverá ser informatizada, para agilizar os procedimentos e evitar o prolongamento de penas juridicamente já cumpridas;
  8. É preciso estruturar medidas de acompanhamento dos egressos, com atenção aos Patronatos, cujo apoio é fundamental em qualquer política de prevenção de reincidência;
  9. As Ouvidorias e Corregedorias deverão ser fortalecidas e independentes, para que sejam instrumento eficiente de prevenção e combate à corrupção e ao abuso de autoridade;
  10. O Estado deverá investir na estrutura física do sistema e na formação dos profissionais que nele atuam, com o objetivo de respeitar as necessidades e individualidades dos encarcerados.
- (Disponível em: << <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/pela-humanizacao-do-sistema-carcerario/> acesso em 16/03/2013 às 15:17 hs >>).

As reivindicações contidas na campanha são completamente pertinentes, porque fazem parte dos problemas estruturais e organizacional dos presídios do país como um todo, tendo em vista que há uma extrema necessidade em reformular as maneiras de punir pelos crimes cometidos, ou seja, o processo ressocializador, a ampliação de novos presídios, criação de novos crimes, etc, já não garantem o que fora proposto para o cumprimento das penas com base nos direitos do cidadão, somados as evidentes notícias de que o formato atual das prisões no Brasil não contribui para a “recuperação” dos detentos. Segundo Foucault (1987) “a prisão, conseqüentemente, em vez de devolver à liberdade indivíduos corrigidos, espalha na população delinquentes perigosos”, isto é, os ideários, conforme o formato atual, não causa os efeitos desejados.

É sabido, de uma maneira geral, que o sistema prisional brasileiro apresenta uma situação caótica devido a diversos fatores, entre eles a superpopulação carcerária e a ausência ou insuficiência de mecanismos para ressocialização do interno, além do desrespeito às garantias mínimas do apenado, todas positivadas na Lei de Execução Penal (MAGALHÃES; MOURA, 2010, p. 82).

A população presidiária precisa deixar de ser apenas números que representa que o Estado brasileiro está cumprindo com as obrigações no que se refere à segurança pública e a ordem, mas estabelecer medidas protetivas tanto dentro quanto fora dos presídios, isso implica numa análise de responsabilidade em que o Estado se isenta pelas políticas públicas ineficientes, deixando evidente que o aprisionamento feito no formato em que se encontra, infelizmente não contempla, na sua maioria, uma forma de reinserção social como a desejada e digna.

A Secretaria da Justiça<sup>24</sup>, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH) em 2012, em parceria com o Núcleo de coordenação LGBT e a Superintendência de Apoio e Defesa aos Direitos Humanos (SUDH) começaram a visitar os presídios em Salvador na tentativa de conhecer a vivência dos usuários LGBT no sistema prisional na Bahia para propor políticas públicas voltadas para esse público, mas até agora essas visitas se resumiram a presídios da capital, e sem nenhuma resposta às demandas.

Em Outubro de 2007, realizou-se a Conferência “Direitos Humanos e políticas Públicas”: o caminho para garantir a cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, visto que o encontro promovido na perspectiva de definir ações para a população GLBT promoverá a criação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e transexuais com a finalidade de indicar as diretrizes para a elaboração das políticas para o segmento GLBT, assim como fortalecer o programa “Brasil sem homofobia” criando em 2004, através da articulação entre a gestão federal no Governo Lula e o Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD).

O sistema penitenciário brasileiro está em crise. A ocorrência semanal de rebeliões e incidentes violentos indicam que as prisões e delegacias não estão sendo administradas de modo eficiente e que as autoridades não exercem controle total sobre as instituições penais. Os condenados passam meses em condições de superlotação e falta de higiene nas carceragens das delegacias, sua transferência para penitenciárias adiadas devido a falta de espaço, inércia da justiça ou corrupção. As condições de detenção existentes em numerosas prisões e delegacias brasileiras são pavorosas e equivalem a formas cruéis, desumanas e degradantes de tratamento e punição. Os internos correm o risco de contrair doenças potencialmente fatais, como a tuberculose e a aids, e os presos afetados não recebem tratamento adequado. O pessoal é insuficiente e em muitos casos recorre-se a policiais armados em

---

<sup>24</sup> Disponível em: << <http://www.sjcdh.ba.gov.br/noticias/sjcdh-avalia-situacao-do-publico-lgbt-nas-penitenciarias-do-estado-da-bahia> - acesso em 04/09/12 às 20:55 >>



lugar de profissionais treinados para a função (Anistia Internacional, 1999: p. 2 apud MAGALHÃES; MOURA, 2010).

Portanto, existem no Brasil os maiores problemas enfrentado pela população prisional para efetivação de um período de cumprimento de pena com respeito aos direitos humanos. Assim, fica evidente que o sistema prisional brasileiro precisa ser analisado e modificado conforme as garantias sustentadas em lei, ampliando as políticas públicas que abarquem os direitos do encarcerado com vistas aos direito humanos como um todo.

### **3. EXPERIÊNCIAS TRAVESTIS PARA ANÁLISES DOS DADOS**

Neste capítulo faremos a análise dos dados coletados, que teve como instrumento metodológico as entrevistas com as travestis que já passaram por experiência<sup>25</sup> de prisão, também com outras que participaram informalmente, ou seja, não foram entrevistadas, mas por aproximações na rua, em casa, e numa festa. São esses relatos que comporão o texto analítico e reflexivo sobre a discussão proposta pelo presente trabalho, assim, percebê-las nas esferas da rua e da prisão. Também é importante sinalizar que de acordo com o termo de consentimento os nomes das travestis serão substituídos por nomes fictícios para assegurar a sua privacidade/sigilo.

Na tentativa de buscar indícios e experiências de como se materializam as violências e estigmas contra as travestis, se firmou num processo de aproximação com as mesmas por um curto período, tendo em vista que há um prazo para finalização do trabalho monográfico. Porém, não menos importante e valioso. O contato com as travestis desencadeou a linha de raciocínio das suas percepções e entendimento da sua existência numa sociedade excludente e preconceituosa.

As entrevistas aqui analisadas foram realizadas com duas travestis, as quais denominamos os nomes fictícios de Margarida, com 57 anos de idade, e Violeta, com 35 anos. Também comporão o texto analítico os relatos de travestis em que tivemos contato na rua, em casa e numa festa de aniversário.

As palavras impressas nestas páginas compõem as mais diversas reflexões que representam as suas experiências mais íntimas e peculiares. Assim, como fora analisado a sua representação tanto na rua quanto na prisão, ou seja, ampliar o conhecimento acerca da vida travesti entre as esferas da rua e da prisão, percebendo as suas dores, sofrimentos, humilhações, injustiças, mas também as suas alegrias, delícias, vontades, emoções, desejos e prazeres. Portanto, trazer à luz uma população de sujeitos que vivem diariamente sobre forte pressão dos estigmas que lhes classificam como seres abjetos.

### **3.1 Reconhecendo-se como travesti e a sua relação com o diferente**

---

<sup>25</sup> O termo “experiência”, utilizado aqui faz referência ao que Figari (2007), denomina como sendo “a capacidade comum de sentir e vivenciar (um traço, uma “imagem”, um sentido) sem um registro reflexivo “cognitivo” e/ou estratégico da ação”. Em contra partida, o sujeito quando é reflexivo cognitivamente “é capaz de pensar sua própria situação na reprodução estrutural. Pode reconhecer, ou melhor, interpretar os efeitos que produziu sua ação através de um monitoramento reflexivo”.

“não apareças se não quiseres desaparecer”.  
(FOUCAULT, 1978, p. 94)

Do descobrir-se travesti até o assumir-se enquanto tal, o que já atribui uma batalha consigo mesma, perpassa por um caminho muitas vezes árduo e de muita coragem. Parafraseando Foucault (1984) – “os adversários que o indivíduo deve combater não estão simplesmente nele ou perto dele. São parte dele”. Os primeiros preconceituosos, e talvez os mais severos seja o próprio sujeito. Tendo em vista que aceitar-se como abjeto não seja uma coisa tão simples, principalmente pelo medo de sofrer as violências por conta dessa subversão. Contudo, Violeta retruca que, “Ninguém precisa me aceitar, é uma frase minha, antiga, ninguém precisa me aceitar, basta me respeitar. Não quero que ninguém nem me beije nem me abrace, mas me respeite que é o necessário, é isso só”.

Esses desrespeitos dão ênfase à visão estigmatizada atribuída às travestis, ou seja, os medos fazem parte de um mosaico de sentimentos a respeito de si mesmas, da sua representação enquanto um ser “diferente” que as excluem de determinados ambientes por conta desses estranhamentos. Goffman (2008), afirma que “nem todos os atributos indesejáveis estão em questão, mas somente os que são incongruentes com o estereótipo que criamos para um determinado tipo de indivíduo”.

Nesta lógica, as travestis estão bem distantes dos padrões considerados corretos pela lógica de uma sociedade heterossexual, isto é, o sujeito travesti se encontra numa total desconstrução dessas normas, e vivem esses “estranhamentos” sobre fortes violências. O mundo das travestis é completamente sobrecarregado de estigmas que lhes geram diversas formas de violência, a começar pela sua não aceitação enquanto ser abjeto, afinal, fugir às regras da sexualidade imposta, mesmo com os avanços acerca dessa temática, não é uma tarefa tão simples quanto parece.

Num dos relatos a respeito da condição de ser uma travesti, Açucena nos diz que:

Eu me tornei uma travesti tarde, com 23 anos, porque quando eu via aqueles viadinhos vestidos de mulher era a coisa mais triste do mundo, eu achava ridículo! Mas, eu já andava vestida com roupas femininas desde os 15-16 anos, mas não achava que eu era uma travesti, depois que me dei conta que eu era igual a elas. Aí me assumi (Açucena).

Interessante analisar o quanto a travesti já estava sendo percebida enquanto tal aos olhares dos outros, mas ela não conseguia se perceber como participante dessa identidade de gênero, ou seja, a sua identidade de gênero não estava definida. A descoberta e afirmação da sua identidade travesti veio um pouco mais tarde, talvez até por conta das suas experiências de vida, do seu amadurecimento quanto à sua sexualidade, até mesmo pela associação da homossexualidade ao pecado como uma violência historicamente criada.

Segundo Silva (1993) “esse vestir imprime um tom farsesco às relações estabelecidas pelo travesti. Ele não se veste conforme o combinado”. Isto seria um outro fator importante que classifica as travestis apenas pela vestimenta, ou seja, as travestis acabam sendo referenciadas apenas pela sua transformação do que está visivelmente desarmonizada quanto aos vestir-se. O autor continua, “a roupa recobre um sexo naturalmente definido. Recobre materialmente, isto é, o significante assim o faz. Mas o significado que daí emerge permite sinalizar que tal roupa traduz culturalmente o sexo determinado biologicamente”.

Assim, podemos perceber o quanto são minuciosamente vigiados os detalhes dos sujeitos para referenciá-los a uma identidade de gênero específica. Inclusive, as cores das roupas fazem também uma associação a um determinado gênero, como foi discutido no I capítulo. Silva (1993) traz a noção dessa herança quando diz que: “o marrom, o cinza, o azul-marinho eram cores do código de vestuário masculino antigo, erodido pela Bossa Nova, pela Jovem Guarda, pela esquerda estudantil”, ou seja, as revoluções do mundo moderno também vieram acompanhadas inclusive, com a utilização de novas formas de comportamento e vestimenta.

O jogo entre o lado positivo e o negativo se inter-relaciona, ou seja, em determinadas situações ocultar-se pode ser a melhor estratégia para fugir de situações desconcertantes ou de risco, enquanto que o revelar-se reafirma a existência desses sujeitos como componentes de uma dada sociedade, que tem os mesmo direitos e deveres, é preciso que saibam de sua existência pra que sejam pensadas políticas e ações de proteção.

Uma das fontes de preconceito, e até expulsão de casa, ficam por parte da família das travestis. Isso se torna contraditório na perspectiva de que é na instituição familiar que o carinho, amor e atenção deveriam ganhar maiores proporções pelos laços que se formam desde o nascimento. Contudo, a partir do momento em que a homossexualidade ou a travestilidade se tornam visíveis, a vida desses sujeitos, na sua maioria, vira de cabeça pra baixo. Se coloca então duas vertentes: ou assumir-se ou esconder-se diante dessas pressões, tendo na primeira indicação uma melhor aceitação. Segundo Figari (2007) “Não exteriorizar a diferença era a norma, mesmo que fosse difícil”.

Um dia não aguentamos mais, invadimos o fórum, entendeu? Agora acho que foi nos anos 80, 81, que nós invadimos um fórum, juntamos 17 travesti, que naquele tempo foi um afronta a sociedade, né? 17 travesti subi a escada do fórum, e pedir encarecidamente na 5ª vara criminal um habeas corpus coletivo, pra poder a gente circular dentro de Salvador. Porque eu fui comprar uma carne 10 horas da manhã pra fazer um almoço, quando eu vinha com a carne a polícia passou e me levou, com carne e com tudo, só em ver imagem de travesti levava (Margarida).

Quando questionadas sobre qual imagem que os outros têm delas, as respostas denunciam traços em comum, tendo em vista às condições em que são submetidas. Assim como, há uma tentativa de mostrar-se mais adepta a um determinado tipo de comportamento em troca de um maior respeito social.

Algumas boas, algumas ruins, algumas com estigma, algumas com preconceito, não mais visivelmente assim, porque eu me faço ser aceita pela sociedade e pelas pessoas, o máximo possível, entendeu? Às vezes engulo algumas coisas, hoje tem coisas que eu fazia antes que não faço mais. De esculhambar, de querer entrar em luta corporal, hoje sou lapidada, sou um ser lapidada (Violeta).

Enquanto Margarida também diz:

Isso acontece muito comigo, de pensarem que eu sou uma senhora, tá me tratando como se eu fosse uma senhora e, de repente até eu mesmo confesso, né? que eu não sou senhora, que eu sou travesti. Ai agente sente aquele olhar indiferente, aqueles afastamento. Entendeu? Acontece muito isso. Porque eu não nego, eu não nego o que eu sou (Margarida).

Reafirma nesse trecho da entrevista aquela ideia discutida no I capítulo acerca do “gay cidadão”, limitando os comportamentos sociais e sexuais em troca de respeito e cidadania, ou seja, a liberdade do sujeito está sendo monitorado o tempo inteiro, somados as influências da culpabilização dos sujeitos por determinadas repressões e covardias.

A associação com a figura feminina está intrinsicamente embutida na visão das imagens e percepções referentes às travestis, tanto pelo estereótipo quanto pelos

comportamentos. E são essas visões que fazem parte da montagem da figura travesti, assim como associa-las ao estranhamento que causa estigmas sendo consideradas como seres abjetos. Por conta disso Margarida diz que: “agrediam fisicamente, o homem nasceu para a mulher e a mulher nasceu para o homem, quando não é isso, indicavam a gente como homem vestido de mulher para roubar”. Ou seja, há um acúmulo de visões preconceituosas a cerca de figura travesti por conta da sua identidade.

Uma das entrevistadas passou por essas situações de violência inúmeras vezes ao ponto de terem no seu corpo as marcas dessas atrocidades. Tendo os braços marcados por vários cortes, problemas na boca por conta de mastigação da gilete e ainda utiliza muletas por conta de agressões, principalmente pelos policiais.

Quando eles queria, batiam. Quando eles tavam em álcool, tavam bebendo, espancavam. Chegava o ponto de eu me cortar, olha pro meus braços como tem cicatriz. Cortava com gilete que andava na boca, é por isso que hoje em dia eu uso, eu uso chapa por causa de, mastigar gilete. Eles me liberavam (Margarida).

Goffman traz a noção de que:

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável – num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considera-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída (GOFFMAN, 2008, p. 12).

Diante dos estigmas, enfrentados cotidianamente pelas travestis podemos perceber o quanto as normas heterossexuais têm fortes influências no trato com as mesmas. Utilizando Louro (2008) que traz a ideia de que “uma vez que o sujeito não decide sobre o sexo que irá ou não assumir; na verdade, as normas regulatórias de uma sociedade abrem possibilidades que ele assume, aproprie e materialize”, ou seja, os sujeitos estão compulsoriamente desde o seu nascimento induzidos a serem sujeitos heterossexuais, e que por conta desse desvio às normas são violentadas.

Contudo, as travestis não se sentem mulher, inclusive fora percebido durante as entrevistas uma forte resistência em ser confundida ou considerada como uma mulher ou

como uma transexual. O relato de uma delas evidencia essa afirmação, e também demonstra a intolerância a quem foge dos padrões, nessa lógica – de homem tentando ser mulher.

Não me considero mulher! Porque vou tomar um banho eu tenho que pegar no meu artigo masculino pra lavar; quando me olho no espelho, eu tenho que pegar no artigo masculino; quando eu vou vestir uma calcinha, eu tenho que puxar o artigo masculino e botar ele pra trás, né! guardar ele, então eu nunca vou me sentir uma mulher. E mesmo se eu me operasse, eu não me sentiria uma mulher. Porque na minha cabeça é o seguinte: uma pessoa que se opera não é uma mulher, né! pra mim é um homem mutilado, (risos) entendeu? Porque mulher é uma mulher, mulher gera, mulher procria né! Eu penso assim, mulher tem menstruação, coisas que não adianta me operar porque a maioria dos travestis, os coisa que se opera agora hoje em dia...dos transexuais. É mais pra, pra achar que na prostituição, é mais pra prostituição! Todos que eu vi, foram prostituição. Muitos até já se mataram, que dizem que a operação é bem mais avançada, né? do que naquele tempo, pois a maioria ficaram tudo maluco, se suicidaram. Meus amigo daquele tempo que se operaram, ou tão na terra, ou embaixo da terra, ou ficaram louco por ai (Margarida).

Fazendo a ressalva, que durante a entrevista Violeta em alguns momentos se considera uma transexual e uma travesti ao mesmo tempo, sendo que quando está no meio travesti a mesma se comporta enquanto tal, até mesmo por conta das repressões das diferenças entre esses segmentos, como discutimos no I capítulo. Tanto que a própria Violeta assumiu a ser transexual apenas no momento da entrevista, ou seja, a sua identidade também depende do meio em que a própria se encontra, dependendo do contexto. Segundo Violeta:

Sou gay, sou lésbica, sou travesti, transexuais [...] Mas o meu recorte de gênero, eu assim, aqui na mais travestis, que são a população que sofre bastante estigma e preconceito da sociedade, porque só assumir o gênero feminino já é um estigma, imagina ser travesti? (Violeta).

Essa afirmação nos remete à teoria queer, tendo em vista que não há uma definição exata dos sujeitos quanto à sua identidade, existe uma consideração quanto à classificação ao ser “estranho” por assumir “mais de uma identidade, mais de gênero, propositalmente ambígua em sua sexualidade e em seus afetos” (LOURO, 2008, p. 20).

Isto se encaixa na reafirmação de que a travesti possui um rótulo que não lhe pertence unicamente pela aparência feminina, ou seja, ser uma mulher. Mas, utilizam dessas estratégias

e formas de representação por serem homossexuais – e como Kulick (2008), afirma – consideram-se como “gays assumidos”. Evidenciados no relato de Margarida – “Se tivesse hoje uma mudança de sexo, se eu fosse fazer hoje uma mudança de sexo, eu não acharia que eu era uma mulher, viu! Eu venci sendo travesti, o pouco que eu tenho foi na minha luta como travesti”.

Portanto, durante a aproximação com as travestis no seu meio de convívio podemos evidenciar o distanciamento com as ideias de ser uma transexual. Comumente são referenciadas como “mutiladas”, “cavalo capado”, seres que não gozam mais, não sentem prazer, então Gardénia questionou: “qual é a vantagem em fazer a cirurgia, se você nunca mais poderá gozar? Não sentirá prazer como antes. Deixa eu com meu pau, sou muito feliz com ele, gozo de horrores!”.

Entretanto, a concepção da sua identidade travesti fora relatada conforme as ideias de Kulick (2008), discutidas no I capítulo.

A subjetividade travesti não é subjetividade de mulher nem subjetividade de homem, é a subjetividade de um afeminado de sexo masculino - um homossexual [...] Mas as travestis não são apenas homossexuais. Elas são, em sua própria opinião, os únicos homossexuais realmente ‘assumidos’ no Brasil (KULICK, 2008, p. 231).

O que segundo Margarida confirma quando nos diz que:

É uma transformação de vem de dentro da gente, quando o gay, ou o gay em si né! Se acha no espelho, se vê no espelho, ele acha que algo feminino tem nele. Muitos aí querem avançar né! Ah! Eu tenho uma coisa de mulher, tenho uma aparência de mulher, então tenta explorar aquela aparência, já o outro não né! Já outro não, tem uns que se recue. Não eu não vou fazer isso, minha mãe, meu pai, meus irmão, né! E eu não! Nos anos 66, tava no auge aquela música de Vanuza, jogava os cabelo no olho pra nunca mais chorar, entendeu? E eu com a minha idade ficava jogando os cabelo no olho e dizendo: ai! E jogava pra cima, ai! Eu tenho uma ar de Vanuza! Só pintar o cabelo de loiro eu sou Vanuza e pronto! (Margarida).

Esse lado feminino faz referência a uma aparência utilizada estrategicamente como “isca” para “fisgar” os homens “heterossexuais”, por comporem o seu objeto de desejo. Desta forma, uma travesti não se relaciona afetivamente com outro gay ou um bissexual, esta situação só em casos relacionados à prostituição, porque os seus desejos são pelos homens



“heterossexuais”, ou seja, os ativos não afeminados. Margarida, na entrevista afirma que: “Não tenho interesse em usar nada masculino. Porque até hoje, se eu tiver uma relações com homem, se o homem for bissexual eu me afasto dele, não tenho. Eu gosto mais do hétero!”. Confirmando o que Kulick (2008) diz: “aqui, o lócus da diferença de gênero é o ato da penetração. Se a pessoa só penetra, é homem. Se a pessoa é penetrada, é diferente de homem – e aí ser um “viado” ou uma mulher”.

No entanto, atualmente a fissura na norma sexo-gênero-desejos sexuais – práticas sexuais possibilita uma nova experimentação de sujeitos mais voláteis e desprendidos de atos sexuais engessados pela heteronormatividade, ou seja, a resignificação do sujeito entregue ao seu desejo e ao prazer. Segundo FIGARI (2007, p.485) “Esse jogo de imitação do gênero opera no sentido de mostrar como os gêneros e o próprio sexo biológico são absolutamente construídos e, por conseguinte, também susceptíveis de mudar e inclusive de serem revertidos”. Embora, as travestis possuem o órgão sexual masculino, isso não as impedem de utilizarem papéis sociais femininos para realizar-se sexualmente, sem ter a obrigação de se sentirem ou serem mulheres.

Nas suas práticas amorosas, as travestis utilizam das estratégias performáticas para atrair os homens ativos, tendo em vista que o seu desejo normalmente está associado desde a infância a práticas sexuais passivas. Isto é, as travestis não aceitam namorados ou parceiros que tendem à homossexualidade com práticas passivas, o seu objeto de desejo são homens ativos comparados com os heterossexuais.

No que tange às práticas sexuais passivas feitas por clientes tidos para a sociedade como plenamente heterossexuais. Acontece de “sobretudo uma espécie de guerrilha contra os machões, os casados, os pais-de-família, os caretões, todos aqueles que sob a capa do bom comportamento podem deslizar, sob proteção, para práticas não compatíveis com suas imagens públicas. Pode-se entender o quanto isso pode irritar quem se expõe, com tanto arrojo, a enfrentar todos os preconceitos e a passar todas as humilhações em nome da fidelidade a si mesmo, que é o que eles dizem explicitamente” (SILVA, 1993, p. 99).

Para as travestis os seus namorados são intensamente analisados em todos os sentidos, principalmente na cama, porque quaisquer tendências às práticas sexuais passivas configuram na visão travesti uma traição, tendo em vista que os homens ativos não podem passear nos tipos de ações na cama, ou seja, a única posição aceitável é que o seu namorado seja um parceiro ativo e sem feminilidades.

Dentre outros motivos está à traição, até mesmo com outras travestis, sendo esta considerada ponto final no relacionamento amoroso, conforme Margarida, “já amei, fui amada, mas homem na vida de um gay, de um travesti ou de qualquer coisa, são passageiros”. Demonstrando a instabilidade dos relacionamentos amorosos, principalmente pela imensa disputa com as outras travestis, assim como pelo preconceito existente nesse tipo de relação. Embora exista afeto, manter uma relação às escondidas também é muito difícil, afinal diferentemente do que um casal heterossexual pode usufruir socialmente, às travestis e seus amores se limitam a sua casa às escondidas, talvez até o limite do seu bairro.

As travestis trazem no seu discurso uma fissura no seu quadro de relacionamentos amorosos, demonstrando a dificuldade que uma travesti possui pelos estigmas que lhe acompanham, inclusive nas suas relações interpessoais. A instabilidade nos relacionamentos também está associada com os estigmas que configuram os próprios enamorados, ou seja, assumir uma relação amorosa com uma travesti também exige do namorado uma postura bem definida da sua identidade sexual, não pela falta de desejo ou prazer nesse tipo de relação, mas pelas normas heterossexuais que diferenciam os sujeitos conforme as formas de relacionar-se amorosamente.

Já amei, já amei, já amei, e sim, já amei, mas hoje eu tenho trinta e cinco anos, meu coração é de uma menina de quinze anos, ou de vinte anos, mas eu vou jamais me comparar com uma menina de vinte anos, ou dezoito anos, ou de quinze anos, porque, ou trans ou uma travestis de quinze anos, porque tem situações que eu não posso passar mais, entendeu? É muito difícil assumir que ama uma pessoa do mesmo, assim, mesmo feminina, mas pras cabeças de alguns homens acham que a gente é homem, entendeu? É difícil, ele pode até amar. Eu já tive vários amores (Violeta).

Parece que a flexibilidade de passear pelo universo masculino e feminino torna a vida travesti muito mais interessante, além de sentir prazer utilizando as práticas sexuais tanto o papel considerado “masculino” sendo ativo, quanto o “feminino” sendo “passiva”. Embora estes sejam intensamente vigiados por elas mesmas.

### **3.2 Da casa pra rua: a travesti e a relação com a família**

“chega um momento na vida da gente que os amigos viram a nossa família”.  
(Violeta)

É de suma importância, antes de qualquer explanação acerca das percepções sobre a relação das travestis com os familiares, ressaltar que a intenção aqui não é culpabilizar a família pelos diversos preconceitos sofridos pelas travestis durante a sua vida, nem atribuir juízo de valor pelas ações tomadas diante das situações inter-relacionais no trato com as mesmas. Embora, na instituição familiar aconteçam fatos de extrema violência, inclusive serem expulsas de casa ainda criança, como fora relato na entrevista, discutir um pouco sobre a família da travesti é também situar o processo de transformação do sujeito em plena construção da sua identidade travesti. Este iniciado, normalmente quando as travestis ainda são muito jovens, talvez até criança.

O subtítulo faz uma referência entre a casa e a rua na perspectiva de analisar o que acontece com as travestis entre o privado e o público, representados aqui como a casa e a rua. A casa como sendo um ambiente de convívio familiar, de proteção, carinho, enfim, o lugar que poderia ser classificado como o mais “seguro” pelas travestis, o que de fato não acontece; e a rua, sendo o lugar de vulnerabilidade, sujeição, proibições, vitimização, violências, trabalho, mas também de diversão, prazer, amores, desejos e gozos.

A instituição familiar, na maioria das vezes, padronizam as influências heterossexuais que se desencadeiam sobre forte pressão, assim nos relata Violeta que:

A família, a família, é difícil porque a família não fez um filho pra ser gay, ou ser lésbica ou ser travestis. A sociedade que é cruel. A travesti quando é jovem ela não sabe muito bem, assim, às vezes a maneira de ela se manifestar ou protestar, de uma maneira de um vestido mais curtinho, às vezes um grito, porque um jovem heterossexual é inconsequente, imagine um jovem travesti que é mal compreendida pela sociedade, pelas pessoas, pela educação, pela escola, entendeu? Às vezes essa pessoa é excluído da sociedade de várias formas, por várias violências, tem vários direitos violados, entendeu? De várias formas, entendeu? (Violeta).

A instituição família traz em seu cotidiano educativo uma série de normas e regras heterossexuais padronizadas a serem seguidas pelos seus descendentes. Mas, a batalha não é só lutar contra seus familiares, é ir de encontro com os seus sonhos e desejos que fazem parte do ser humano racional, indo de encontro com toda uma sociedade majoritariamente

excludente e preconceituosa. Violeta relata que: “hoje eu tenho famílias, mas famílias que são famílias que não correm laços sanguíneos, que é a realidade de algumas travestis. E às vezes a família, que a gente vê como família que a gente tanto amou, a gente vê como parentes, simples parente, parentes, família são outros”.

Desta forma, a família passa a ter uma nova roupagem na visão subjetiva das travestis. Os familiares ligados a laços consanguíneos passam a fazer parte de um passado distante da vida cotidiana das mesmas, e a substituição, de certa forma, desses parentes são ocupados por amigos e outras travestis como uma nova família. Além de sinalizar as novas concepções acerca da instituição familiar da atualidade, em que não se limita apenas na lógica heterossexual, mas na diversidade de junções sobre a os componentes familiares, exemplo de pais ou mães homossexuais.

A respeito do contato familiar Margarida diz que: “eu prefiro eles lá e eu cá! Me discriminaram muito, me condenaram muito, então, eu procurei viver a minha vida, lutar por minha vida e por minha independência”. Essa realidade é comum entre as travestis, afinal, podem sair de casa ainda criança/adolescente e buscam a sua sobrevivência com os meios que lhe foram favoráveis, principalmente com a prostituição. Porque, além de saírem de casa muito novas, o aflorar pra sexualidade também é prematuro. Segundo Margarida, “com a minha dependência sexual quando eu comecei a viver, foi com nove anos de idade na prostituição, entendeu? Então, o sexo pra mim foi muito prematuro”.

Nessa passagem percebemos o quanto o preconceito familiar serviu como impulsionador para uma vida sexual prematura, acompanhada da inserção no campo da prostituição em resposta a uma transformação do sujeito em travesti, justamente porque as estratégias em intensificar o despertar do desejo dos clientes estão acompanhadas da transformação corporal, seria um atrativo interessante para a libido dos clientes, assim como uma forma viável de se sustentar dentro do que a lei assegura como legal.

É justamente no seio familiar que se deseja uma maior aceitação, até mesmo pelos vínculos construídos afetivamente que os diferem de ações preconceituosas por indivíduos que não possuem nenhuma ligação íntima com a mesma, como Violeta relata que: “chega um momento na vida da gente que os amigos viram a nossa família”.

Segundo Kulick (2008) é por conta dessa negação que as travestis saem de casa e passam a se tornarem adultas, ainda na infância ou adolescência, tendo que recorrer aos meios mais “marginalizados” para se manterem sobrevivendo, desde a prostituição podendo chegar a praticar pequenos roubos, que em alguns momentos lhes levam a prisão.

Embora, algumas vezes, quando há reaproximação com a família consanguínea esta se dá por conta de alguma situação de perda de um ente querido ou algum motivo de extrema necessidade, como estar presa. Embora, essas situações não garantam uma reaproximação definitiva, porque uma vez fora de casa os vínculos também são cortados, independentemente das necessidades futuras.

Uma vez eu fui presa, ai minha família pegou, ai, ai se aproximou, deu uma aproximação legal, assim, começou a ter algumas reparações. Ou sentimento de culpa ou não, vê que eu paguei o preço muito alto por assumir, assim, porque é muito difícil. É fácil, assim, você pode ser um gay camuflado, mas é muito difícil se assumir [...] Então eu paguei um preço muito alto, as pessoas ainda me olham com repúdio, com nojo, com ódio ainda, entendeu? Assim, não aceita, é bom o da rua, não o de dentro de casa. Meu pai e minha mãe já morreu, assim, fui criado com minha avó, minha tia, ali, ali, cá, cá, lá, lá, lá, lá, até... (Violeta).

Sujeitas ao descaso e a responsabilidade prematura de uma vida adulta cercada de responsabilidades, a travesti se torna a única provedora do seu sustento. E, por conseguinte será preciso utilizar estratégias para conseguir sobreviver minimamente de forma digna.

Desta forma, elas tendem a seguir os padrões que envolvem a sua identidade como uma travesti, ou seja, com a saída de casa prematura, a vida sexual também se faz prematura, assim, a sua profissão, comumente, se dá pela utilização do corpo como fonte de renda sendo este transformado e trabalhado nas concepções de beleza que agucem a libido dos clientes, passando pelo processo de siliconização e hormonização para obter formas femininas atraentes. Consequentemente, estará juntando num mesmo corpo a sua realização da identidade travesti assumida e a utilização desse corpo para obter seu sustento. Segundo Kulick (2008),

Em qualquer caso, o período posterior à saída de casa é marcado por um processo de distanciamento das características masculinas da infância e consequente aproximação com atributos femininos. É nesse momento que muitas travestis vislumbram a possibilidade de modificar o corpo para se tornarem mais femininas. As travestis mais velhas são a fonte usual de informações sobre modificações corporais (KULICK, 2008, p.81).

Todavia, é a partir da saída de casa que as travestis dão início a sua transformação. Por unirem-se umas às outras na tentativa de apoio mútuo, as travestis passam a morar juntas e a

transformarem juntas também. Desta maneira, a família consanguínea acaba ficando pra trás, tendo nas outras travestis e amigos a sua nova família, criada por laços afetivos.

Nos anos 60, com as minha fase de 13 anos, eu conheci um médico, aqui em Salvador, que era um cliente meu. Mas essas coisa era muito sigilosa, né? E, ele chegou e fez: por que você não toma lindior 2/5 pra você começar a crescer? (com 13 anos). É um hormônio, anticoncepcional [...] Ai comecei a tomar, ai começou a desenvolver os peito, ai as minhas amiga, enfim, como é? como é que faz? Que não tinha, não tinha, travesti aqui na Bahia de peito, talvez no Rio tivesse né? Quando chegava aqui na Bahia era uma novidade, entendeu? Ai eu comecei a tomar hormônio, né? Os peito cresce, viu! Ai passei a passar as ti queriam ser travestis, ai pronto, hoje em dia peito aqui é normal, até de silicone, mas naquele tempo foi uma grande novidade (Margarida).

Assim, esses sujeitos que foram expulsos ou saíram de casa pelas humilhações e violências sofridas no ambiente familiar, geralmente com pouca idade, e não tendo mais quem as sustentem, somados ao mercado de trabalho formal que não as acolhem, lhes restam unirem-se e aprender com as mais velhas o ofício da prostituição. Senão irão desenvolver trabalhos domésticos, nos salões de beleza, ou coisas do tipo, com baixa remuneração. Ressaltando que na maioria das vezes a perda do trabalho formal está associada com a transformação em travesti.

Para dar continuidade na linha de análise acerca da concepção das travestis entre a rua e a prisão abordaremos as experiências com a prostituição ou somadas com o uso de drogas sendo fortes fatores que levam a uma reafirmação dos estigmas usualmente referidos às mesmas, podendo leva-las à prisão. Embora, a intenção não seja denegrir e nem julgar determinadas práticas ou comportamentos, mas não há possibilidade de contextualizar essas análises sem levar em conta essas abordagens temáticas.

### **3.3 Prostituição e drogas no mundo das travestis**

Pagar pra comer o ser abjeto, o ser desprezado, desprezível, entendeu?  
É ótimo isso!  
(Violeta)

Diante das inúmeras referências feitas às travestis, a maioria delas, está ligada a uma visão negativa e deturpada da sua imagem. Construídas sobre forte pressão dos padrões de uma normalidade heterossexual, sempre serão levadas aos olhares pejorativos. Como afirma Louro (2008) “desprezar o sujeito homossexual era (e ainda é), em nossa sociedade, algo comum, compreensível, corriqueiro”, isso por conta de uma herança histórica e cultura que vigora até a atualidade.

A prostituição das travestis aparece como um forte fator de críticas, por envolver inúmeros estigmas e situações de perigo. Primeiramente, entenderemos como funciona o serviço sexual profissional da travesti.

O serviço que as travestis prestam aos clientes é chamado de programa [...] No caso do trabalho na rua, no momento em que ela entra no carro de um homem, ou entra em seu próprio quarto com um homem, ou quando ela dá instruções para que o cliente a siga até uma viela ou um motel. A partir desse momento, as travestis consideram que é seu direito receber o dinheiro, e se por qualquer motivo o cliente muda de ideia e resolve desistir de fazer sexo, elas ainda exigirão o pagamento integral (KULICK, 2008, p. 162).

A vigília em cima das travestis é um fato constante, elas são sempre observadas onde quer que estejam todos olham. E na época da ditadura militar era muito pior. Kulick (2007) diz que “durante o regime militar era impraticável para as travestis aparecerem publicamente na rua em trajes femininos. Os indivíduos do sexo masculino que se arriscavam eram presos e muitas vezes submetidos a longas sessões de humilhação e tortura”, como já vimos no I capítulo.

As travestis que vivem como profissionais do sexo, em geral, correm da polícia, com medo de repressão, extorsão, prisão e mesmo de serem executadas por agentes do Estado. Isto é grave, primeiro, porque o Estado brasileiro não proíbe nem a homossexualidade nem a prostituição; segundo, porque a força policial, do ‘uso legítimo da violência’ pelo Estado, nesse caso, é ilegítima, servindo à opressão sexual e ao abuso de autoridade (FERNANDEZ, 2010, p. 124).

Contudo, mesmo que esses atos sejam praticados por outros, é na imagem travesti que eles ganham maior intensidade. Por exemplo, a prostituição heterossexual (masculina ou

feminina) tem outra referência social comparada ao desempenho da igual atividade desenvolvida por uma travesti. Assemelham-se prontamente a doentes, ladronas, e outras visões negativas. Ressaltando que o mercado de trabalho formal também acaba sendo um grande vilão, pois ficando sem perspectivas de um trabalho formal as travestis vão para a prostituição.

Sobre essa lógica de mercado, as entrevistadas nos dizem que:

Que campo é que nós temos pra trabalhar dignamente? Sempre vai haver o preconceito, sempre vai haver! Ou longa escala, ou pouca escala ou pequenas escalas, mas sempre vai haver preconceito. Sempre vai haver o tabu, tanto pra travesti, pro homossexual, sempre vai ter aqueles olhares indiferentes, aqueles comentários. O mercado fecha! (Margarida).

E Violeta também fortalece essa visão quando diz que:

Sou da prostituição, fui da prostituição, sai da prostituição porque sai de Santo Antônio de Jesus há muitos anos atrás e vim pra prostituição, infelizmente porque o mercado de trabalho lá é restrito, os meus pais tinham morrido. E fui pras ruas de Salvador (Violeta).

A prostituição na vida de uma travesti possui significados diferentes. No universo das travestis além de estar sobrecarregado de preconceito, o fator interessante nesse tema foi desconstruir a visão estereotipada acerca da prostituição apenas como um lado negativo e obrigatório para sobrevivência, mas perceber o lado positivo da prostituição a seu favor na subjetividade da travesti.

As travestis preferem se assumir e pagar com a própria pele os efeitos de uma vida subversiva. Havendo uma exclusão no mercado de trabalho formal, buscando na informalidade o seu sustento, assim como, distanciando-se da educação formal, inclusive das universidades, por conta dos preconceitos que lhes excluem direta ou indiretamente.

Você na Bahia como é, você não vê travestis hoje no mercado de trabalho, atendente de um hotel, você não vê travesti na universidade, as que eu vejo na universidade, as que entraram na universidade, que eu dou parabéns a mãe o pai viraram travesti dentro da universidade (Violeta).



O relato de uma travesti no livro *Travesti: a invenção do feminino*, do Hélio Silva (1993) afirma que – “no dia em que eu não tiver mais cliente, tiro o vestido e volto a ser homem”. Evidenciando o lado escondido entre prazer e nojo que circunscreve as histórias travestis no seu dia-a-dia na prostituição, não só como uma coisa ruim, mas também como um processo de realização pessoal e profissional, somados ao prazer de identificar-se como travesti apenas pela prostituição, confirmando o que Kulick (2008) diz:

A prostituição é a única esfera da sociedade brasileira onde as travestis podem ser admiradas e reconhecidas. A prostituição faz com que as travestis se sintam sexy e atraentes. É o único contexto em que elas podem desenvolver auto-estima, autoconfiança, valor pessoal, além de se sentirem como objeto de verdadeiro e intenso desejo (KULICK, 2008, p. 151).

No relato de Violeta demonstra bem essa situação,

Chegava na Pituba ali, com todo preconceito que é durante o dia, eu descí lá, todas aquelas pessoas que me discriminavam, parar o carro, parar os carro, cinco, seis carro, assim perto de mim e assim: ai, eu quero você! me desejando, poder pagar pá estar comigo, entendeu? Cê imagina? Pagar pra comer o ser abjeto, o ser desprezado, desprezível, entendeu? É ótimo isso! [...] As pessoas que mais me repudiam, ir lá e me comer, me desejar. Talvez seja, aquele preconceito incondicional por mim seja uma vontade de estar comigo, de me, de estar comigo, talvez uma vontade que reflete de outra maneira, entendeu? (Violeta).

Contudo, a prostituição é uma atividade praticada há muito tempo, mas quando o assunto é prostituição travesti, no caso brasileiro, havia uma proibição, principalmente por ser proibidos atos em vias públicas que ferissem a moral e os bons costumes, como já vimos no I capítulo. Mas com as travestis a repressão era muito mais intensa, mesmo que os programas não fossem feitos no espaço público, afinal, ser travesti já era uma abominação, como afirma Silva (1993) sobre eles instaurava-se plenamente a intolerância. Apanhavam se ousassem sair às ruas. Eram presos por atentado ao pudor. Viviam espantados e medrosos. Historicamente, o travesti se impôs pela violência.

A prostituição, na época era crime, tanto que as casas que atendiam a gente pra, quando a gente pegava um cliente na rua que levava dentro de um quarto para ter relações, quando eles subiam, sabiam que ali era ponto de entrar e sair, eles iam e fechavam a casa. Levava o dono pra detenção, o dono ia pra detenção (Margarida).

Com a ampliação da prostituição no Brasil e dos métodos estéticos, as travestis começaram a transformar-se cada vez mais, injetando hormônios e colocando silicone, na perspectiva de estarem competindo “igualmente” com as mulheres na concorrência por clientes. Contudo, a prostituição das travestis “começou nas grandes cidades do Sudeste, como Rio de Janeiro e São Paulo, e depois foi se espalhando para outras regiões do país”. (KULICK, 2008, p. 158), reafirmando que é nos grandes centros urbanos que a prostituição se intensifica.

As travestis também reformularam a concepção que, para transar com outros homens seria necessário o pagamento por parte delas, essa é uma ideia comumente associada aos gays que pagam aos “bofes” para o ato sexual até os dias de hoje, claro que essa ideia não faz referência a todos os gays. Assim, “ao invés de pagar - para fazer sexo com os homens, elas recebiam o pagamento em troca desse sexo pela prostituição. Isso foi possível, em grande parte, graças aos hormônios que as tornaram mais atraentes e cobiçadas pelos clientes, também porque elas passaram a se inspirar no modelo da prostituição feminina”(KULICK, 2008, p. 159). É a afirmação do sexo para o prazer, assim como o sexo para o negócio, meio de subsistência.

A resistência das lutas travestis por seu espaço de trabalho nas ruas como profissionais do sexo, assim como as mulheres, houve uma ampliação dos pontos de trabalho, e consequentemente dos clientes, que já tinham acesso mais facilitado dos tais serviços. Kulick, (2008) afirma que “as travestis passaram a ser capazes de ganhar a vida exclusivamente com a prostituição”.

Trabalho pra mim mesmo, mas eu trabalho porque eu, na minha juventude, eu corri quase esse, esse pedaço do mundo. Fui pra Europa me prostituir em Portugal, Espanha, França, Itália, entendeu? Bélgica, tudo isso eu percorri, então eu comprei um imóvel e vivo deles (Margarida).

É na prostituição que as travestis, além de ganhar o seu sustento, em alguns momentos, realizam-se sexualmente. É uma atividade tão comum entre elas, que está

intrinsecamente envolvida na sua relação com a própria transformação travesti comprovada na entrevista. Embora assegurem que não é uma vida fácil, nem a prostituição nem ser travesti, como afirma Violeta.

Eu diga pras pessoas: nunca calce meu sapatos, percorra os caminhos que eu percorri pra estar aqui em pé na minha frente. Muitas meninas da minha idade já se foram, morreram, as que sobreviveram, algumas com tanta vulnerabilidade, ou foram pra droga, pra pedra, ou contaminaram pelo HIV/aids, mas nem todas. E, alguns velhos sobreviventes, mais fortes que restaram como eu, tá aí. Umas ficaram ricas, outras pobres, outras, tão aí, mas é pouca. Naquela época era trinta, quarenta, hoje se tiver muito, da minha época, é dez ou cinco, seis, mais ou menos. Se você quer isso, os caminhos são árduos. (Violeta).

Há uma ligação entre travesti e prostituição em que a idade corresponde ao número de clientes, ou seja, quanto mais novas mais clientes, e conseqüentemente, mais dinheiro. Embora, acima dos trinta anos de idade as travestis já se consideram velhas, ou seja, “passadas” para o mercado de trabalho sexual, estão em desvantagem para a concorrência entre as atrações sexuais de rua, como as travestis mais novas.

A idade funciona como uma potencializadora da beleza e das relações profissionais, isto é, quanto mais nova, mais bonitas e atraentes. Há uma intensa preocupação em manter-se dentro desses padrões de jovialidade. Violeta evidencia isso quando diz que: “pras travestis eu sou uma velha [...] Eu sou uma velha, sou uma jovem senhora”. Ressaltando que ela tem apenas 35 anos, mas a própria já se considera “velha” para algumas práticas do mundo travesti.

É na juventude que se ganha mais dinheiro, também é justamente esse pagamento pelo sexo que garante o seu “pé de meia” para ter um futuro mais confortável, até mesmo porque a família estará distante, como sempre. Desta forma, “nos casos em que uma travesti consegue comprar uma casa, é muito provável que venha dividir os aposentos em minúsculos quatinhos para sublocação, tornando-se ela mesma uma proprietária” (KULICK, 2008, p. 192).

Na tentativa de ganhar mais dinheiro, as travestis buscam o mercado europeu por ser o mais rentável entre todos, além de ser um sonho entre elas. Em contra partida, outro grande risco que ronda bem próximo às travestis são as drogas.

É na Europa que se encontra o maior desejo de mercado de trabalho como prostituta para as travestis. Lá mora a oportunidade do desenvolvimento econômico, ou seja, ganha-se muito dinheiro fazendo programa [...] É a terra de fabulosas riquezas, é o destino almejado por viajantes que desejam fazer fortuna e retornar à terra natal com dinheiro suficiente para realizar seus sonhos (KULICK, 2008, p. 180).

Em contra partida, essa experiência na Europa acaba sendo perigosa. Porque, mesmo ganhando muito dinheiro, há um grande risco de sofrer violências, além de ficarem viciadas em drogas existe também a repressão pela atividade que exerce no país. Como relata Margarida,

Viajando pra Europa, um guarda francês na vinte milha, fez eu fazer sexo oral nele, e mandou eu ir pelos fundo [...] Ele me segurou, era quatro e meia da manhã, me segurou, me segurou e mandou eu fazer sexo oral nele e depois ali ele abriu uma porta pelo fundo e mandou a gente, mandou eu e minha amiga descer, quase que a gente despencava, mais do que trinta metros de altura. Eu me recuei, vi que era um abismo. Aí eu fui beirando pelos canto, descendo, descendo, descendo...a sair na cidade, na cidade em baixo, Gênova, que era fronteira, né? na vinte milha. Quase eu morria ali! (Margarida).

Além desses riscos, a ida à Europa, normalmente é “financiada” por outra travesti que já tem a experiência e sabe os caminhos estratégicos para penetrar no continente informalmente, na perspectiva de desviar desses percalços incômodos. Contudo, outro grande risco é o envolvimento com as drogas, este que implica no acúmulo da dívida com a travesti que financiou a passagem.

De acordo com Kulick,

Muitas travestis afirmaram que começaram a usar heroína por causa do frio europeu. Trabalhando à noite nas ruas, em trajes muitas vezes sumários, elas sofriam bastante com o frio. A droga servia para ajuda-las a tirar da cabeça o fato de estarem congelando nas calçadas (KULICK, 2008, p. 189).

Desta forma, o uso de drogas é comum no meio travesti, claro que nem todas. Para enfrentar o frio das noites trabalhando nas ruas e com roupas sumárias, principalmente na

Europa. Embora, não seja tão diferente a utilização de drogas no caso brasileiro, até mesmo para conseguirem adentrar noites trabalhando até altas horas. De acordo com Kulick,(2008) diz que: “hoje muitas fumam maconha diariamente, algumas cheiram cocaína quando têm dinheiro para comprar”.

A intenção aqui não é estigmatizar as travestis associando-as ao uso de drogas e a prostituição como fatores que venham reforçar as visões negativas a seu respeito, mas analisar como essas práticas pode fazer parte do seu cotidiano. Inclusive, sendo indicadores, tanto para o fortalecimento das visões negativas a respeito da travesti como ser abjeto quanto à causa de prisões. Portanto, abordaremos no capítulo seguinte as experiências das travestis durante o processo de aprisionamento.

### **3.4 Da rua pra prisão: a materialização dos estigmas nas travestis**

As violências que cotidianamente fazem parte da vida das travestis podem acontecer a qualquer momento e em diversos locais, mas a noite fica mais evidenciada por conta da sua visibilidade nas ruas. Assim, as agressões acontecem desde policiais, pedestres, gangues, motoristas, enfim, várias pessoas que não conseguem conviver com a sua presença nos ambientes fortalecem as influências de uma cultura em que as classificam como seres abjetos, e, portanto, condenáveis à extinção das mesmas na paisagem social como a ideia de “normalizar” e “higienizar” os lugares. De acordo com Peres (2003)

A abjeção se incumbe da desapropriação de qualquer reconhecimento ou direito que um ser humano possa ter por inexistir para a inteligibilidade lógica das compreensões normativas, ou seja, sem visibilidade não é reconhecido como sujeito, se não é sujeito não existe, logo não pode ser tomado como ser de direitos (PERES, 2003, p.541).

Por isso é preciso sinalizar as atrocidades cometidas contra as mesmas, inclusive a manifestação do seu extermínio, a negação do direito de viver, para percebermos o quanto essas ideias culpabilizam os sujeitos subversivos e os classificam como criminosos e abomináveis que precisam ser exterminados do convívio social. Somados aos estigmas que se

intensificam quando elas passam por situação de prisão, isto é, há uma soma de negatividades acerca do sujeito travesti.

A violência cometida diante do ser abjeto é uma representação do que a sociedade condena. Segundo Odálio (2004), “o homem na história, tem sido o que a sua sociedade é. Se ela é injusta, ele também o é; se ela é violenta, ele não faz por menos”. Isto significa que o convívio em sociedade, marcado por atos violentos nada mais são do que a voz de uma privação fortemente imposta.

Contudo, não significa dizer que todos os sujeitos de uma determinada sociedade possam ser considerados violentos ante uma violência cometida a uma travesti, por exemplo, mas a afirmação sobressai no sentido de que historicamente somos violentos. Se não por esse motivo, certamente por outros. Charlot (2006) considera violência como:

[...] ‘violência’ é o nome que se dá a um ato, uma palavra, uma situação, etc., em que um ser humano é tratado como um objeto, sendo negados seus direitos e sua dignidade de ser humano, de membro de uma sociedade, de sujeito insubstituível (CHARLOT, 2006 apud BATISTA, 2010, p.18).

O simples fato de manterem e reafirmarem a sua identidade travesti aparece como uma “carta de autorização” para ofensas por ser consideradas um afronta à moral estabelecida. Assim, as diversas formas de violência sofridas começam desde quando os preconceituosos percebam que “eles” estão burlando as regras tentando ser “elas”. Afinal, Louro (2008) traz que a premissa afirmativa que determinado sexo indica determinado gênero, e este gênero, por sua vez, indica ou induz o desejo. Ou seja, os papéis sociais, as identidades, o gênero está associado há uma determinada sexualidade padronizada pela heterossexualidade.

Pra dizer é tão comum as violências, algumas violências que a gente sofre é tão comum que a gente nem leva mais como violência, cê entendeu? A gente se acostuma passar por tantas vulnerabilidades que algumas coisas que pro um ser humano, as vezes que considera violência, pra gente que vive na situação de tantos riscos, de tantas vulnerabilidade, pra gente não é mais violência, entendeu? Já é comum (Violeta).

Fugir desses padrões heteronormativos pode significar sofrer violências constantes principalmente pela sua visibilidade aparente, por isso que no mundo LGBTTT as violências possuem maior intensidade contra travestis do que outros segmentos.

Na rua e em lugares públicos, a reafirmação do machismo operava como um comportamento de massa; o “viado” devia ser apedrejado, atirado do trem, açoitado, surrado. Se algum bofe não reagisse assim, estaria pondo em dúvida sua masculinidade frente aos outros, inclusive frente às mulheres. A solução não era a tolerância, era a violência e a repressão. Tampouco, seria o extermínio: a solução era o castigo corretivo e exemplar, por um lado, e, por outro, o ritual reparador da masculinidade ferida e restaurada (FIGARI, 2007, p.400).

O entendimento sobre violência abarca também o da violação dos direitos humanos, na perspectiva de que negá-los ou infringi-los é uma forma de violência, ou seja, a violência gera a violação dos direitos.

Na perspectiva de situarmos o entendimento sobre violência pelas próprias travestis, foi questionado durante a entrevista o que seria esse conceito para elas. E as respostas foram as seguintes:

A pessoa se incomodar pela opção sexual da pessoa, achar que não aceita aquilo, e querer agredir, bater, espancar, achar que aquilo é o certo dele. Mas, eu acredito que isso ai é um, algum problema, como é? Fisicamente, mentalmente de quer ta ali no lugar daquela pessoa, de querer fazer tudo aquilo que tem vontade e por causa de preconceitos né? de família, disso e aquilo, ai agride as pessoa que fazem (Margarida).

Percebemos que a violência está muito limitada à associação com a agressão física, como afirma Odálio (2004) quando diz que “quando nós falamos e nos preocupamos com a violência, sua primeira imagem, sua face mais imediata e sensível, é a que se exprime pela agressão. Agressão física que atinge diretamente o homem”. Enquanto Violeta complementa:

Existe várias violências. A violência, às vezes a violência no olho é pior do que um tapa na cara, às vezes o olhar de repúdio, às vezes o olhar de desprezo, às vezes alguns direitos que nós temos é violados, é uma violência. Às vezes a falta de fé de algumas travestis, transexuais, não acreditam mais nos mecanismos, porque às vezes sofreram várias violências, e algum dos

direitos formam violados, é uma violência, às vezes a impunidade, as injustiças, às vezes a sociedade em geral que dizem que não podem ter cor, nem raça, nem religião, mas tem tudo isso, tudo é uma máscara entendeu? (Violeta).

A vivência travesti está intrinsicamente associado a um passado e um presente de violências constantes, mas também de lutas por uma visibilidade distante das influências dos padrões que lhe classificam como seres abjetos, isto porque não comungam da submissão ante as normas sobre a sexualidade.

Portanto, daremos início a esta abordagem com um relato estarrecedor de Kulick (2008), de como as travestis sofriam violências na Cidade do Salvador até mesmo sem cometerem nenhum ato ilícito. Na qual se misturavam os tipos de violência nas ações policiais (durante a pesquisa eles estão como os principais causadores de violências contra travestis) na perspectiva de higienização da cidade, com o seu poder ostensivo e controlador da ordem, como se a condição travesti favorecesse automaticamente a sofrer violências pela sua própria existência em diversos ambientes, inclusive dentro das suas próprias casas<sup>26</sup>, consideradas como uma ofensa à ordem, imperando a contraditória lei social do “bom” convívio.

Travestis detidas pela polícia civil eram levadas ao xadrez, onde passavam a noite – e às vezes duas ou três noites – até serem liberadas. Mas quando eram detidas pela polícia militar, e sobretudo quando eram recolhidas pelo camburão do batalhão de choque, passavam frequentemente por sessões de tortura. Eram jogadas dentro da caminhonete, levando pontapés incontáveis e sendo esmurradas por seis ou oito policiais, que rodavam com elas dentro do carro, não para conduzi-las à delegacia, mas para a praia do Flamengo, um local deserto, distante 45 minutos de Salvador. Durante o percurso, os policiais faziam brincadeiras sádicas com as travestis – a principal era obrigar que elas se beijassem na boca até o fim do trajeto. Outro divertimento consistia em mandar que uma travesti colocasse as costas da mão sobre a cabeça de outra travesti sentada ao lado. Um policial então brandia o cassetete com toda a força sobre a palma da mão da primeira. Se esta retirava a mão num reflexo, o cassetete atingia em cheio a cabeça da outra. Chegando à praia, os policiais desciam e formavam um corredor polonês. Então, faziam as travestis descerem do carro, uma a uma, passando no corredor em meio a chutes, socos e pauladas de cassetete (KULICK, 2008, p.49).

---

<sup>26</sup> O termo, “próprias casa”, utilizado desta forma porque as travestis desde que saíam da casa dos pais passavam a morar com outras travestis, e sofrerem violências juntas.



Numa das entrevistas fora relatado fatos dessa época, em que as aparições de travesti em vias públicas eram sinônimas de permissão para atos violentos. Evidenciadas no relato de Margarida:

Já tomei tiro pelo fato de ser travesti, e polícia levar a gente, 2, 3 horas da manhã pra praia de Estela Mares, pra uma segurar no membro da outra e ficar cantando irana, cirandinha nua. E eles dando risada. Mandava a gente subir no coqueiro despida, largava a gente nua [...] E a gente vim 2, 3 horas, 4 horas da manhã, até a pista pra pedir carona pra chegar em casa. E os taxiceiro era a única opção da gente era os taxiceiro que dava, socorria agente naquela hora. Sofremos muito! (Margarida).

Infelizmente, essas ideias preconceituosas ainda sustentam as agressões cometidas contra as travestis de forma tão naturalizada, que uma parte da população comunga e chega a herdar esses ensinamentos, ou seja, existe uma culpabilização do sujeito por desviar-se das normas e, portanto, ser condenado por isso seria uma luta contra as aberrações do mundo moderno.

Foucault (1984) no livro *A história da Sexualidade II – o uso dos prazeres* utiliza um pensamento de Platão que diz: “todo mundo reprovará a lassidão daquele que cede aos prazeres e que não pode resistir e naquele que procura imitar a mulher, todo mundo reprovará a imagem demasiado semelhante à dela que ele assume”.

Contudo, há de certa forma, toda uma cultura de agressividade e violação dos direitos para com as travestis. Afinal, esta desnaturalização do ser travesti perpassa séculos, e corresponde hierarquicamente a uma condenação aparentemente invisibilizada. Seja nas mais diversas instituições que compõem o aparato social, que na sua maioria, senão em todas, essas ideias de desaprovação ao modo de ser travesti estão presentes. Dentre elas, em especial destaque: a polícia.

Alterar as normas da distinção de gênero na aparência não seria algo que ainda pudesse ser levado abertamente às ruas, até porque estava criminalizado no Código Penal. As travestis, longe dos palcos ou fora das camas, somente podiam encontrar um lugar: o cárcere (FIGARI, 2007, p.323).

Os tratamentos que as travestis recebiam por assumirem essa identidade eram muitas vezes atribuídos às desapareições, numa tentativa violenta de extinção, ou tentando policiá-las sob forte ameaça e uso da força, assim viverem escondidas sobre duras regras de sobrevivência. Segundo Violeta, “uma vez teve uma limpa na rua, uma limpa na rua porque, que vinha uma pessoa importante aqui no Brasil, ai limpou a gente tudo, foi tudo presa (risos)”. Demonstrando a lógica da abjeção e do estigma na sua materialização contra as travestis, como impulsoras da higienização das cidades, ou seja, as travestis vistas como o lado negativo e sujos das cidades.

Mas mesmo assim, a gente morando em casa, a polícia invadia, levava a gente, sem fazer nada, bastava ser travesti, ser travesti, ser homossexual, tá em morando em comunidade eles vinham invadiam, levavam pra fazer faxina nas delegacia, viu! Em Recife mesmo, já fui até lavar unha de cadáver! Deles mandaram a gente, de levarem a gente pro IML da lá de Pernambuco pra dar banho em cadáver (Margarida).

De acordo com Figari (2007) “seguia-se utilizando a velha prática de deter as ‘bichas’, seja para apanhar, para ter sexo ou para fazer tarefas de limpeza nas delegacias de polícia”. Essas violências aconteciam sem nenhum motivo aparente, é tanto que para ir faxinar nas delegacias ou ser abusada sexualmente não precisava ter cometido algum delito. O fato de ser travesti já atribuía uma condenação aparente. Segundo Margarida, “Porque pelo fato de você ser travesti, você ia pra delegacia, raspavam sua cabeça, botavam pinche. De me tirar aqui, de dentro de casa, algemado com corda de caranguejo, marchando até a delegacia. Você é homem, você é homem!”

Várias humilhações feitas em nome da ordem moral e dos bons costumes como retratadas no I capítulo. As travestis com a sua androginia faz parte dessas representações abomináveis, e conseqüentemente vítimas de violências. Margarida relata que: “Nem precisava a gente tá detida pra eles fazerem tudo isso. Pegava pra fazer faxina. Faça faxina que amanhã vai embora.”.

Portanto, a violência faz parte do cotidiano das travestis, e não precisa estar nas ruas para ser considerada uma aberração, como demonstra o relato acima, mesmo dentro de casa a polícia invadia para cometer atos violentos. As que tentavam resistir eram mais violentadas ainda.

João Francisco dos Santos, a famosa ‘Madame Satã’, além de ‘apanhar’, as ‘bichas’ deviam realizar a limpeza das delegacias de polícia, (ao que ele se negava sistematicamente em suas inúmeras detenções), ora por algum delito, ora por ‘atos imorais’ (PAEZZO, 1972 apud FIGARI, 2007, p. 263).

Contudo, dentro da própria corporação policial, existiam alguns policiais que eram mais respeitosos enquanto outros eram totalmente atroz. Assim como também existia uma diferenciação no trato com as travestis de acordo com cada tipo de polícia (Federal, Civil e Militar), ressaltando que antigamente existia em Salvador “a Delegacia de Jogos e Costumes (DJC) – um tipo de esquadrão antivício, que funcionava no âmbito da polícia civil da Bahia” (KULICK, 2008, p. 48). Como as travestis comumente estava nas ruas à noite para trabalhar na prostituição (considerada vício), mesmo não sendo proibida em lei, este era um segmento policial temido pelas travestis, por conta das atrocidades que faziam. Como afirma Margarida: “naquele tempo eles não faziam questão de prender ladrão, marginal não, que essa delegacia era especializada mesmo pra prender, pra prender prostituta e travestis, essa delegacia do DJC, é né? Delegacia de Jogos e Costumes”.

Teve uma época em Salvador em que a polícia, principalmente a militar, era uma referência de medo e pavor por parte das travestis tendo em vista a sua força violentadora. Kulick (2008) garante que “em Salvador, as travestis são unânimes em afirmar que os policiais militares são os mais violentos e os que mais praticam abusos, cometendo estupros ou coagindo-as ao ato sexual, achacando-as e mesmo assassinando-as”. De acordo com Margarida:

Pelo menos a polícia civil não, mas a militar já, viu! De levar a gente lá pra Estela Mares, naquele tempo, melava o membro na areia e mandava a gente fazer sexo oral neles, melava o membro na areia e mandava a gente tirar as areia com a língua. Vá! (Margarida).

Todavia, a experiência prisional deixa marcas terríveis na vida das travestis. Durante a pesquisa, dificilmente soube de travestis que passou por penitenciária, isso por conta do delito cometido, normalmente elas são apenas encaminhadas para a detenção, o que não exclui a possibilidade de estar com a liberdade restrita. Chegando a ficar até semanas presa.

Eu já passei até uma semana presa em delegacias, em delegacias porque não tinham como comprovar viu? porque não teriam fragrante, né?, porque pelo fato de você tá, é, tá se prostituindo na rua, pra ele, pra aquela época era uma grande contraversão, entendeu? Mas, perante o juiz não tinha justificativa pelo fato (Margarida).

Quando questionada a respeito da detenção se ela considerava estar presa, Margarida retrucou:

Claro que é né! tirava seu direito de andar e vim, de liberdade. Porque eu fui uma carne, um quilo de assam pra fazer uma carinha em casa, um ensopado, fui detido. Eu fui preso era dez horas da manhã, no outro dia, depois de 48 horas foi me liberaram, já com a carne podre (risos) imagine! Vou ali comprar uma carne, e tirar seu direito de voltar, não é? (Margarida).

Em compensação, as travestis relataram a experiência de amigas que já estiveram no presídio e disseram que:

Me contaram relatos de lá, pedra preta, penitenciária, porque quando chega um travesti ou um homossexual lá, que eles sabem que é homossexual, eles separam, eles não misturam não. Eles separam, já tem uma sela já exclusiva mesmo só para travesti, homossexual. Que eles chamavam lá no seguro, é o lado seguro (Margarida).

Durante a entrevista foi perguntado quando elas tinham sido presas, na perspectiva de identificar em que época histórica e quando começou a trabalhar com a prostituição, tendo em vista que essas fases representam tratamentos diferentes. Supreendentemente na época da Ditadura Militar as práticas homossexuais eram, de certa forma, liberadas, segundo o relato de Margarida,

O presídio naqueles tempos, né! hoje eu não sei, chegavam ao diretor e pediam eu quero me mudar pra sela de fulano, quero ir pro seguro, aí o diretor já sabia e liberavam, né! já sabia que era algum envolvimento. Isso acontecia muitos nos anos 73, 74, na ditadura (Margarida).

Segundo Figari (2007), “as prisões, entretanto, sempre foram espaços propícios para o estabelecimento de relações entre pessoas do mesmo sexo, fossem somente sexuais ou amorosas, consentidas ou estabelecidas mediante a violência”.

Entre as três paredes e a grade da sela aconteciam outros tantos atos violentos, desde a exploração nas faxinas, lavando banheiros, até atos sexuais sem consentimento, por parte da segurança, na tentativa de reafirmar os papéis sociais culturalmente indicados como femininos para as travestis, ou seja, a reafirmação das relações de poder existentes naquele espaço. Violeta afirma que “quando um delegado é instruído, ele já tem um certo nível de sensibilidade de direitos humanos, ele trata a gente com dignidade, depende da pessoa, é relativo”.

Uma coisa interessante que foi percebida faz referência à relação com os outros presos. As travestis afirmaram que os outros detentos se igualavam na mesma condição de presos e, portanto, não tinham nenhum direito de explorá-las. Embora determinados atos sexuais, por exemplo, são mais uma forma indireta de ser violentada sem percebê-las como uma violência aparentemente agressiva ou forçada, por não ter agressão física. Ou seja, por serem feitas sem uso da força, mas em conformidade com as relações de poder que envolvem aquele espaço. Segundo Odálio (2004), “não havendo uma solução para a violência da vida cotidiana, o remédio é integrá-la como um componente normal das relações entre os homens”.

Eles respeitavam a gente, respeitavam era, viu! [...] Mas eles lá respeitavam a gente, não mexiam com a gente, eram dóceis com a gente. Porque eles diziam que a gente era sofredor igual a eles. Era isso, que naquele tempo, os marginais, a maioria, tinham o respeito com a gente por isso (Margarida).

Porém, as percepções a respeito das violências sofridas também têm significados diferentes na visão das travestis. Porém, Margarida que passou por essas experiências de prisão na época da ditadura militar e Violeta no período histórico do país redemocratizado, trouxeram elementos contraditórios. Tendo em vista que os relatos demonstraram diferentes tratamentos acerca da vivência naquelas instituições.

Contudo, as violências podiam acontecer, mas não eram percebidas como violências, como esclarece a própria Violeta.

Ah! Fazer sexo todo mundo tem que fazer, tem que fazer pra poder satisfazer né? Porque tá na sela lá tinha que fazer. Às vezes tinha que fazer pra ser aceita, pra poder ser aceita pelas pessoas ali, uma questão de poder transitar muito bem ali, né? Tudo é uma troca! (Violeta).

Num outro momento a própria Violeta se contradiz quando relata que: “Você acredita, que às vezes eles tratam mais a gente melhor, melhor de que às vezes a sociedade, as pessoas na rua, indiretamente? Porque, talvez eles sejam tão vulneráveis quanto à gente, né?”.

As práticas sexuais não deixaram de acontecer por conta da restrição da liberdade, porém em contextos diferenciados, ou seja, pelo abuso ou pelo livre consentimento, assim como por agressores diferentes e por parceiros atraentes.

Isso mesmo porque em alguns momentos o ato sexual também se torna desejável naquele ambiente, desconstruindo as ideias de que o ato sexual em determinados ambientes só poder ser sobre coesão, ele torna-se um desejo e em consequência um ato sexual como em qualquer outro lugar. Segundo Foucault (1988) “O poder não ‘pode’ nada contra o sexo e os prazeres, salvo dizer-lhes não”.

Só tinha abuso quando a gente queria também, dava entrada, né? mas, dependente disso, quando a gente dava uma entradinha, uma oportunidade eles se insinuavam, né? mas pelo fato de é, acontecia muito romance dentro de cela já aconteceu! Mas pelo fato de eles agredir a gente, intimidar a gente, bora! Venha! Obrigiar não faziam não, ele tem isso (Margarida).

As maiores violações aconteciam, de fato por parte da corporação policial. Os relatos são extremamente visíveis que uma população ameaçada por ser diferente, em que o teor da androginia fazia referência com a violência. Margarida conta que, “um dia um delegado fez assim pra mim: olhe, você parece uma mulher, você é bonito - usou esses termos - você é bonito! Parece uma mulher, tem seios, mas tem um membro no meio das perna, é um homem!!! Bem assim!(risos) aquilo pra mim foi uma ofensa!”. E Violeta complementa, “o que me marcou é que às vezes, o que a gente fala, às vezes é tido como um nada, né? a gente é uma bosta, né? às vezes a gente é bem pior do que até alguns prisioneiros, né? porque a gente sofre vários tipos de violência”.

São seres que convivem constantemente com os estigmas, que por não seguirem essas normas são classificados como seres abjetos, desviantes e até mesmo doentes. E levando em consideração que as vivências dessa sexualidade desafiadora perpassam por transformações da sociedade que sobrecarregam determinados indivíduos a ações de intensa violência.

Um dos grandes problemas é quando não tem como fugir dessas violências por estarem presas, e na delegacia a situação é mais delicada, principalmente por estarem sob poder da polícia.

Na delegacia, tira a roupa, dê seu nome, tem documento aí? A gente amostrava o documento, era ignorado pelo fato de ser travesti [...] Eles tomavam o documento da gente no nome, no livro de ocorrência, e escrevia, você poderia estar com o documento ou sem documento era a mesma coisa, era o mesmo tratamento: cela! E aí nós ficávamos lá, a disposição do titular, quando o titular quisesse liberava, quando não quisesse deixava lá, como já passei 8 dia, 16 dias, em celas jogado no chão, com rato, percevejo, entendeu? Dormindo em cima de jornal, comendo aqueles arroz que você jogava na parede grudava, aquelas borra de café que vinha com aqueles pão de 3-4 dia duro, entendeu? (Margarida).

As travestis, normalmente contam, quase que unicamente, com as Organizações Não governamentais (ONG's) e militantes na defesa dos direitos humanos da causa LGBTT, principalmente na prisão por ser um ambiente historicamente violento. Segundo Violeta, “às vezes a gente recorre, recorre às vezes a alguns militantes. Ao Grupo Gay da Bahia, Associação das travestis, que são a nossa salvação, o Fórum Baiano de LGBT, que é um elo de todos, né? mas, é mais, é isso que são a nossa salvação aqui”.

Um dia não aguentamos mais, invadimos o fórum, entendeu? Agora acho que foi nos anos 80, 81, que nós invadimos um fórum, juntamos 17 travesti, que naquele tempo foi um afronta a sociedade, né? 17 travesti subi a escada do fórum, e pedir encarecidamente na 5ª vara criminal um habeas corpus coletivo, pra poder a gente circular dentro de Salvador (Margarida).

Diante de tantas atrocidades cometidas contra as travestis podemos, a partir dos relatos das próprias entrevistadas, perceber um pequeno avanço nas leis e no tratamento com as mesmas. Tendo em vista a visibilidade em que as violências estão acontecendo, assim como

um melhor esclarecimento e informação acerca das denúncias feitas pelas travestis, como tentativa de dar visibilidade ao problema e cobrar do Estado soluções protetivas.

Margarida expõe que: “a polícia hoje em dia, é totalmente diferente do tempo da ditadura, né? Existe algum preconceito lá dentro ainda, mas é bem raro viu!”. Assim como Violeta diz que: “Hoje mudou, antigamente não, antigamente era, é travestis acha que tem aids, tem doença, é assim tem todos os estigmas de algumas pessoas”.

Violeta relatou que durante o processo de aprisionamento o que lhe marcou foi:

Me senti impotente. Me senti que só por ser travestis ou transexual, é, já é tida como um ser marginalizado. E às vezes só por ser isso já é errado já, entendeu? Pra sociedade e pras pessoas às vezes que levam seus preconceitos incondicionalmente pra alguns espaços que não era pra ter, porque o Estado era pra ser laico, não ter cor, não ter raça, não ter religião entendeu? (Violeta).

Infelizmente, viver numa sociedade excludente e preconceituosa limita as travestis a adentrarem e serem aceitas em determinados ambientes, porém, a vida delas não se resume nesses estigmas. Porém o assumir-se travesti já significa um passo para a felicidade. Margarida relata que o lado bom em ser uma travesti representa:

Você se sentir bem com você mesma né? Você se sente bem. Já pensou você querer ser um homossexual e ta dentro de um armário? Você querer ser um travesti imagina, ah! Porque fulano vai me censurar, sicrano vai me...Não! Você tem que botar pra fora aquilo que você quer intendi? Você quer ser então bote pra fora, não se omite não. Eu penso assim! (Margarida).

E Violeta relata que a sua realização e felicidade perpassa entre ter a sua identidade travesti respeitada e por ser notada como um ser atraente.

O ser diferente, a magia, o admirar de algumas pessoas, ai, o encanto que o ser diferente por ser travesti ou transexual é, entendeu? Pra as pessoas, entendeu. Poder entrar numa festa e você ser a atra...ai, sem perceber, hoje eu não tenho muita vaidade, mas quando eu era mais jovem, eu botava minhas sainhas, meus vestidos, e chegava na festa, eu era ai, a gostosa, a melhor de todas, todos os homens me desejavam, disfarçavam com suas mulheres, disfarçavam, disfarçavam, piscava o olho, ai! (Violeta).



Esses sujeitos acabam tendo uma referência, onde quer que frequentem, pelo rótulo travesti. Afinal, deixam de serem pessoas comuns, como seu próprio nome, social ou não, para se tornarem “a travesti tal”, ou seja, os julgamentos são antecipados à partir da identidade travesti. Silva (1993), indica ações para um melhor convívio com as mesmas, na tentativa de desconstruir os pré-julgamentos e as várias formas violências quando diz:

Conversar com eles, jantar com eles em restaurantes, ir ao cinema, convidá-los a nossa casa, visitá-los na casa deles é inscrevê-los no circuito do humano, retirá-los da vitrine viária, da terra encantada onde florescem fadas e monstros, para situá-los no contexto de onde pode emergir o sentido e o afeto (Silva, 1993, p. 82).

Contudo, na tentativa de desconstruir os estigmas referenciados às travestis, pensado como uma vida, unicamente, de sofrimento e violências que esta parte do trabalho tem como foco. Assim como dar visibilidade aos problemas desnecessários passados por elas, em decorrência da sua sexualidade, precisa ser transformados em políticas públicas para um bom convívio social. Assim como, coloca-las como seres humanos permissíveis a outras realidades e sensações fora das situações de vulnerabilidade e riscos, principalmente por desvincular-se das ideias padronizadas dos rótulos que tem como referência à heterossexualidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir das discussões contidas no corpo trabalho, pensadas também pelas evidências comprovadas nas falas das travestis. Portanto, já adiantamos que essas conclusões não podem ser consideradas pelo próprio tipo de pesquisa, estudo de caso, obter generalizações, ou seja, serão explanadas as análises feitas com esse determinado grupo.

Desta forma, as conclusões estão alicerçadas tanto sob o estudo e análises da teoria específica quanto da sua comprovação nos relatos coletados. Buscando sempre fazer a associação da teoria com a prática, tidas como um processo dialético, num intenso movimento de transformação, tendo em vista a materialização da violência na vida das travestis tanto na rua quanto na prisão.

É pertinente afirmar que as violências contra as travestis também são construções sociais, fazem parte de uma herança histórica e cultural que perpassa séculos. Contudo, pensar na identidade travesti como um fator de favorecimento para práticas violentas que extrapolam a condição de dignidade e liberdade humana nos remete a pensar em que tipo de sociedade vivemos e de forma damos manutenção a essas práticas.

O universo travesti, é sem dúvidas, cheio de atos violentos, inclusive são elas as que mais sofrem as práticas repressivas dentro o segmento LGBTTT. Porém, evidenciamos na pesquisa, tais fatos desde criança, principalmente quando começam a identificar a androginia prematura, que ganham intensidade quando esse sujeito define a sua identidade de gênero, geralmente ainda na adolescência.

Portanto, a vida travesti entrelaça um caminho árduo e cheio de armadilhas perigosas, assim, a saída de casa, a prostituição, o uso de drogas, enfim, são ações que fortalecem e ascendem os estigmas atribuídos a elas.

A interseccionalidade das junções entre as categorias reafirmam a transfobia na composição da figura travesti em diversos ambientes, como os analisados aqui, a rua e a prisão. Isto significa, que as atrocidades contra as travestis também se intensificam quando são consideradas aberrações e, portanto, condenadas ao extermínio, afinal além de travestis são criminosas.

Entretanto, a objetivação da pesquisa não é aumentar os estigmas contra as travestis, nem se quer atribuir nenhum juízo de valor ou moral acerca das suas ações, a proposta se faz na perspectiva de dar visibilidade a um grupo que sofre graves violações de direito em decorrência da sua sexualidade.

Assim, durante a pesquisa ficou impressa nas vozes amarguradas uma intensa revolta por ser violentada, principalmente pela sua identidade travesti. Uma vez que tínhamos como objetivos perceber a materialização dos estigmas na cidade no Salvador nos ambientes da rua e da prisão, assim contextualizar como elas se percebem nesses locais, o tratamento recebido e como vivenciam a prática sexual na prisão.

Descobrimos que o principal violentador, e também mais temido pelas travestis, são os policiais. Isso não significa que as outras pessoas não cometam atos contra a sua vida, mas o agravante se situa por ser violentada quando estão sob poder de uma instituição ostensiva e controladora da ordem que representa o Estado Democrático de Direito como a polícia. Contudo, na atualidade já evidenciamos mudanças no tratamento mais adequado e respeitoso por parte dos policiais com as travestis.

Porém, é valioso afirmar que vários comportamentos no trato com as travestis foram repensados e modificados por conta da ampliação dos conhecimentos sobre os seus direitos, as formas de buscar ajuda, de estar em contato com grupos militantes na defesa da causa LGBTT, como desenvolve o GGB, por exemplo.

Nesta lógica, as travestis também tomam entendimento sobre a sua representação enquanto travesti, e isso quer dizer, dar visibilidade para a promoção de políticas públicas que garantam assegurar os seus direitos em qualquer espaço. Até mesmo porque não existem políticas para um público que não é visível.

Dito de outra maneira, as políticas também estão associadas aos grupos que tem uma representação positiva no cenário nacional, ou seja, as travestis são, normalmente, consideradas seres abjetos e conseqüentemente inteligíveis até para criação de políticas a seu favor.

Essa também é uma grande e contraditória questão no Brasil, afinal temos a maior Parada do Orgulho Gay do mundo, em compensação temos um alto índice de assassinatos de homossexuais. Ou seja, a considerada “minoría” ganha visibilidade apenas quando estão nesses eventos, que passam a contar com o apoio, mesmo que precário, mas conseguem aprovação para a realização de determinados eventos ligados ao mundo LGBTT. Em contra partida, dificilmente avançam nas leis para a sua proteção, como ocorre com outros segmentos como, idosos, mulheres, crianças e adolescentes, enfim, evidenciando o descaso com o segmento homossexual.

Contudo, acreditamos ser necessária a aprovação de uma lei que garanta aos homossexuais o gozo pleno dos direitos como qualquer outro sujeito. Ressaltando que a política, unicamente, não será capaz de diminuir os números da violência contra

homossexuais, mas propor um novo projeto educativo e socializar fora dos padrões heteronormativos.

Assim, afirmamos que o público LGBTTT precisa ser visto comumente nas paisagens urbanas, nos diversos campos de trabalho, nas escolas, universidades, enfim, a invisibilidade acaba tornando os sujeitos subversivos pela sexualidade fora dos padrões, a uma exposição e uma observação sempre negativa e estranha, pela esporádica e precária falta de contato diário, isto é, são sempre visibilizados em grandes eventos do gênero ou numa visibilidade disfarçada pelo repúdio.

Outra descoberta interessante perpassa o ambiente prisional, tendo em vista que as práticas sexuais com os outros presos, diferentemente do que com a polícia, são realizadas sem uma violência aparente, ou seja, há também dentro da prisão a paquera, as aproximações por desejos e afinidades, e por fim o ato sexual. Levando em consideração que a violência nesse tipo de relação pode estar disfarçada ou camuflada por outras maneiras estratégicas de convívio nas relações de poder ali naquele espaço, que acabam passando despercebidas ou inexistentes.

Até mesmo porque comumente a violência está associada à agressão física, e na prática sexual quando não existem esses atos, parece que não houve a consumação de uma violência, ainda mais quando se é violentado à vida inteira, isso acaba se tornando comum e imperceptível em alguns momentos.

De qualquer maneira, enquanto as diferenças sexuais e a afirmação de superioridade a partir da sexualidade humana fizerem a definição do certo/errado, normal/anormal, aceitável/condenável embasados na lógica da heteronormatividade continuaremos presenciando atos violentos cometidos contra a população LGBTTT cotidianamente.

Desta forma, as identidades precisam ser repensadas sob essa dualidade existente, apenas como o masculino e o feminino, como únicas opções de gênero, mas ampliar para outras possibilidades.

Entretanto, nada mudará se não começarmos a dar visibilidade a problemas que durante muito tempo ficou esquecido e coagido na história, como a vida das travestis e suas violências sofridas. Contudo, é pertinente trazer à luz a discussão sobre indicativos de mudanças para um melhor convívio social entre os grupos sociais.

A aproximação direta com as mesmas também pode desenvolver o entendimento sobre as suas percepções, desejos, sonhos, enfim, planos e projetos que qualquer outro sujeito

possui, para além de uma referência totalmente sensualizada e profana como são classificadas às travestis.

No que tange a universidade, podemos começar a desenvolver projetos e estudos que favoreçam a naturalização da homossexualidade, na tentativa de desconstruir ideias embasadas na superioridade de um segmento sobre outro, este como precursor dos estigmas referenciados às mesmas.

Sobre essa importância, Violeta nos diz que:

Acho que é importante ter a visão da academia, na universidade, nossa parceira, né? Assim, eu espero, eu espero que o trabalho de vocês, façam as pessoas da universidade ver a gente com outra maneira, como gente, como ser humano, como um ser como qualquer outra pessoa qualquer [...] Quando você vê uma travesti nas ruas, às vezes, até com uma posição mais agressiva, tente ver o que ela sofreu pra ela ser assim, as vulnerabilidades, entendeu? (Violeta).

Com o pedido de uma das entrevistadas finalizamos as análises descritas no presente trabalho, acreditando terem colaborado para a construção de uma nova visão acerca das travestis, contemplando aos desejos, gêneros, práticas sexuais e o prazer, sem as condenações por não seguirem aos padrões heterossexuais. Assim, as travestis almejam que os seus direitos também sejam respeitados, que as violências não sejam panos de fundo das suas vidas e, que possam ocupar os espaços sem nenhuma restrição em decorrência da sua sexualidade.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Chico. Direitos mais humanos. – Rio de Janeiro: Garamond, 1998. 104p; 14x21 cm.

ALVES, Magda. Como escrever teses e monografias: um roteiro passo a passo/ Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

ARILHA, M; Lapa, T.S.; Pisaneschi, T.C. (orgs.). Transexualidade, travestilidade de direito à saúde. São Paulo, Oficina Editorial, 2010. 376 p ; 23 cm; (Coleção Democracia, Estado Laico e Direitos Humanos)

BATISTA, Vanessa Morais Paixão. A multidimensionalidade da violência em uma escola pública de Amargosa: as perspectivas dos professores. 2010. 62 f.

BRASIL, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública. Cartilha: Atuação Policial na Proteção dos Direitos Humanos de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade. Brasília, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Direitos Humanos: percepções da opinião pública: análises de pesquisa nacional/ organização Gustavo Venturi. – Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

DAMATTA, Roberto. Relativizando; uma introdução à antropologia social. – Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DIVERSIDADE sexual e homofobia no Brasil/ [organizadores Gustavo Venturi, Vilma Bokany]. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. 252p.

Estudos feministas / Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão. – v.7, n.1-2, (1999)-.- Florianópolis: UFSC, 1999- 23cm.

ESTATUTO Penitenciário do Estado da Bahia. 2010.

Família e gênero/ Marlene Neves Strey, João da Silva Neto, Rogério Lessa Horta, organizadores. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

FIGARI, Carlos. @s “outr@s” cariocas: interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro: Séculos XVII ao XX – Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In P. RABINOW e H. DREYFUS, Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249

\_\_\_\_\_ História da sexualidade I: a vontade de saber, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, edições Graal, 1988.

\_\_\_\_\_ História da sexualidade II: o uso dos prazeres, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

\_\_\_\_\_ Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Lúcia M. Pondé Vassalo. Petrópolis, Vozes, 1987, 280p.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. – 6. Ed. – 5. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2012.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. [tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes]. – 4.ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GROSSI, M. P. Identidade de gênero e sexualidade. Coleção Antropologia em Primeira Mão. PPGAS/UFSC, 1998.

KULICK, Don. Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. (tradução, Cesar Gordon). – Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LARAIA, Roque de B. Cultura, um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LEI de Execução Penal. Lei nº 7.210, de 11 de Julho de 1984. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm) acessado em 13/03/2013 às 17:48hs.

LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 1 ed; 1 reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MANZINI COVRE, Maria de Lourdes. O que é cidadania. – São Paulo: Brasiliense, 2002. – (coleção primeiros passos; 250).

MOORE, Henrietta: Compreendendo Sexo e Gênero. In: T. INGOLD (org.) /Companion Encyclopedia of Anthropology/, London, Routledge, 1997 (tradução de Júlio Assis Simões)

MOTT, Luiz. Homossexuais da Bahia. Dicionário Biográfico séculos XVI-XIX, Salvador, editora Grupo gay da Bahia, 1999.

ODÁLIO, Nilo. O que é violência. –São Paulo: Brasiliense, 2004. – (Coleção primeiros passos; 85).

RAMSEY, Gerald. Transexuais: perguntas e respostas; [tradução Rafael Azize]. – São Paulo: Summus, 1998.

RIOS, Roger Raupp. Para um direito democrático da sexualidade. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 26, p. 71-100, jul./dez. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ha/v12n26/a04v1226.pdf>. Acesso em: 14/07/2013.

ROCHA, Everardo. O que é etnocentrismo. 11. ed. São Paulo: Brasiliense. 1994- - (Coleção primeiros passos).

SALIH, Sara. Judith Butler e a teoria queer; tradução e notas Guacira Lopes Louro. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

SECRETARIA Especial dos Direitos Humanos. Texto Base da Conferência Nacional de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença: a perspectivas dos estudos culturais/ (org.). Stuart Hall, Kathryn Woodqard. 7.ed. – Petrópoles, RJ: Vozes, 2007.

SCOTT, Joan. Prefácio ao gênero e políticas da história. Campinas: Cadernos *Pagu*, 1994.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, vol. 20, n. 2, p.71-99, jul/dez. 1995.

TRANSCRIÇÃO de conferência pronunciada na EMBRATEL, com transmissão em rede nacional de televisão executiva, em 20 de maio de 1994, num ciclo de debates sobre “Modernidade”. Esta conferência foi publicada na revista *Impressa Praia Vermelha – Estudos de Política e Teoria Social*. Vol. 1, n.1, set/1997, do Programa de Pós-Graduação da ESS/UFRJ e, também, no livro *Contra a Corrente – ensaios sobre democracia e socialismo*. São Paulo. Cortez, 2000, de autoria de Carlos Nelson Coutinho.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva, 1928 – Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. – São Paulo: Atlas, 1987.

VELHO, Gilberto. O desafio da cidade: novas perspectivas da antropologia brasileira/ [coordenação] Gilberto Velho. – Rio de Janeiro: Campus, 1980.

<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2013/06/27/brasil-divulga-dados-sobre-a-violencia-contra-gays-lesbicas-e-travestis> acesso em 30/08/13 às 23:16



[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/12/121226\\_presos\\_brasil\\_aumento\\_rw.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/12/121226_presos_brasil_aumento_rw.shtml)  
acesso em 20/05/2013 às 13:05

<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/pela-humanizacao-do-sistema-carcerario/> acesso  
em 16/03/13 às 15:17

[http://www.sjcdh.ba.gov.br/noticias/sjcdh-avalia-situacao-do-publico-lgbt-nas-penitenciarias-  
do-estado-da-bahia](http://www.sjcdh.ba.gov.br/noticias/sjcdh-avalia-situacao-do-publico-lgbt-nas-penitenciarias-do-estado-da-bahia) 04/09/12 as 20:55

[http://www.sonoticias.com.br/noticias/7/146594/ong-denuncia-leilao-de-travestis-em-  
penitenciaria-de-mt](http://www.sonoticias.com.br/noticias/7/146594/ong-denuncia-leilao-de-travestis-em-penitenciaria-de-mt) 04/09/12 as 21:07

[http://noticias.br.msn.com/mundo/popula%C3%A7%C3%A3o-carcer%C3%A1ria-mais-que-  
dobrou-no-brasil-diz-relat%C3%B3rio-1](http://noticias.br.msn.com/mundo/popula%C3%A7%C3%A3o-carcer%C3%A1ria-mais-que-dobrou-no-brasil-diz-relat%C3%B3rio-1) acesso em 19/12/12 às 10:58

[http://www.ggb.org.br/luiz%20mott%20entrevista%20passageiro%20do%20mundo%202013.  
html](http://www.ggb.org.br/luiz%20mott%20entrevista%20passageiro%20do%20mundo%202013.html) acesso em 19/05/2013 às 17:19.

[http://www.ggb.org.br/Assassinatos%20de%20homossexuais%20no%20Brasil%20relatorio%  
20geral%20completo.html](http://www.ggb.org.br/Assassinatos%20de%20homossexuais%20no%20Brasil%20relatorio%20geral%20completo.html) acesso em 19/05/2013 às 17:41

<http://juntosomos-fortes.blogspot.com.br/2010/10/transexualidade.html> - acesso em 19/01/13  
às 10:45

[http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/02/196-presos-homossexuais-tem-visita-intima-no-  
brasil-aponta-levantamento.html](http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/02/196-presos-homossexuais-tem-visita-intima-no-brasil-aponta-levantamento.html) - acesso em 04/09/12 as 21:18

<http://www.transexual.com.br/index.php?a=16> em 23/02/13 às 20:46

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Identidade\\_de\\_g%C3%AAnero](http://pt.wikipedia.org/wiki/Identidade_de_g%C3%AAnero) acesso em 25/04/13 às 12:39

<http://www.ibahia.com/a/blogs/sexualidade/2013/04/08/hetero-passivo-e-tendencia-2/> acesso  
em 09/04/2013 às 19:02

[http://portalcorreio.uol.com.br/noticias/saude/ambulatorios/2013/07/24/NWS,227073,42,300,  
NOTICIAS,2190-PARAIBA-ABRE-PRIMEIRO-AMBULATORIO-TRAVESTIS-  
TRANSEXUAIS-NORDESTE.aspx](http://portalcorreio.uol.com.br/noticias/saude/ambulatorios/2013/07/24/NWS,227073,42,300,NOTICIAS,2190-PARAIBA-ABRE-PRIMEIRO-AMBULATORIO-TRAVESTIS-TRANSEXUAIS-NORDESTE.aspx) acesso às 20:30 em 27/07/13

[http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,populacao-carceraria-no-brasil-tem-3-maior-  
aumento-do-mundo-em-2-decadas,978381,0.htm](http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,populacao-carceraria-no-brasil-tem-3-maior-aumento-do-mundo-em-2-decadas,978381,0.htm) acesso em 20/05/2013 às 12:55

<http://portal.mj.gov.br/sedh/co/glbt/texbaglbt.pdf> - acesso em 18/08/13 às 11:29

<http://www.operacoesespeciais.com.br/userfiles/Cartilha%20Atuacao%20Policial%20%20Pessoas%20Vulnerabilidade.pdf> - acesso em 18/08/13 às 19:45 hs

<http://www.espacoacademico.com.br/086/86romero.pdf>

**APÊNDICE A****Termo de consentimento livre e esclarecido**

Concordo em participar, como voluntário (a), do projeto de graduação intitulado **Travestis: entre a rua e o cárcere** que tem como pesquisador responsável **Ivan Lemos**, aluno do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. O referido projeto, que está sob estrita orientação do professor **Osmundo Pinho**, tem por objetivo:

- Compreender dentro do universo travesti a relação no limiar entre liberdade e o cárcere, tendo em vista os estigmas que lhes causam violências na cidade do Salvador.

Estou ciente que minha participação se dará a partir de **concessão de entrevista**, e de que este estudo possui finalidade de pesquisa. Os dados obtidos serão divulgados segundo diretrizes éticas da pesquisa, com a preservação do anonimato dos participantes, assegurando assim sua privacidade. Estou ciente que posso abandonar a minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

**Contatos:**

**Prof. Osmundo Pinho**  
(75) 3425- 2242  
osmundopinho@uol.com.br

**Ivan Lemos**  
(75) 8188-4008  
ivanlemos12@hotmail.com

Assinatura

Local e Data

## APÊNDICE B

### ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Qual sua idade?

O que é ser travesti para você?

Qual sua cor de acordo com o IBGE? Como você se define?

Onde você mora?

Você mora com quem?

Tem contato com a sua família?

Tem um companheiro, parceiro fixo? já amou?

Transa frequentemente?

Você trabalha com que?

Qual imagem, você acredita que as outras pessoas fazem de você por ser uma travesti?

Qual o lado positivo de ser uma travesti?

Qual o lado negativo?

Sofre violência por ser travesti? De que forma?

Em que ano foi presa ou detida?

Quanto tempo ficou?

Por que foi presa?

Quantas vezes isso já ocorreu?

Como foi o tratamento dos policiais e demais funcionários da segurança?

Você apanhou, foi violentada sexualmente, foi obrigada a faxinar?

Qual e relação com os demais presos não travestis.

O que mais te marcou nesse processo de aprisionamento?

Você acredita que houve um diferencial no tratamento por ser uma travesti?

Qual a maior situação de perigo que você já passou na vida?